



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO  
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS**  
**Mestrado em Museologia e Patrimônio**

# **COLEÇÃO ETNOGRÁFICA LORETO-PARANAGUÁ-SCHOELLER**

***A Trajetória e as Lacunas Informacionais  
de uma Coleção Expatriada***

***Patricia Moura***

***UNIRIO / MAST - RJ, março de 2014***

# COLEÇÃO ETNOGRÁFICA LORETO-PARANAGUÁ- SCHOELLER

## *A Trajetória e as Lacunas Informacionais de uma Coleção Expatriada*

*por*

**Patricia Moura,**

*Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio  
Linha 02 – Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável*

Dissertação de Mestrado apresentada à  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em  
Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professora Doutora Luisa Maria  
Gomes de Mattos Rocha

*UNIRIO/MAST - RJ, março de 2014*

## FOLHA DE APROVAÇÃO

# COLEÇÃO ETNOGRÁFICA LORETO-PARANAGUÁ-SCHOELLER

## ***A Trajetória e as Lacunas Informacionais de uma Coleção Expatriada***

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

*Aprovada por*

---

Profa. Dra. Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Alda Heizer  
Instituto de Pesquisa Jardim Botânico do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Diana Farjalla Correia Lima  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

***Rio de Janeiro, 2014***

M929 Moura, Patricia

Coleção Etnográfica Loreto-Paranaguá-Schoeller: a trajetória e as lacunas informacionais de uma coleção expatriada/ Patricia Moura. Rio de Janeiro, 2014.

xi., 149f + [9f.] : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. Orientadora: Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Museologia. 2. Patrimônio. 3. Coleção. 4. Memória. 5. Expatriação. 6. Esquecimento. I. Rocha, Maria Luísa Gomes de Mattos. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Escola de Museologia. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CD 069.0981074

A minha mãe, Neuza Moura de Siqueira, pelo enorme amor, paciência, sabedoria e, neste caso, pelo incentivo aos meus projetos de vida. Tantas coisas poderiam ser ditas, mas em nenhuma palavra completamente se expressariam.

Muito obrigada por tudo, mãe! Te amo para sempre!

Ao meu pai, André, *in memoriam*, por ter me ajudado igualmente enquanto por aqui esteve.

*À Profa. Dra. Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha, minha orientadora, por sua sensibilidade e parceria que determinaram a evolução e o rumo que a ideia inicial tomou, transformando-se numa pesquisa enxuta, objetiva e basilar para os próximos estudos sobre o tema.*

*Às Profas. Dras. Diana Farjalla Correia Lima e Alda Heizer por sua contribuição definitiva durante o processo de Qualificação para que este trabalho fosse concluído com sucesso.*

*À Dra. Claudia Augustat do Weltmuseum que com sua amizade de longa data e interesse nos resultados aqui apresentados, possibilitou todo o acesso necessário à coleção e à documentação existente. Endlich Erfolg!!!  
Alles Gut, mein Freund!!!*

*Ao Dr. Steven Engelsman, diretor do Weltmuseum, por sua cooperação com este trabalho e por me aceitar como pesquisadora naquela instituição.*

*Ao Dr. Christian Feest, antigo diretor do Museu de Etnologia de Viena (Weltmuseum) que foi parceiro nos primeiros anos de minha estada em Viena, possibilitando minha permanência no museu para realização de longo levantamento de fontes museológicas brasileiras naquela instituição.*

*À Profa. Dra. Simone da Rocha Weitzel por acompanhar o início deste trabalho, com sugestões e esclarecimentos que fizeram diferença na escolha do percurso a seguir.*

*Ao Dr. Luiz Montez*

*À Unirio, à REUNI e ao Weltmuseum.*

*Ao Museu Imperial de Petrópolis onde realizei parte da pesquisa em seu Arquivo Histórico.*

*Aos amigos de longa data que me incentivaram durante a jornada no Mestrado.*

*Aos colegas e ao público que terão contato com este trabalho embrionário.*

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>APRESENTAÇÃO</b>	12
<b>INTRODUÇÃO</b>	19
Cap. 1 O VIAJANTE E SUAS JORNADAS PELO INTERIOR DO BRASIL	29
1.1 – PARANAGUÁ NA AMAZÔNIA	36
1.2 – OS DIÁRIOS	47
Cap. 2 UM AMAZONAS IDEAL : a coleção e sua negociação	81
2.1 – UMA REGIÃO IDEALIZADA	83
2.2 – DA FORMAÇÃO DA COLEÇÃO À NEGOCIAÇÃO COM O HOFMUSEUM	85
2.3 – CARTAS DE NEGOCIAÇÃO NO ARQUIVO DO WM	86
2.3.1 – Considerações Preliminares	92
2.3.1.1 - Carta de Negociação no. 1	94
2.3.1.2 - Carta de Negociação no. 2	99
2.3.1.3 - Carta de Negociação no. 3	100
2.3.1.4 - Carta de Negociação no. 4	102
2.3.1.5 - Carta de Negociação no. 5	103
Cap. 3 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	106
3.1 - ANÁLISE DAS TABELAS DE CONTROLE DE ACERVO	108
3.1.1 – Problema 1	115
3.1.2 – Problema 2	118
3.1.3 – Problema 3	118
3.1.4 – Problema 4	119
3.1.5 – Problema 5	121
3.1.6 – Problema 6	121
3.1.7 – Problema 7	123
3.1.8 – Problema 8	124
3.2 - DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	125
3.2.1 – Documentação e Visualidade	134
3.2.2 – Musealização	139
<b>CONCLUSÕES</b>	142
<b>REFERÊNCIAS</b>	146
<b>ANEXOS</b>	154

## RESUMO

MOURA, Patricia. **Coleção etnográfica Loreto-Paranaguá-Schoeller: a trajetória e as lacunas informacionais de uma coleção expatriada.**

Orientador: Luísa Rocha. UNIRIO/MAST. 2014. Dissertação.

Análise da trajetória da formação, transferência e documentação da coleção de etnografia brasileira denominada Loreto-Paranaguá-Schoeller, que compõe o acervo do *Weltmuseum* de Viena. Inicialmente, formada e mantida como uma coleção privada pela família de José Lustosa da Cunha Paranaguá - Conde de Paranaguá- foi adquirida em 1907 pelo antigo *Hofmuseum*. Há mais de um século acondicionada na reserva técnica dessa instituição, a coleção apresenta ausência de dados e lacunas informacionais da documentação que impossibilita o cumprimento de algumas das funções primordiais atribuídas às coleções museológicas: comunicação e informação. Procurando estabelecer um elo entre a coleção e sua origem no Brasil, esta dissertação propõe-se a realizar uma pesquisa exploratória documental em fontes primárias e secundárias rumo ao conhecimento de sua trajetória. Obter indícios que possibilitem compreender a especificidade de sua formação e de seu uso tanto por Paranaguá quanto pelo museu austríaco. Percorrendo um caminho em busca de uma identidade, de um *estar no mundo* para esta coleção, delineamos a configuração das relações epistêmicas, sociais e políticas de seu colecionador, o Conde de Paranaguá, procurando estabelecer as circunstâncias que levaram a seu destino final. Analisamos as cartas de negociação trocadas entre intermediários da venda e o museu austríaco procurando compreender a origem das lacunas na documentação museológica que impedem a sua exibição pública. Analisamos as planilhas que funcionam como livro de tombo e ficha catalográfica, procurando entender quais são os problemas enfrentados pelo *Weltmuseum* para torná-la consistente em termos informacionais. Algumas respostas foram obtidas e novos questionamentos foram realizados, apontando para a necessidade de continuidade da pesquisa de forma a consolidar o conhecimento sobre esta coleção.

Palavras-chave: Museu. Museologia. Weltmuseum. Coleção. Documentação. Informação. Etnologia.



## **ABSTRACT**

MOURA, Patricia. **Coleção Etnográfica Loreto-Paranaguá-Schoeller: a trajetória e as lacunas informacionais de uma coleção expatriada.**

Orientation: Luisa Maria Gomes de Mattos Rocha. UNIRIO/MAST. 2014. Dissertation.

Analysis of the trajectory of the formation, transfer and documentation of Brazilian ethnographic collection Loreto-Paranaguá-Schoeller, which comprises the general fund of *Weltmuseum* in Vienna. Initially organized and maintained as a private collection by the family of José Lustosa da Cunha Paranaguá - Count of Paranaguá - it was acquired in 1907 by former *Hofmuseum* in Austria. For more than one century kept in the storage, the collection presents a lack of data and informational gaps in the documentation - what makes it impossible to comply with some of the primary functions of the museums: communication and information. Looking to establish a link between the collection and its origins in Brazil, this dissertation proposes to conduct an exploratory research in primary and secondary documental sources to try to get some knowledge of its trajectory. Get clues that allow understanding the specificity of its organization and its use by Paranaguá and the Austrian museum. Crossing a path in search of an identity, we outline the configuration of epistemic, social and political relations of his collector, Count of Paranaguá, in a way to establish the circumstances that led to your final destination. We analyzed letters exchanged between family Paranaguá and Austrian delegation in Rio de Janeiro, seeking to understand the origin of the gaps in museum documentation that prevent its public screening. We analyze spreadsheets that are used as a record book by the museum, as well as the diaries Count of Paranaguá used to make notes and letters exchanged looking for a knowledge on what are the problems faced by *Weltmuseum* to make it consistent on informational terms. We got some answers and a new list of questions were got, pointing to the need for further research to consolidate knowledge about this collection.

Keywords: Museum. Museology. Weltmuseum. Collection. Data. Information. Ethnology.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS**

**KHM** – *Kunthistorisches Museum* (Museu de História da Arte)

**MFV** - *Museum Für Völkerkunde* (Museu de Etnologia de Viena)

**NHM** – *Naturhistorisches Museum* (Museu de História Natural)

**WM** - *Weltmuseum* (Museu do Mundo)

**ICOM** - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

**MinC** - Ministério da Cultura

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# APRESENTAÇÃO

## APRESENTAÇÃO

Quando pela primeira vez entrei na reserva técnica do *Weltmuseum* (daqui por diante, *WM*), situado no centro histórico de Viena, num prédio datado do século XIX, vizinho à Biblioteca Nacional da Áustria, ele ainda era denominado *Museum für Volkerkunde* (Museu de Etnologia), e era dirigido pelo etnólogo Professor Dr. Christian Feest.

O primeiro impacto foi no contato com a grandiosidade e qualidade do espaço físico destinado ao acondicionamento de suas centenas de coleções.

No que se refere a coleção de José Paranaguá, encontrei-a num salão com mais de 400m<sup>2</sup>, localizado no *primeiro porão*. Semi-iluminado, repleto de armários de aço deslizantes, estantes abertas, gaveteiros e mapotecas, revelam pouco a pouco os objetos da coleção de José Paranaguá agrupado segundo sua função com outras coleções etnográficas.

Percorrendo o local, com um pé direito altíssimo, pude verificar a existência de um mezanino de estrutura metálica que direcionava nosso olhar para os objetos maiores, como canoas que se acumulavam ordenadamente, cujo acesso se dava por uma escadaria no fundo da grande sala.

No andar térreo da reserva técnica, alguns objetos<sup>1</sup> eram tão grandes que foram posicionados em cima dos armários, seguros, mas visíveis e de fácil acesso ao olhar. As peças confeccionadas com penas das mais variadas origens estavam perfeitamente acondicionadas fora do alcance da luz, preservadas em gaveteiros metálicos revestidos, prevenindo do contato direto com a atmosfera, retardando o processo de esmaecimento das cores e a perda de suas especificidades estéticas.

Ao me familiarizar pouco a pouco com esta “imensidão” - ao primeiro olhar o salão parece não ter fim - comecei a identificar objetos e coleções com características visuais que me remeteram às populações indígenas brasileiras. Foi para mim como entrar num túnel que desembocava numa parte intocada da nossa história; ilesa, latente e que exalava aos meus olhos um oásis de questionamentos, constatações e pura curiosidade.

---

<sup>1</sup>Nos anexos 1 a 4 (p. 138 a 142) pode-se ver algumas das peças que compõem a coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller.

Daí a ter uma ideia total da abrangência etnológica de cada coleção é mais trabalhoso, visto que os objetos são guardados por *tipo*. Desse modo, lanças, ornamentos, instrumentos de uso bélico e diário podem representar diversas etnias e até mesmo variadas coleções de diferentes nacionalidades. Essa opção pela tipologia como estratégia de guarda não permite que ao abrir um gaveteiro, possamos identificar e diferenciar visualmente, por exemplo, as peças das coleções de Johann Natterer (figura exponencial da Expedição Leopoldina 1817-1821, que permaneceu no Brasil por dezoito anos como naturalista pesquisador) das de Loreto-Paranaguá-Schoeller<sup>2</sup> (adquirida pelo *Hofmuseum* em 1907) ou as de James Cook (América do Norte, Século XVIII). Trabalho este que se torna mais árduo para o pesquisador visitante sem alguma experiência anterior com a organização museológica adotada pelo museu. Naquele momento, como ainda hoje acontece, encontrar as peças desejadas só é possível se em companhia da curadora da seção América do Sul, Claudia Augustat que com sua experiência de dez anos à frente desse setor, conhece o posicionamento “geográfico” dos objetos etnográficos. De outra forma não haveria modo de fazê-lo nessa reserva técnica<sup>3</sup>.

Apesar de não conseguir experimentar a visão global da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, fui informada de que é uma das maiores em termos quantitativos dentro do museu e de grande importância para a instituição devido à abrangência em termos geográficos e etnográficos do Brasil. Garante este destaque a quantidade de etnias representadas: quarenta e sete (47), segundo a primeira planilha de controle apresentada (2007) e cinquenta e seis (56), na segunda listagem (2012), atualizada pelo museu.

Retrocedendo no tempo, procurando explicar como tive acesso a essa coleção, um longo caminho foi trilhado, tendo seu início no ano de 1999 quando pela primeira vez estive em Viena. Logo nessa primeira excursão pelos museus

---

<sup>2</sup>Também denominada em algumas listas como Loreto-Paranaguá-Schöeller. Este último, referindo-se a Paul Eduard von Schoeller, industrial que teria ajudado financeiramente na transferência da Coleção Loreto-Paranaguá para Viena.

<sup>3</sup>O *WM* a mantém, sem dúvida, sob o mais requintado controle ambiental – controle climático e de pragas. O mesmo pode-se dizer dos cuidados no acondicionamento e na conservação das peças, o que tem garantido a longevidade do acervo.

austríacos, principalmente os mais renomados localizados em Viena, observei a existência de grande representatividade do Brasil em determinadas coleções.

Por ser Museóloga – e portanto ter uma predisposição *natural* para observar e procurar saber mais sobre pequenos detalhes que na maioria das vezes passam despercebidos pelo visitante em férias, logo percebi no Museu de História Natural (NHM) que no topo de sua escadaria principal existia uma vitrine contendo peças da coleção de J. Natterer e presentes de D. Pedro à D. Leopoldina. Imediatamente procurei os profissionais do museu com o objetivo de saber o que mais existia ali sobre o Brasil.

Como é previsível constatar, logo consegui informações não apenas sobre os acervos do NHM como também quanto à abrangência da representação brasileira em todos os principais museus da capital austríaca.

Dalí até atravessar os jardins que separam o NHM do então *Museu de Etnologia*, foi uma questão de dias.

Com o passar do tempo, e depois de diversas viagens a Viena, me apropriei do conhecimento de nossas coleções na Áustria.

Um longo período de pesquisas pessoais (e depois pelo Ministério da Cultura do Brasil - MinC) se passou até chegarmos a esse ponto.

A coleção Paranaguá não foi por mim escolhida ao acaso. A ideia de elaborar um documento que se dispusesse a narrar a trajetória de uma coleção sob o aspecto histórico e museológico que fosse inédito e pudesse vir a se tornar uma fonte de inspiração para outros profissionais da área no que tange à pesquisa de coleções, surgiu a partir do contato mais próximo com o museu austríaco, em 2007, quando me transferi para Viena especialmente para atuar como pesquisadora do Projeto Resgate Barão do Rio Branco (MinC).

De fato, no início, cumprindo a intenção do projeto que era realizar o levantamento de fontes documentais e museológicas sobre o patrimônio originado no Brasil sob a guarda das instituições de cultura e pesquisa austríacas, logo aproveitei essa oportunidade para conhecer melhor as coleções; não apenas superficialmente, como objetivava o Projeto.

Graças à sequência de encontros com a curadora das coleções brasileiras daquele museu, tive acesso a documentos originais, transcrições e aos próprios

objetos que foram encaminhados para o museu no início do século XX, nesse caso a Coleção Paranaguá.

Das dezenas de coleções de origem brasileira naquele museu, a Loreto-Paranaguá-Schoeller trazia consigo algumas características para mim especiais. O fato de ser a única que fora claramente formada no Brasil por um cidadão brasileiro<sup>4</sup> e vendida, no início do século XX, para o então *Hofmuseum*<sup>5</sup>, agregado ao fato de que jamais havia sido exposta pelo WM – seu destinatário final - já trazia o caráter de excepcionalidade que acompanharia toda a pesquisa ulterior.

A ciência da falta de informação documentada sobre a sua trajetória histórica - que seria a base para subsidiar as futuras pesquisas museológicas - despertou meu interesse em pesquisar este acervo de forma a entender em primeiro lugar os detalhes de sua formação e aquisição e posteriormente o seu uso pelo WM.

Auxiliar o museu a dar esse passo importante no sentido de possuir insumos informacionais que os ajudasse a retomar os estudos sobre ela também alicerçaram meu empenho nas pesquisas que aqui divulgo.

Foi após algum tempo de trabalho no WM que obtive acesso irrestrito ao acervo físico. As minhas indagações primeiras, que podem se resumir em “quando?”, “onde?” e “como?” me levaram a busca por documentos relacionados à coleção à época de sua musealização - que supostamente apontariam para um marco histórico de sua origem, de sua formação e de sua transferência definitiva para o *Hofmuseum* em 1907.

Entretanto, obtive a constatação inesperada de que o conjunto composto por 1.331<sup>6</sup> peças “não tinha uma história oficial a contar”, pois se tratava de uma coleção

---

<sup>4</sup>As demais coleções “brasileiras” foram originadas nas inúmeras viagens científicas patrocinadas pelo império austríaco a partir de 1817 e formadas originalmente por viajantes pertencentes aquele império.

<sup>5</sup>*Hofmuseum*, ou Museu Imperial, atuou nas negociações de coleções estrangeiras para os museus de Viena, como nos casos do Museu de Etnologia, o Museu de História Natural e o Museu de História da Arte, todos localizados no *Neueburg*, região central de Viena.

<sup>6</sup>Esse número inicial com o passar dos anos (2007-2014) foi sendo atualizado e, considerando a metodologia adotada para a inventariação do acervo (capítulo Documentação), pode estar aquém da quantidade real de objetos adquiridos pelo museu.

que chegara acompanhada apenas de algumas poucas cartas de negociação, datadas de dezembro de 1906 a julho de 1907; nada mais.

Esse motivo, segundo alguns profissionais do museu, é a principal justificativa para que a coleção ainda permaneça inédita na Áustria - e no mundo - sem que tenha sido exposta naquela instituição<sup>7</sup> e contar com apenas duas breves citações em publicação interna do *WM*.

Imediatamente pensei que ali estava uma história a ser desvendada. Certamente, além de vislumbrar uma oportunidade de contribuir com a Museologia, levantando questões sobre as coleções brasileiras que se encontram no exterior sem que ao menos saibamos de sua existência<sup>8</sup>, também entendi que era minha responsabilidade realizar esta pesquisa de forma a prover o Museu de subsídios para empreender, a partir de um resultado prévio, novos estudos rumo ao objetivo institucional de divulgá-la para o mundo sob a ótica etnográfica.

Na verdade, a falta de informação sobre a coleção brasileira ampliou a quantidade de questionamentos sobre as circunstâncias de sua formação e da aquisição por esta instituição mundialmente reconhecida pela excelência de suas coleções etnográficas.

Da mesma forma, me intrigava o fato de, em mais de um século, jamais terem sido realizadas pesquisas sobre ela, limitando o seu conhecimento aos estudos comparativos com outras coleções brasileiras existentes naquele museu.

Atualmente, com as novas políticas de intercâmbio cultural e com o acordo firmado em outubro de 2013 entre o MinC e o *WM* para elaboração de projetos comuns até o ano de 2017 (ano de comemoração dos 200 anos da chegada de Dona Leopoldina ao Brasil), se possa formalizar propostas mais consistentes no que tange à pesquisa das coleções brasileiras naquele país, onde outras inúmeras e relevantes coleções museológicas e fundos documentais originados a partir do século XVII em todo território nacional, possam ser o foco de trabalhos conjuntos em que se objetive o conhecimento e a divulgação de parte de nossa história expatriada.

---

<sup>7</sup>De fato, além da exibição na *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882, no Museu Nacional, localizado no Rio de Janeiro, existem indícios de que parte da coleção teria sido exposta no ano seguinte à sua chegada, num evento internacional em Viena.

<sup>8</sup>Cuja ausência total de informações nos impede de abrirmos novas frentes de pesquisa sobre ela.



De fato, o contexto político internacional dos períodos entre guerras e do pós guerra, pelas restrições ditatoriais no Brasil dos anos 60 ao final dos anos 80, além da ausência de um interesse político nesse assunto, já configura uma justificativa para a ausência de projetos que tragam à luz essa parte de nossa história.

O objetivo desse trabalho é rastrear os indícios da trajetória da Coleção Paranaguá, auxiliando o WM a alcançar sua próxima meta: a comunicação pública deste patrimônio por meio de exposição.

É importante ressaltar que, apesar de não existir administrativamente a figura do Museólogo - da mesma forma, na maioria dos países europeus - os museus austríacos atuam com seriedade na preservação de seus acervos e participam ativamente dos encontros proporcionados pelo *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus - ICOM), procurando manter-se atualizados quanto à filosofia e aos procedimentos de proteção das coleções musealizadas. O WM se encaixa nesse perfil.

A coleção Paranaguá, composta por todo tipo de objeto cultural indígena e algumas poucas peças denominadas pelo museu de “cultura popular”, representa mais de cinquenta etnias, presumidamente já identificadas pelo museu<sup>9</sup>. Algumas das etnias nela representadas já estão extintas, como por exemplo, a conhecida como Botocudo (ou Aimoré), que habitava o nordeste de Minas Gerais, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo e cuja cultura foi eliminada no início do século XX<sup>10</sup>. Esse fato agrega mais um valor aos já detectados anteriormente.

No momento em que se entra em contato direto com a produção de culturas que não mais existem, tem-se a noção da importância do trabalho do museu e do museólogo-pesquisador, no sentido de cooperar realizando pesquisas internas e externas como forma de promover o conhecimento e propiciando sua divulgação por meio das exposições. Essa pesquisa traz luz, portanto, à necessidade de se abrirem novas frentes de pesquisa bilaterais, para que se fomente os estudos de nossas coleções e memórias expatriadas na Áustria e em toda a Europa.

---

<sup>9</sup>Até o final desta pesquisa mantivemos a informação de que os objetos etnográficos chegaram a Viena sem qualquer documentação agregada, além de cartas de negociação, e que o trabalho de identificação de etnias coube aos antigos profissionais do *Weltmuseum*, via comparação com o acervo brasileiro coletado por Johann Natterer ente 1817 e 1835.

<sup>10</sup>Acesso em 19-09-2013. Disponível em <<http://www.arara.fr/BBTRIBOS.html>>

O que posso dizer nesta apresentação em relação à Coleção Paranaguá é que trago hoje mais questionamentos do que no início do trabalho de pesquisa. Pensava ingenuamente que no decorrer desse trajeto, lacunas se fechariam. Entretanto, o espectro e a natureza das lacunas se expandiram, apontando para a necessidade de desenvolvimento de outras pesquisas para tentar fechá-las; desde já sabendo que nenhum assunto se encerra em definitivo.

Não pretendo, portanto, contar aqui uma história concluída. Outrossim, sabemos que a história em si nos oferece sempre variados ângulos de visão, tão amplos e tão versáteis que não se pode ter a pretensão de poder esgotá-los de uma só vez.

Como prevejo, é um trabalho para a vida e para muitas outras que a mim certamente se associarão no intuito de estreitar os laços com os países que acumulam parte de nosso patrimônio em seus museus, possibilitando que num esforço maior se possa ter contato com parte de nossa representação cultural expatriada e desconhecida da maioria.

Que o trabalho a seguir possa despertar o interesse dos museólogos e de todos os profissionais que se debruçam sobre a história de nossa cultura, ainda tão pouco notada, tão pouco conhecida, tão pouco contada.

Está claro que nosso patrimônio precisa ser “re-descoberto”. Minha tarefa é a de remexer o passado para prover minimamente, neste caso, o museu austríaco de conteúdo histórico relevante para que a coleção Paranaguá possa seguir seu curso natural no ambiente musealizado.

A autora

# **INTRODUÇÃO**

O Museu de Etnologia de Viena - atual *WM* (Museu do Mundo)<sup>11</sup> - recebeu a Coleção Paranaguá no começo do século XX, mais precisamente em 1907, oriunda da negociação do *Hofmuseum* com a família Paranaguá, realizada na cidade do Rio de Janeiro, capital da República, entre 1906 e 1907.

É composta por mais de mil e trezentos (1.300) artefatos indígenas e de culturas não indígenas, representando diferentes etnias como Botocudos, Maués, Puris, e outros de origens diversas<sup>12</sup> (majoritariamente originados na região norte do Brasil). Esta coleção assumiu no âmbito do *Hofmuseum* (seu primeiro destino), o *status* de “representação da cultura material indígena brasileira”, tendo sido considerada relevante à época, não apenas por sua beleza estética, mas como uma complementação às coleções do naturalista Johann Natterer<sup>13</sup> que já estavam sob a guarda do Museu de Etnologia, composta por artefatos coletados durante a *Expedição Leopoldina* (1817-1821) e após o encerramento oficial da mesma, já que o naturalista austríaco permaneceu no Brasil até 1835.

Ao que tudo indica, desta maneira, a cultura indígena de norte a sul do Brasil teria uma representação “ideal” de sua produção cultural (material) no que tange aos povos do século XIX<sup>14</sup>.

A coleção passa a ser denominada Loreto-Paranaguá-Schoeller somente em 1907, já em Viena. Antes, porém, encontrava-se sob a guarda da família Paranaguá – aqui representada por José Lustosa da Cunha Paranaguá (Conde de Paranaguá),

---

<sup>11</sup>Tradução nossa.

<sup>12</sup>Denominados pelo museu de “cultura popular”. Esse fato aponta para o interesse diversificado do Conde de Paranaguá, que colecionava objetos oriundos de outras culturas além da indígena e, por conseguinte, na sua intenção de formar uma coleção maior e diversa, que abrangia não apenas a América do Sul mas também de outros continentes.

<sup>13</sup>Johann Natterer foi um cientista autodidata que veio ao Brasil em 1817, acompanhando a Expedição Leopoldina. Permaneceu até 1835, quando retornou a Viena. Durante sua estada viajou pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e recolheu milhares de exemplares da flora e fauna brasileiras, além de expressiva coleção etnográfica indígena que compuseram o antigo Museu Brasileiro de Viena. Após o incêndio que o destruiu em 1836, e no qual grande parte de sua coleção foi totalmente destruída, o que restou do acervo foi transferido para o *Weltmuseum* (WM) e para o Museu de História Natural.

<sup>14</sup>A Coleção Natterer se refere principalmente aos objetos etnográficos e das ciências naturais coletados no Mato Grosso rumo ao sul do Império. A união das duas coleções traria possivelmente ao museu um panorama da etnologia brasileira como um todo.

que supostamente a coletara pessoalmente em inúmeras expedições nos últimos vinte anos do século XIX, e por sua irmã, Amanda Loreto (Baronesa de Loreto), que se tornou figura emblemática durante o processo de negociação com o *Hofmuseum*<sup>15</sup> de Viena, na medida em que esteve à frente da negociação com a comitiva austríaca; o que é assegurado pela presença de sua assinatura nos documentos trocados entre a família e representantes daquele museu durante os sete meses de negociação.

A coleção de objetos de Paranaguá recebeu o nome composto de Loreto-Paranaguá, embora no *WM* – depositário atual da coleção – tenha sido acrescentado o nome *Schoeller*<sup>16</sup>, referente ao mecenas que viabilizou a sua aquisição pelo museu. Essa foi uma maneira de identificar seus proprietários e patrocinadores, cuja origem remete às elites brasileiras - fortemente vinculadas ao Imperador Pedro II - e austríacas – Schoeller era um próspero industrial - respectivamente.

A coleção representa um conjunto inédito, não pesquisado e minimamente documentado, inacessível ao público<sup>17</sup> e restringido à promessa de que um dia poderia vir a ser estudada amplamente. Este trabalho procura iniciar este processo de identificação da significância cultural dessa desconhecida coleção brasileira.

Numa análise inicial, objetiva e baseada em pesquisa de dados do museu, foi possível perceber que os especialistas antropólogos<sup>18</sup> lidavam com lacunas informacionais contundentes, geradas em grande parte pela ausência de documentação referente à coleção no momento de sua transferência para Viena - o

---

<sup>15</sup>O *Hofmuseum* (Museu da Corte ou Museu Real foi criado pelo Imperador Franz Joseph I, durante uma extensa reorganização das coleções dos museus austríacos, entre 1851 e 1876. Foi aberto ao público em 10 de agosto de 1889. Localizado em Viena, o museu foi mais tarde nomeado como "Kk Naturhistorisches Hofmuseum" (Museu de História Natural). Quando começou oficialmente em 1876, o geólogo austríaco Ferdinand von Hochstetter (1829-1884 ) tornou-se o primeiro superintendente do museu, após ter sido, desde 1860, Professor de Mineralogia e Geologia no Instituto Real Politécnico, em Viena.

<sup>16</sup>Paul Eduard von Schoeller.

<sup>17</sup>O *WM* restringe o acesso às coleções apenas para pesquisadores.

<sup>18</sup>No Museu de Etnologia de Viena, recém renomeado *WM* (Museu do Mundo, desde 2012), assim como em toda Áustria não existe a figura do Museólogo. Os Museus cumprem prioritariamente a função de pesquisa e as exposições são desenvolvidas museograficamente por empresas contratadas, especializadas em *expografia* – conjunto de práticas museográficas utilizadas para a estruturar visual e informacionalmente a organização de uma exposição.

que impossibilitava qualquer tipo de imersão no estudo da coleção pelo *WM* nos anos seguintes à sua chegada.

Ao que sugere a informação da atual curadora da coleção, o que se conseguiu realizar no início do século XX foi uma primeira identificação de algumas etnias e objetos; locais geográficos e areas de assentamento dessas culturas ali representadas.

Os resultados que encontramos hoje é a informação museológica provida nas décadas 1910 e 1920. Sem contar com profissionais parceiros como museólogos, historiadores ou pesquisadores com formação acadêmica equivalente as necessidades de uma instituição museológica, compreendemos que muito ainda se há de realizar para que se consiga identificá-la adequadamente.

O vazio informacional que distingue essa coleção das demais originadas no mesmo período histórico, ao mesmo tempo que a exclui do escopo de exposições e da sua conseqüente visibilidade, também possibilita orientar o rumo deste trabalho, indicando as necessidades de determinado tipo de pesquisa. Desta forma, as lacunas devem ser vistas como aliadas da pesquisa.

### **Primeiros Passos**

O primeiro passo no sentido de iniciar este trabalho de pesquisa foi o de solicita acesso às cartas de negociação existentes no arquivo do Museu. Neste ponto já se havia estabelecido um acordo de pesquisa entre mim e o *WM* que, de fato, perdura até hoje. Nele, o museu passa a considerar-me como sua *pesquisadora convidada* para a coleção Paranaguá, passando a ter total acesso à documentação de arquivo e à própria coleção, sendo possível requisitar informações a qualquer tempo, imagens de peças, digitalização de documentos, além de poder contar com um local físico devidamente equipado para realizar pesquisas mais extensas na instituição. Ressalto o apoio oferecido no sentido de responderem aos meus questionamentos relativos aos procedimentos técnicos relacionados à coleção em estudo ou a qualquer outro assunto que se relacione à história dessas coleções brasileiras, por e-mail ou videoconferência a partir do momento em que voltei ao Brasil, no início de 2011. Esse acordo firmado busca de um lado, facilitar minha

pesquisa; de outro gerar para o museu a garantia de que novos insumos de natureza histórica e técnica da coleção seria remetidos a eles. Para mim, além disso, trata-se também de poder entender os tipos de procedimentos técnicos adotados em relação ao acervo e da forma com que a informação museológica é percebida e tratada pelo *WM*.

Além da gama de termos envolvidos no acordo, em consequência da vivência quase diária com os profissionais daquele museu por longos anos, tive acesso também às informações não oficializadas, não documentadas, geradas pela comunicação oral que se propagou pelas décadas e, de certo, também configuram importante fonte a ser considerada neste trabalho, apesar dos ruídos que possam existir entre os fatos agora constatados e os ditos históricos.

Minha preocupação com os meus limites de tempo para a elaboração desse trabalho<sup>19</sup> fez com que eu estabelecesse metas e objetivos claros, já que disporia de apenas um ano para identificar e analisar documentos (também no Brasil), cruzar dados e gerar os resultados expostos nesse documento introdutório ao assunto.

Quanto às fontes de pesquisa utilizadas nesse primeiro trabalho (certamente haverá prosseguimento no futuro), foram definidas em conjunto com a orientadora, levando em consideração: tempo disponível para a realização da pesquisa, delimitação de espaço geográfico de pesquisa *in loco* (arquivos e bibliotecas), levantamento de fontes virtuais disponíveis, como bases de dados institucionais<sup>20</sup>, *sites* de internet<sup>21</sup>, além das fontes primárias disponíveis no museu austríaco que se resumiam às cartas de negociação datadas de 1906-1907<sup>22</sup> e a pouca informação relativa aos objetos.

A ideia de estabelecer parcerias de pesquisa no Rio de Janeiro e em Manaus<sup>23</sup> para realizar meu objetivo se mostrou inexecutável frente o tempo de que

---

<sup>19</sup>Trabalho realizado durante o curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio (UNIRIO-MAST), entre 2012 e 2014.

<sup>20</sup>Arquivo Nacional, Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>21</sup>Sítios oficiais do Governo Federal.

<sup>22</sup>Ver capítulo 2 dessa dissertação.

<sup>23</sup>José Paranaguá foi Governador da Província do Amazonas entre 1882 e 1883.

dispunha e, portanto, possíveis instituições parceiras de pesquisa - cujos acessos aos bancos de dados não estão ainda disponíveis na internet - foram deixadas de fora desse processo.

De fato, o que se seguiu foi a parceria possível<sup>24</sup> e, em pouco tempo descobri novas fontes primárias que responderiam em parte aos questionamentos do museu e também reformulariam crenças internas, que se mantinham pela ausência de comprovações relacionadas à origem da coleção Paranaguá.

De posse das cópias digitalizadas de documentos datados do início do século XX - a saber, dezesseis cartas e bilhetes trocados entre a família Paranaguá (José Lustosa da Cunha Paranaguá e Amanda Loreto - esta aparentemente responsável pela coleção entre 1906 e 1907) e os representantes austríacos que intermediaram a negociação - confrontei-me com meu primeiro problema. Escritas em alemão e francês, as cartas apresentavam para mim um desafio linguístico. Como traduzir a contento (e a tempo) essa documentação específica, com características gráficas de época, em alemão arcaico, se não fosse possível encontrar um paleógrafo especialista na arqueologia daquele idioma?

Desta forma, foi necessário estabelecer alguns critérios extras para a pesquisa. Foram eleitos os documentos que possuíssem as características a seguir:

- a) itens legíveis;
- b) facilmente inteligíveis;
- c) escritos em alemão e francês, e
- d) com conteúdo direcionado à **descrição do conteúdo da coleção e das negociações**. (grifo nosso).

Num segundo momento também foram consideradas as cartas datilografadas escritas em alemão, que seriam traduzidas por um tradutor indicado pelo Professor Dr. Luiz Montez, especialista da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

---

<sup>24</sup>Museu Imperial no Rio de Janeiro, Arquivo do WM, Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Site do Arquivo Público de Manaus. Devido à ausência de resposta aos e-mails enviados, não foi possível consultar o setor de Museologia e Biblioteca do Museu Nacional. Apesar disso foi possível encontrar na internet algum documento de interesse da pesquisa – por exemplo a *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* de 1882 e o Catálogo da mesma exposição.



Como resultado dessa estratégia, realizou-se a tradução de 6 cartas, consideradas possíveis e suficientes para entender as circunstâncias em que se realizou tanto a escolha como a negociação das peças que compõem a coleção. As outras cartas, descartadas inicialmente para esta análise, foram lidas superficialmente, apenas procurando evitar a ocultação de algum fato relevante para a pesquisa<sup>25</sup>.

Outro fator primordial para a realização da pesquisa, já citado, foi o contato com informações prestadas oralmente por profissionais do museu, que alertaram para a ausência de etiquetas originais de identificação das peças quando da chegada à Viena. Aparentemente, sem contarem com informações sobre a origem geográfica, étnica e tipológica - dentre tantas outras observações necessárias ao trabalho da Antropologia - tornou-se impossível à época realizar o trabalho subsequente de identificação da maioria dos grupos étnicos e de seus objetos culturais.

De fato pude observar - e confesso que isso aumentou o meu interesse exponencialmente - que cerca de 90% da coleção continua ainda hoje sem qualquer dado vinculado; o que a leva ao patamar do *desconhecido*.

Diante desse panorama, torna-se clara a situação do WM e passamos a pensar no seu dilema no sentido de promover a sua divulgação sem que se dispusesse de insumos informacionais, de pesquisa histórica e científica suficientes para tal.

Uma das primeiras informações relevantes em relação à coleção se refere ao fato do trabalho de identificação da origem étnica das peças ter ocorrido em Viena, a partir da década de 1910 pelos especialistas do *Museum Für Volkerkunde*.<sup>26</sup> Baseando-se na observação de traços comuns que as relacionassem com as demais coleções brasileiras e na literatura disponível à época, nomearam, por exemplo, algumas das etnias ali supostamente representadas, acrescentando a elas sua localização geográfica.

---

<sup>25</sup>Todas as cartas de negociação serão futuramente traduzidas e publicadas pela pesquisadora.

<sup>26</sup>Somente no final dessa pesquisa tive o conhecimento de que a coleção Paranaguá teria sido exposta em 1908 durante o Congresso de Americanistas em Viena. Suponho que o mote da apresentação tenha sido tão somente a apresentação de suas características estéticas, já que não havia informação de outra natureza vinculada a ela.

Esse fato desperta um novo questionamento: Teriam sido as etnias corretamente identificadas? Bastaria para tal apenas uma comparação com imagens obtidas em livros para se chegar à conclusão definitiva de sua origem? O quanto se sabia sobre a diversidade de grupos matriciais que se fixavam em diferentes regiões do Brasil adotando outros nomes, ou mesmo de uma vasta representação étnica que se unificava pelo uso de uma só língua?

Sabemos que no Brasil muitas **etnias** possuem características que as aproximam, como por exemplo, o fato de pertencerem ao mesmo tronco linguístico. Pode-se atestar que o nome "botocudo", é utilizado para exemplificar uma suposta característica ofensiva, "foi dado pelos portugueses a **diversos povos** histórica e geneticamente **heterogêneos** do grupo linguístico macro-jê que habitavam o nordeste de Minas Gerais, o sul da Bahia e o norte do Espírito Santo" (BUENO, 2000<sup>27</sup>) (grifos nossos). Essa nomenclatura, entretanto, não os identifica nas suas características únicas, como etnias diferentes, que os distinguem uns dos outros dentro de um todo específico.

Observando o exemplo acima, nota-se que não se pode garantir até o momento que as etnias elencadas nas planilhas<sup>28</sup> do *WM* sejam realmente correspondentes aos grupos indígenas por ela apontados.

Todas as questões suscitadas e as amplas lacunas informacionais existentes na Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller constituem, como se pode predizer, um trabalho exaustivo de dedicação à pesquisa.

No que se refere ao conteúdo dessa coleção, além do fato de ser composta por setas, banquinhos, adornos de cabeça, braço e peito, objetos de uso diário e, até mesmo, um crânio - peça que me chamou a atenção pelo refinamento da técnica de execução da mumificação e por seu excelente estado de conservação - conta com vários exemplares similares, às vezes dezenas, de uma mesma peça. Esse fato nos leva a mais questões quanto aos critérios de escolha do museu para a seleção do que seria adquirido por seus representantes no Brasil.

---

<sup>27</sup>Disponível em: <<http://www.arara.fr/BBTRIBOS.html>>. Acesso em 25-01-2014.

<sup>28</sup>Ver Capítulo 3 dessa Dissertação.

A grande repetição, sem aparente explicação, pode sugerir a ausência de critérios por parte do *Hofmuseum* no que tange aos tipos e quantidades de objetos que seriam considerados suficientes para se compor uma coleção expressiva ou por outro lado, uma ação deliberada buscando a exaustividade da representação dos artefatos das etnias brasileiras frente, tanto à vultosa demanda de recursos para empreender as expedições às Américas para formação de acervos, quanto aos aspectos metodológicos científicos adotados na época de observação e comparação dos artefatos dentro e entre os diferentes grupos e etnias descritos pela literatura científica produzida por essas expedições.

Muitas questões procuraremos responder, outras permanecerão aguardando pesquisas que possam vir a compreender melhor as necessidades, as valorações e as práticas científicas da época, de um lado, e as práticas museológicas adotadas pelo museu austríaco em relação à coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, de outro.

O trabalho a seguir é o resultado do desejo de produzir conhecimento acerca dessa coleção, e para tanto foi dividido em três capítulos que pretendem trazer alguns indícios e reflexões no que tange à história de sua formação e posterior negociação com o museu austríaco, além de explorar a documentação e o conteúdo informacional que atualmente a representa no museu.

Utilizaremos também os conceitos de Coleção, Patrimônio, Expatriação, Documentação e Informação para analisá-la do ponto de vista da museologia e da ciência da informação, como veremos a seguir:

- a) Capítulo 1: “O Viajante e suas Jornadas pelo Interior do Brasil”. Nele tratamos dos aspectos da vida de José Lustosa da Cunha Paranaguá, tanto como político quanto como viajante explorador. De sua inserção na sociedade e na política do final do século XIX, à formação da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, supostamente organizada para participar da Exposição Antropológica Brasileira de 1882, no Museu Nacional.

- b) Capítulo 2: “Um Amazonas Ideal: a coleção e sua negociação” Abordaremos o processo de compra e venda da coleção. Verificaremos por meio da leitura e considerações das cartas de negociação da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller (1907) o interesse do *Hofmuseum* em adquiri-la, os procedimentos realizados durante a negociação e o desfecho que a retirou definitivamente do Brasil.
- c) Capítulo 3: Na “Documentação Museológica” trataremos num primeiro momento da análise das planilhas de controle da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller. Verificaremos que durante o longo processo rumo à sua identificação, contamos apenas com cerca de 10% de resultados obtidos pelo *WM*. Identificaremos as lacunas e as inconsistências nas informações existentes: analisaremos os procedimentos de inventariação e catalogação de peças etnográficas, identificaremos dubiedades em determinadas informações, a utilização de *descritores próprios* criados pelo museu para identificar a coleção e sua situação sócio geográfica; a ausência de critérios claros e padrão na informação museológica. Abordaremos, por fim, os conceitos de Informação e Documentação Museológica, basilares para a construção de um sistema de informações confiável no ambiente museológico.

## **CAPÍTULO 1**

# **O VIAJANTE E SUAS JORNADAS PELO INTERIOR DO BRASIL**

Este capítulo trata do *viajante* José Lustosa da Cunha Paranaguá - daqui por diante citado como José Paranaguá.

José Paranaguá<sup>29</sup> é originário de uma família tradicional piauiense. Nasceu no Rio de Janeiro em 28 de julho de 1855 e faleceu em 6 de janeiro de 1945 na mesma cidade. Era filho de João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912) - o segundo Marquês de Paranaguá<sup>30</sup>.



Figura 1: Conde de Paranaguá (seta laranja) e Marquês de Paranaguá (seta azul)

Da ancestralidade portuguesa da região do Porto - onde nasceram seus avós - à transferência para o Brasil a partir de meados do século XVIII, há uma história de opção pela região nordeste do Brasil, mais especificamente no Piauí, onde veio a nascer seu avô, o primeiro Marques de Paranaguá<sup>31</sup>.

<sup>29</sup>.... era filho do Marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá, Presidente do Conselho de Ministros. (In: BITENCOURT, Agnello. Dicionário Amazonense de Biografias – vultos do passado. Rio de Janeiro: Conquista, 1973). O Marquês era figura influente no Império atuou por quase quarenta anos na política brasileira, exercendo representações legislativas e relevantes funções públicas entre 1848 e 1889, sobretudo no 2º Império (1831-1889).

<sup>30</sup>Deputado. Juiz de Direito e, mais tarde de Órfãos na Corte, presidiu as Províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia. Foi ainda Senador e Ministro da Justiça, da Guerra (na campanha do Paraguai), da Fazenda e dos Estrangeiros durante o reinado de D. Pedro II (CASTRO, 2009).

<sup>31</sup>Importante frisar que o pai de José Paranaguá foi o Segundo Marquês de Paranaguá, tendo sido o pai deste, o Primeiro Marques de Paranaguá.

Para alguns historiadores, o avô de João Lustosa da Cunha (bisavô do Conde de Paranaguá), o português José da Cunha Lustosa, chegou à província em 1746. Outros cravam a data de 1758 como sendo a chegada dele a São Paulo, deslocando-se posteriormente para o sul do território piauiense acompanhado da esposa, D. Helena de Souza Lustosa, da tradicional família paulista Camargo, e de diversas pessoas do seu ramo familiar. A primeira data parece ser a mais exequível. Ali, o casal formou numerosa família. A origem do nome Lustosa foi tirada de Santiago de Lustosa, conselho de Lousada, um distrito do Porto, em Portugal. (CASTRO, 2009, p. 15)

José Paranaguá possuía uma irmã, Amanda Paranaguá, que tinha laços pessoais com a família imperial desde a infância, estreitados em virtude de um incidente acontecido entre Amanda e a Princesa Isabel. Segundo Castro (2009), aos treze anos, Amanda teve seu olho perfurado durante uma brincadeira com a princesa, que ocasionou a cegueira definitiva. Este infortúnio, além dos antigos elos políticos, aproximou as famílias Paranaguá e Bragança, culminando com o arranjo nupcial entre Amanda Paranaguá e Franklin Américo de Meneses Dória, o Barão de Loreto - Ministro dos Negócios do Império do Brasil.



Figura 2: Amanda Paranaguá, Baronesa de Loreto.

José Paranaguá possuía o título de Conde de Paranaguá, denominado de *Título Papal*, concedido pela Santa Sé<sup>32</sup>.

Do gosto pela política que herdara do pai, José Paranaguá prosseguiu nesse caminho, tornando-se governador das províncias do Amazonas e de Santa Catarina, consecutivamente, entre os anos de 1882 e 1884<sup>33</sup>.

Abolicionista, num período de debates acirrados sobre a escravatura, no Amazonas empreende uma campanha para o fim da escravidão, mesmo contra os interesses da época. No seu primeiro discurso na *Assemblea Provincial*, expôs entre os seus objetivos de governo a extinção da escravatura naquela Província.

No ano seguinte, para comemorar o aniversário da criação da Província do Amazonas, em 5 de setembro, gastou 15 contos de réis em alforrias de escravos e afirmou esperar que no próximo 5 de setembro não mais houvesse escravos na Província - o que realmente se deu, pois em 10 de julho de 1884, o Presidente Theodureto Souto decretou o fim da escravidão no Amazonas. (BITENCOURT, 1973)

Apesar de ter recebido apoio do pai para exercer o cargo de governador da província, com a ascensão ao poder do Partido Conservador, Paranaguá se viu ameaçado de demissão em função das medidas abolicionistas implementadas em seu governo, em confronto direto com as orientações da Corte. Em 25 de fevereiro de 1884<sup>34</sup>, passou seu governo a José Sarmiento, e retornou ao Rio de Janeiro (BITENCOURT, 1973).

No *Dicionário Amazonense de Biografias*, Agnello Bitencourt (1973) afirma ainda que após assumir a administração da Província do Amazonas, em 17 de

---

<sup>32</sup>A informação sobre esse título é encontrada no trabalho de Carlos Eduardo de Almeida Barata em seu texto *Subsídio para um catálogo dos títulos de Nobreza concedidos pela Santa Sé aos Brasileiros* (sd). Entretanto os campos Data da Concessão e Papado estão em branco, sem que possamos a esta altura determinar a época de obtenção. Segundo Bitencourt (1973), o título de conde foi concedido pelo papa Pio X. A documentação de concessão do título encontra-se no Arquivo da Santa Sé, em Roma, sob a referência: Sec. Brev., Reg. 6165, ff. 412r-421v. Esta informação foi concedida por Marco Grilli, funcionário do Arquivo Secreto do Vaticano, em 18 de novembro de 2013.

<sup>33</sup>Governador da Província do Amazonas nos anos de 1882 e 1883. Governador da Província de Santa Catarina em 1884.

<sup>34</sup>Após finalizar seu governo frente à Província de Santa Catarina.



março de 1882<sup>35</sup>, José Paranaguá saiu pelo interior em busca de peças indígenas, uma vez que estava interessado em enviar material para a *Exposição Antropológica Brasileira*<sup>36</sup> que seria inaugurada em final de julho (dia 29) daquele ano, no Museu Nacional no Rio de Janeiro.

Embora não se possa afirmar que sua vida como viajante esteja diretamente vinculada ao desejo da produção de conhecimento científico – passível de suposição em consequência da formação de uma coleção de objetos etnográficos de diversas etnias<sup>37</sup>-, ou mesmo do fato de poder utilizar-se de sua posição político-social<sup>38</sup> como instrumento de suporte à sua trajetória como viajante, podemos identificar em sua figura o vigor e entusiasmo comuns aos jovens empreendedores (em 1882 tem 27 anos) que, como ele, realizaram inúmeras viagens pelo interior do Brasil durante todo o século XIX com o intuito de explorar o território e documentar os costumes, as paisagens e os tipos étnicos locais (SILVA, sd).

A organização desta exposição antropológica esteve a cargo do então diretor do Museu Nacional, Dr. Ladislau Netto, que solicitou aos governadores das províncias brasileiras o envio de coleções e artefatos antropológicos para integrar a

---

<sup>35</sup>Designação por Carta Imperial em 28 de janeiro de 1882.

<sup>36</sup>Para reunir o acervo a ser mostrado na Exposição, Ladislau Netto enviou solicitações para todas as províncias: os moldes de Botocudo chegaram de Goiás e do Espírito Santo; objetos etnológicos vieram do Amazonas e Mato Grosso; peças líticas e cerâmicas foram remetidas pelo Museu Paranaense, além de coleções particulares. Os livros foram emprestados da Biblioteca Nacional. Segundo o Guia da Exposição, as coleções foram organizadas em oito salões, especialmente redecorados para a ocasião, que receberam os nomes de naturalistas e missionários do passado, como Pero Vaz de Caminha, Jean de Léry, Gabriel Soares de Sousa, José de Anchieta, Alexandre Rodrigues Ferreira, e cientistas contemporâneos, como Martius, Hartt e Lund. Em cada uma destas seções foram exibidos variados objetos arqueológicos, em maior ou menor número. A sala Lund foi a que mais recebeu restos humanos fossilizados, enquanto que a Hartt continha a maior parte dos fragmentos cerâmicos e a Lery os restos de sambaquis. (MUSEU NACIONAL, 1882).

<sup>37</sup>Fato que se pode comprovar por meio dos relatos existentes nas cartas de negociação de parte de sua coleção (Ver capítulo 2).

<sup>38</sup>Presidente das Províncias do Maranhão e Santa Catarina entre 1882 e 1884. Durante 1882 e 1883 obteve permissões para organizar viagens supostamente voltadas para inspeção administrativa de diversas regiões da Amazônia. Nessas viagens, descritas em seus diários, relata o contato com índios, esboçando certo conhecimento sobre algumas etnias.

mostra. Assim, moldes de Botocudo chegaram de Goiás e do Espírito Santo; objetos etnológicos vieram do Amazonas e Mato Grosso; peças líticas e cerâmicas foram remetidas pelo Museu Paranaense, além de coleções particulares e livros da Biblioteca Nacional. Conforme descrito por Andermann (2009, p. 128):

O catálogo da exposição, também ainda em fase de preparação, contará com 70 páginas enumerando os objetos da amostra, a qual se estende pelos oito salões do primeiro andar do museu. Redecorados especialmente para a ocasião, cada salão recebeu o nome de algum famoso etnógrafo e naturalista do passado, dos cronistas portugueses Pedro Vaz de Caminha e Rodrigues Ferreira aos missionários dos séculos XVI e XVII Gabriel Soares, José de Anchieta e Jean de Léry, incluindo ainda os cientistas contemporâneos como Martius, Hartt e Lund. Para noticiar o evento ao grande público, a ocasião conta com a presença de jornalistas dos principais periódicos da cidade, entre eles o famoso (e também temido) caricaturista Angelo Agostini e o fotógrafo Marc Ferrez. Finalmente, assiste ao evento um pequeno grupo de índios Botocudo provenientes do Espírito Santo e outros três índios da tribo Xerente de Minas Gerais, trazidos para a capital do império para permanecer no museu durante o período da exibição.

Segundo o autor (2009, p.128), a exposição antropológica comemorava o aniversário da Princesa Isabel ao mesmo tempo em que representava uma efeméride do Império.

A data é 29 de julho de 1882. Os fogos de artifício, acompanhados pela música das bandas militares, iluminam o céu da cidade do Rio de Janeiro comemorando o aniversário da princesa Isabel: um feriado nacional festejado em todo o Império do Brasil.

Certamente dado os seus laços familiares e a distinção com a nomeação para um cargo importante no império, José Paranaguá recebeu a solicitação do então diretor do Museu Nacional de envio de artefatos indígenas da província que presidia para a *Exposição Antropológica Brasileira Brasileira* (figuras 14 e 15) como uma demanda não apenas política, mas pessoal, de retribuição ao prestígio e consideração manifestos pelo regime imperial à sua família. Como afirma Bitencourt (1973), o interesse de Paranaguá em “enviar material para a Exposição” determinou as suas viagens pelo interior da província “em busca de peças indígenas”.

Na visão de Andermann (ano, p.129/130), a *Exposição Antropológica* “ocupava um lugar crucial neste ‘complexo expositório’ do segundo reinado”, uma vez que, não apenas revalorizava a “iconografia indianista do Império” através da riqueza e diversidade das comunidades indígenas brasileiras, com seus artesanatos e símbolos, mas, sobretudo, promovia a “celebração popular da ciência” como havia afirmado o fisiologista e futuro diretor do museu, João Baptista de Lacerda (1906, p.58 apud ANDERMANN, 2009, p. 145).

Este compreendia que o arranjo de armas, flechas, maracás, borés, tacapes, zarabatanas, arcos, polidores, machados, tembetás (dentre outros instrumentos) “formavam pela sua regular disposição, quadros dignos de ver-se e comparar-se”. Os demais objetos “interessavam sobretudo ao physiologista”. Por fim afirmava que

Cada especie de amostra correspondia a uma tribu, tornando-se dest’arte fácil fazer-se a comparação entre os artefactos da mesma especie, pertencentes a tribus diferentes.

Na análise desta exposição, Andermann (2009, p. 141/146) assinala em diversas passagens de seu texto, os objetos expostos do acervo do Museu Nacional referendados por publicações científicas de Ladislau Netto, Rodrigues Peixoto e Lacerda dentre outros - que asseguravam a legitimidade do artefato na qualidade de objeto da ciência. Os princípios classificatórios que organizavam os objetos na exposição estavam inseridos dentro de um paradigma geral derivado da tradição tipológica e da visão comparativa e evolucionista da cultura<sup>39</sup>.

Na segunda metade do século XIX - sobretudo a partir da década de 1870 - com a divulgação das teorias evolucionistas de Charles Darwin no Brasil (estas já estavam em plena discussão na Europa), houve um processo de dinamização nas instituições de caráter científico na América Latina - e que fez dos museus os locais preferidos para a exposição dessas teorias. Elas foram adaptadas e tomaram formato específico no Brasil, no intuito de legitimar algumas especulações acerca da posição em que se encontrariam índios, negros e mestiços, na cadeia evolutiva sugerida pelos cientistas ingleses.

---

<sup>39</sup>O WM parece celebrar essa prática da Antropologia praticada no século XIX como forma de favorecimento de uma análise exaustiva e comparativa entre os grupos étnicos de grupos.

A *Exposição* de 1882 mostra ainda que de forma panorâmica, os estudos realizados por cientistas como José Barbosa Rodrigues, Ladislau Netto, J. B. de Lacerda, Mello Moraes Filho, Eunápio Deiró, J. Serra, Professor Harty, Dr. Couto de Magalhães enfocando diversos aspectos do conhecimento científico, tiveram visibilidade na revista dessa *Exposição*. Nela foram abordados temas como arte, religião, fisiologia, linguística e sociologia dos povos ali representados.

### 1.1 Paranaguá na Amazônia

Nesse item veremos como José Paranaguá se insere efetiva e politicamente no projeto do Império ao assumir a Presidência da Província do Amazonas. Encontramos alguns documentos de época que nos permitem perceber as circunstâncias geopolíticas que José Paranaguá encontrou ao chegar a Manaus em março de 1882.

No *Relatório de Gestão* produzido pelo Inspetor do Tesouro Provincial Joaquim José Paes Saldanha Sarmiento para o ato de passagem do comando do governo da província à José Paranaguá, destacamos os excertos mais esclarecedores sobre esses aspectos.

No Quadro 1, abaixo, intitulado *Divisão Ecclesiástica da Província do Amazonas*, apresentamos a lista de municípios pertencentes à Província e sua subdivisão em *paróchias*<sup>40</sup>; a data de criação e a indicação da instituição canônica nesses locais - complementada pela situação quanto à vacância no principal cargo de gestão (diretamente relacionado à interlocução com o Governador da Província), inclusive nas paróquias vinculadas à Manaus e Barcellos – os maiores municípios da Província.

---

<sup>40</sup> Paróquias.

## QUADRO 1

**QUADRO N.º 1.**  
Divisão Eclesiástica da Província do Amazonas.

MUNICÍPIOS	PARÓQUIAS	DATAS DA CREAÇÃO	INSTITUIÇÃO CANÔNICA	PROVIMENTO
Mauáos	N. S. da Conceição de Mauáos	Lei de 1895	Instituída. Ignora-se a data	Província
	Santo Angelo de Tapapeçassu	Lei n.º 51 de 22 de junho de 1855	idem idem	Vaga
	N. S. do Pasarelli de Manacapuru	Lei n.º 118 de 12 de agosto de 1865	Não instituída	idem
	N. S. dos Nemedios de Mauáos	Lei n.º 264 de 15 de maio de 1873	Prov. do Bispado de 6 de set. de 1878	Província
	S. João de Arziman	Lei n.º 265 de " " "	idem idem idem	Vaga
	N. S. de Nazareth do Huxy (Lubria)	Lei n.º 265 " " "	idem idem idem	Província
Cosry	N. S. de Nazareth da N. C. de Bella Vista	Lei n.º 430 de 25 " 1879	Não instituída	Vaga
	S. Antonio de Queilhana	Lei n.º 479 de 21 " 1880	idem	idem
Borba	N. S. da Conceição de Alvellos	Lei de 1744	Instituída. Ignora-se a data	idem
	Santo Antonio de Borba	Lei de 1746	idem idem	Província
	N. S. do Carmo de Encarnau	Lei de 1807	idem idem	idem
Barcellos	N. S. da Conceição de Barcellos	Lei de 1758	idem idem	Vaga
	N. S. do Rosário de Thesmar	Lei de 1758	idem idem	idem
	S. Cruzeta	Lei de 1758	idem idem	idem
	S. José de Maranhães	Lei de 1758	idem idem	idem
Telá	Santa Rita de Moura	Lei de 1758	idem idem	idem
	N. S. do Carmo do Rio Branco	Lei n.º 92 de 6 de novembro 1858	idem idem	idem
	Santa Alberto de Carvoeiro	Lei n.º 387 de 6 de outubro 1878	Não instituída	idem
	Santa Theresia de Fesó	Lei de 1759	Instituída. Ignora-se a data	Província
	N. S. de Fusedalupa de Fento-Bôa	Lei de 1759	idem idem	Vaga
	S. Paulo de Olivença	Lei de 1759	idem idem	idem
Silves	S. Francisco Xavier de Tabatinga	Lei de 1768	idem idem	idem
	S. Pedro de Touandus	Lei n.º 149 de 15 agosto de 1865	Não instituída	idem
	S. Joaquina de Caigira	Lei n.º 394 de 21 outubro de 1879	idem	idem
Itacoatiara	N. S. da Conceição de Silves	Lei de 1759	Instituída. Ignora-se a data	idem
	Som'Anna da Capella	Lei n.º 402 de 3 de maio de 1880	Não instituída	idem
Manáes	N. S. do Rosário de Itacoatiara	Lei de 1759	Instituída. Ignora-se a data	Província
	N. S. da Conceição de Manáes	Lei de 1800	idem idem	idem
Parintins	N. S. do Carmo de Parintins	Lei de 1800	idem idem	idem
	N. S. do Bom Socorro do André	Lei n.º 14 de 17 de novembro 1853	idem idem	Vaga
Cadaçás	N. S. das Dores de Banicares	Lei n.º 98 de 4 de junho de 1859	idem idem	idem
	N. S. da Graça do Cadaçás	Lei n.º 175 de 30 junho de 1868	idem idem	idem

Atentemos para as colunas 1 (Municípios) e 2 (Paróquias) onde identificamos algumas localizações de onde são originados parte dos objetos coletados por José Paranaguá, a exemplo de Itacoatiara, Cadaçás e Barcellos.

No Quadro 2, abaixo, encontraremos referência às Comarcas (Coluna 1) que complementam o panorama que nos interessa, identificando os rios Madeira, Negro, Parintins e Solimões – rotas fluviais pelas quais Paranaguá se deslocou por toda extensão territorial da Amazônia brasileira e acessou diversas províncias estrangeiras.

## QUADRO 2

**QUADRO N.º 2.**  
Eleitorado da Província do Amazonas, segundo a lei n. 3020 de 9 de Janeiro de 1881

COMARCAS	MUNICÍPIOS	PARÓQUIAS	Alistados na revista de 1882 e de Janeiro de 1883.															TOTAL DAS ELEIÇÕES		
			ESTADO					PROFISSÃO											TOTAL	
			CIDRÕES	SABERES	LETRAS	COMERCIALES	ARTES	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS	LETRAS			LETRAS
Capital.....	Manáos.....	N. S. da Conceição N. S. dos Remedios Santo Angelo de Tauapessassu	7	13	3	7	6	10	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20	89	110
Rio Negro.....	Cudajáz..... Barcellos.....	N. S. de Nazareth da Labria N. S. da Graça de Cudajáz N. S. da Conceição	2	17	3	2	2	17	2	1	1	1	1	1	1	1	1	46	132	132
Hacotiara.....	Hacotiara.....	Santa Rita de Moura N. S. do Rosario	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	122	122	122
Parintins.....	Parintins.....	N. S. da Conceição N. S. do Carmo	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	249	250	250
Rio Madeira.....	Bozba..... Manicoré.....	N. S. do Bom Socorro do Andirá N. S. da Conceição Santo Antonio N. S. do Carmo de Casumã	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	144	145	145
Solimões.....	Tefé.....	N. S. das Dores Santa Theresza S. Paulo d'Olivença	3	5	6	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13	65	75
	Coary.....	N. S. de Euadehupe de Fonte Boa S. Francisco Xavier da Tabatinga N. S. da Conceição de Alvalhos	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	11	10
			61	55	43	44	40	8	3	1	1	1	1	1	1	1	120	1142	123	1209

No relatório apresentado à *Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas* em 1883<sup>41</sup>, o governador Paranaguá cita e comprova o sucesso de seu propósito inicial de promover os “melhoramentos materiais da província”, ampliando os acessos fluviais, os quais já contam a essa altura com a chegada por rio dos viajantes estrangeiros interessados na ciência, mas que precisam também tornar-se uma via de comunicação e vulgarização da riqueza dos produtos regionais, estimulando a abertura de portas para o comércio e a indústria (1881, p.88) - (Figura 3, abaixo).

Para tal fim, e por falta de pessoal técnico para operar a navegação fluvial, Paranaguá soluciona prontamente a questão colocando o serviço a cargo do pessoal (não especificado) e disponibilizando lanchas da flotilha de guerra, evidenciando assim seu empenho na gestão da Província.

<sup>41</sup>Relatório apresentado à segunda Sessão Legislativa da *Assembléa Provincial do Amazonas*, na abertura da décima sexta legislatura, em 25 de março de 1883, pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá. Manáos, Typ. do Amazonas, 1883.

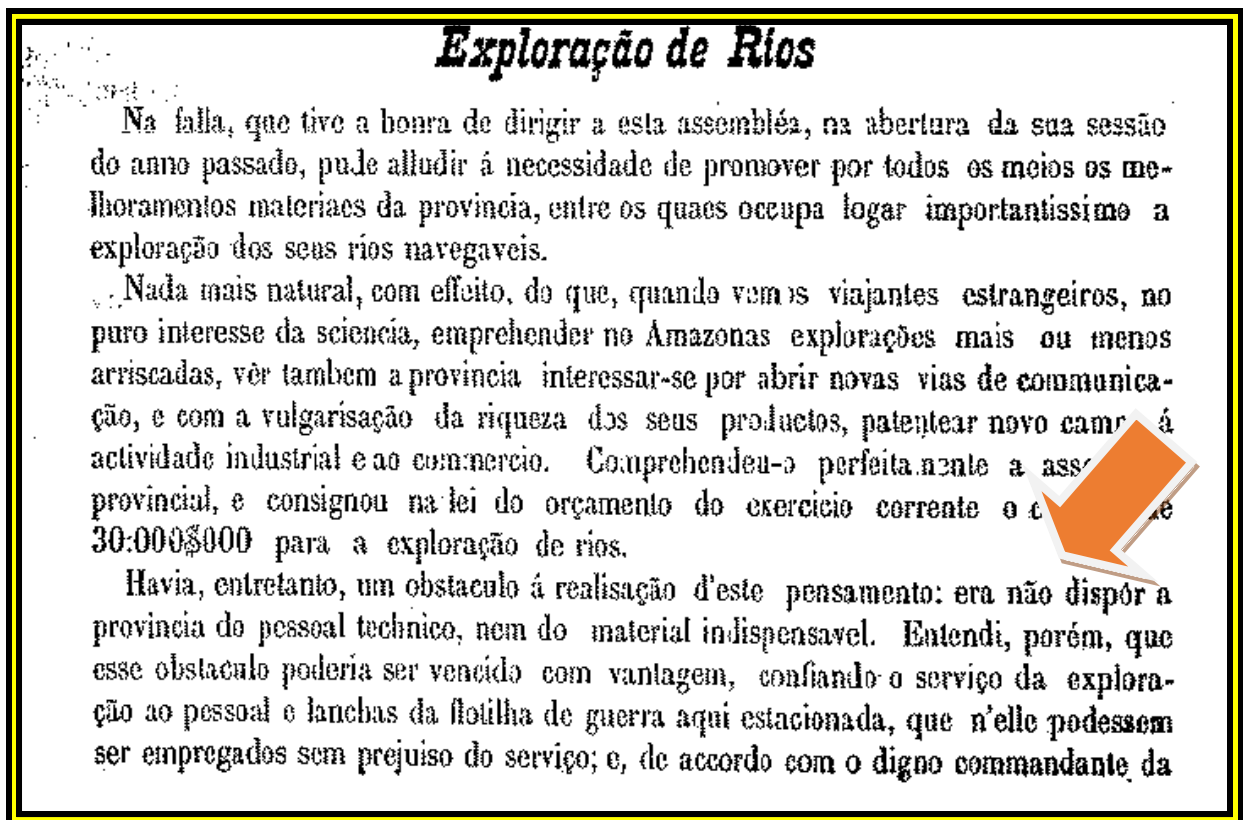


Figura 3 : Indica interesse dos viajantes estrangeiros pela ciência.

Neste mesmo relatório destacamos abaixo (figura 4), um dos principais objetivos traçados por José Paranaguá, presente ao longo de seus relatos: o de esquadrihar o território da província<sup>42</sup> em termos de recursos estratégicos naturais com potencial para utilização. A partir do diagnóstico do território, Paranaguá traça ações estratégicas como a valorização dos rios para vias de comunicação e transporte, o aproveitamento dos solos por seu potencial para agricultura, a exploração dos redutos naturais para comércio e industrialização, e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes, com destaque para a questão das minorias.

As informações sobre cada quadrante de seu território também deveriam vir acompanhadas de um mapa cartográfico, litografado, possivelmente como forma de, a partir de um único olhar, controlar da capital o vasto território da província e seus habitantes.

<sup>42</sup>Podemos atestar esse fato nos três diários de sua autoria, encontrados no Museu Imperial e considerados no Capítulo 2 deste trabalho.

Faz-se importante analisar a preferência pela exploração da rota do Rio Urubu tanto pela possibilidade de conexão fluvial com a Guiana Holandesa, (parágrafo 2) quanto pelo fato de ser habitado por *índios mansos* (parágrafo 2).

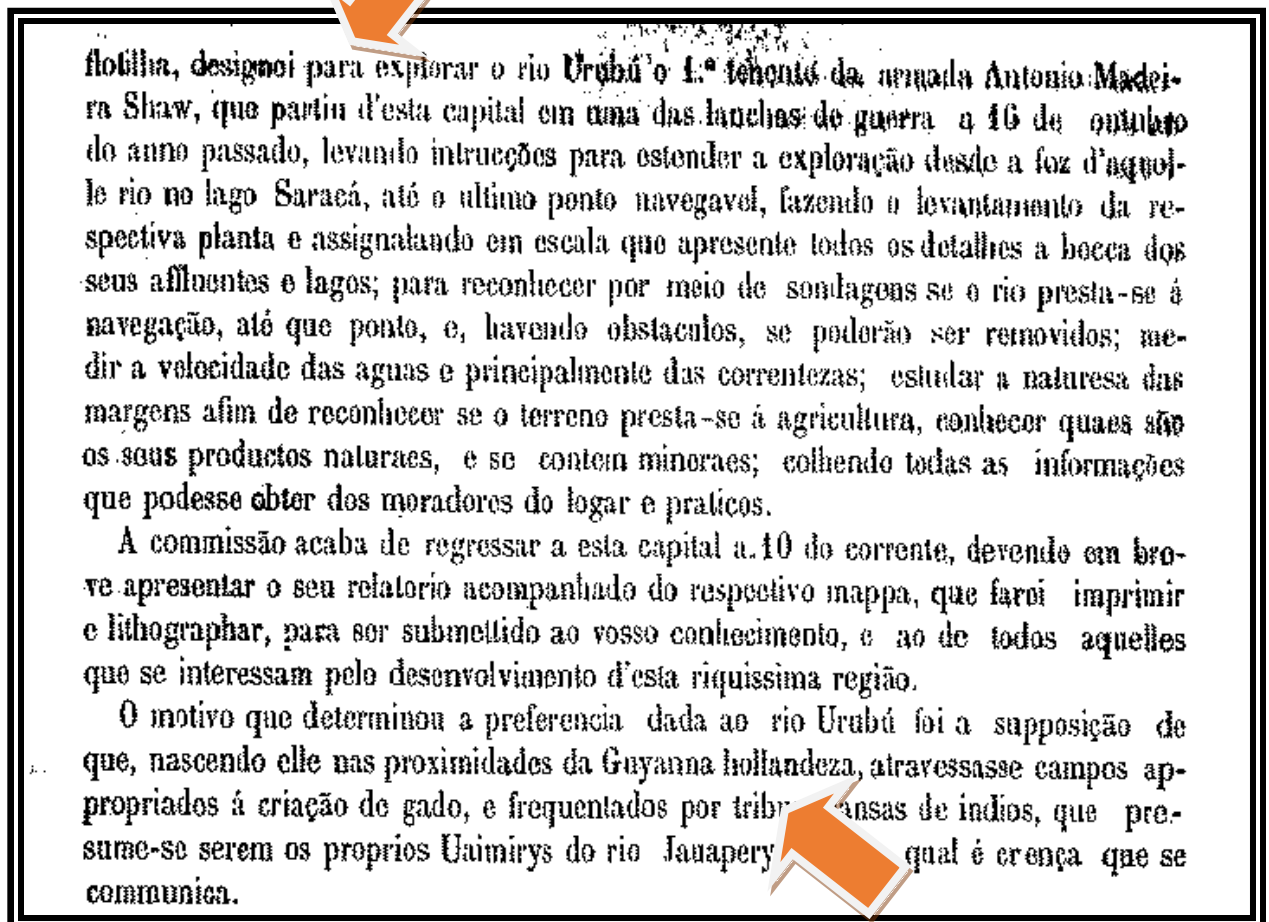


Figura 4: Exploração do Rio Urubu para o desenvolvimento da região amazônica.

Neste caso, esclarecemos que a qualificação 'manso' tem como seu contraposto o 'selvagem', ambas adotadas pelas políticas indigenistas do governo português, que justificava o que foi denominado de "guerras justas"<sup>43</sup>.

"Mansos", "domesticados", "civilizados" e "selvagens" ou "bravos", estavam relacionados, respectivamente, aos índios que se encontravam em situações de

<sup>43</sup>A Carta Régia de 1570 promulgada por Portugal proibia a prisão ou escravidão dos Índios que não estivessem em situação de "guerra justa", esta justificada pelos índios "bravos" que se voltavam contra os colonizadores. Por meio dessa medida, os colonizadores conseguiram manter a escravidão indígena durante todo o período colonial. (LOSADA, 2001; THOMPSON, 2013)



escravidão e de aldeamento, em espaços ‘protegidos’ por quartéis e presídios, e aqueles que resistiam á “proteção” (LOSADA, 2001; THOMPSON, 2013).

Na perspectiva de Thompson (2013, p.7), os governantes no Brasil também utilizavam a categoria “civilizado” associado ao “uso da língua portuguesa por indivíduos de origem índia”.

No texto do relatório do Governador, a terminologia “manso” está associada a capacidade de comunicação, entendida aqui tanto como uma etapa de um processo civilizatório baseada numa vertente colonizadora do Império, quanto como uma possibilidade de negociação frente às necessidades mercantis da Província.

Nestas circunstâncias, José Paranaguá demonstra ter uma visão ampla de seu tempo, voltada para o conhecimento e administração do território da província que governa com um enfoque econômico de desenvolvimento mercantil e industrial associado à integração territorial e populacional da província.

Entretanto, a esta visão associa-se outra que coloca o conhecimento a serviço de um projeto civilizatório. No mesmo relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 1883, José Paranaguá encaminha uma proposta do botânico Barbosa Rodrigues para a criação de um Museu Botânico voltado para o estudo da flora amazonense sob a perspectiva da ciência, das artes, da indústria e do comércio.

Qualificando a imensa riqueza vegetal do vale amazonense como “a mais assombrosa do mundo”, o Governador ressalta a fala de alguns deputados da Província enaltecendo tal iniciativa com argumentos voltados tanto para a importância da flora quanto para as vantagens do comércio desta riqueza. Destacamos uma das falas de um deputado selecionada por Paranaguá para convencer os integrantes da *Assembléia*:

É para, lamentar, Sr. Presidente, que os naturalistas estrangeiros que teem viajado n’aquelle valle, que teem contemplado aquellas maravilhas, que teem se extasiado diante d’aquella vegetação enorme e colossal, declarem que somente alguns daquelles produtos nativos poderiam constituir a riqueza de um Estado, ao passo que nos vemos o governo deixar todas aquellas riquezas sem o menor estudo, sem que lhes inspire o menor interesse!! (1883, p.85)

No século XIX, a formação de coleções e a criação de museus se inserem no contexto do segundo Império que, conforme analisado por Borges (2011, p.2), tem no conhecimento a base para “um projeto mais amplo de ocupação territorial, desenvolvimento e civilização”.

Neste relatório, menciona-se ainda a importância do “curare” conhecido pelos índios do Amazonas, assim como de outras plantas medicinais, as quais um Museu Botânico poderia estudar a sua ação química, fisiológica e terapêutica. Assim, conhecer os grupos indígenas constituía também, no século XIX, um papel estratégico para a Província. Como afirma Domingues (2001, p.57).

... as ciências naturais, através da botânica, da zoologia, da astronomia e da etnografia (pois o conhecimento dos povos do interior era condição para alargar as fronteiras), deram suporte e se desenvolveram inseridas no processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro.

A partir da leitura de três diários de viagem de José Paranaguá, em forma de cadernetas<sup>44</sup>, encontrados no Arquivo Histórico do Museu Imperial<sup>45</sup> da cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, foi possível detectar o seu conhecimento de acerca das comunidades indígenas de sua Província e, de certa forma, confirmar na prática o discurso político.

Antes, porém, faz-se necessário esclarecer que a leitura das duzentas e oitenta e quatro páginas destas três cadernetas – algumas não totalmente íntegras, com perdas de páginas - permite traçar um panorama de sua viagem a esses sítios, entre janeiro de 1882 (saindo do Rio de Janeiro para assumir a presidência da

---

<sup>44</sup>Cadernetas em formato A5, com capa dura, folhas numeradas à mão na parte superior direita e texto escritos à lápis por José Paranaguá. Não há em nenhuma delas desenhos, mas em todas aparecem tabelas com relações de nomes próprios, lugares e produtos. Faltam folhas no início do primeiro diário, onde observa-se as margens não extirpadas das folhas faltantes. Não foi possível identificar a data da retirada das folhas pois foram realizadas no início da caderneta, sem ficar claro se as páginas estavam escritas ou não.

<sup>45</sup>O Museu possui ainda itens datados de 1772 a 1940, a maioria referente ao período imperial, a *Coleção Paranaguá* foi formada a partir de vinte e nove doações feitas por Pedro Paranaguá, neto de João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá, ao Museu Imperial, no período de 1940 a 1974. Esta coleção é composta por acervo de cunho arquivístico, bibliográfico e museológico, contabilizando um total de 2.750 itens, que, por questões de organização e acondicionamento, foram desmembrados, após as doações, em três setores. Disponível em <<http://187.16.250.90:10358/patrocine.jsp>>. Acesso em 25/01/2014.

província) e 1883 (último ano de mandato no Amazonas), passando por localidades como Itacoatiara, Silvas, Capela, Parintins, Andirá, Uariaú, Barreirinha, Maricá, Mucajatuba, Piracatuba, Abacaxis e Canuman.

Nestas cadernetas também foi possível identificar seus companheiros de viagem, a estrutura de que disponibilizava nessas ocasiões e seus interesses em cada localização visitada.

O próprio Paranaguá ocupou-se de nomear nessas incursões pelo interior do Brasil as pessoas, os lugares, a situação e os atos administrativos que oficializou, demonstrando uma metodologia de trabalho estruturada, repetida sucessivamente na descrição de cada lugar visitado.

Imbuídos da esperança de conseguir com essas leituras organizar uma narrativa acerca da sequência dos deslocamentos das comitivas de Paranaguá em cada viagem, pode-se, outrossim, ao final dessa averiguação, encontrar diversas citações aos locais geográficos que percorreu nesses dois anos (1882 e 1883 na Região Norte), bem como a identificação parcial de poucas etnias indígenas contatadas.

Quanto ao formato literário dos diários, pode-se verificar estilo preciosista de Paranaguá revelados nas descrições filigranadas dos locais, das condições de vida dos povos ribeirinhos, da produção econômica local e das representações culturais como evidenciado nas páginas abaixo (Figura 5). Destacamos ainda o estado de precariedade observado por Paranaguá em relação às questões relacionadas à habitação e às condições insalubres desses povos - é ponto pacífico em todos os seus diários utilizados neste trabalho.

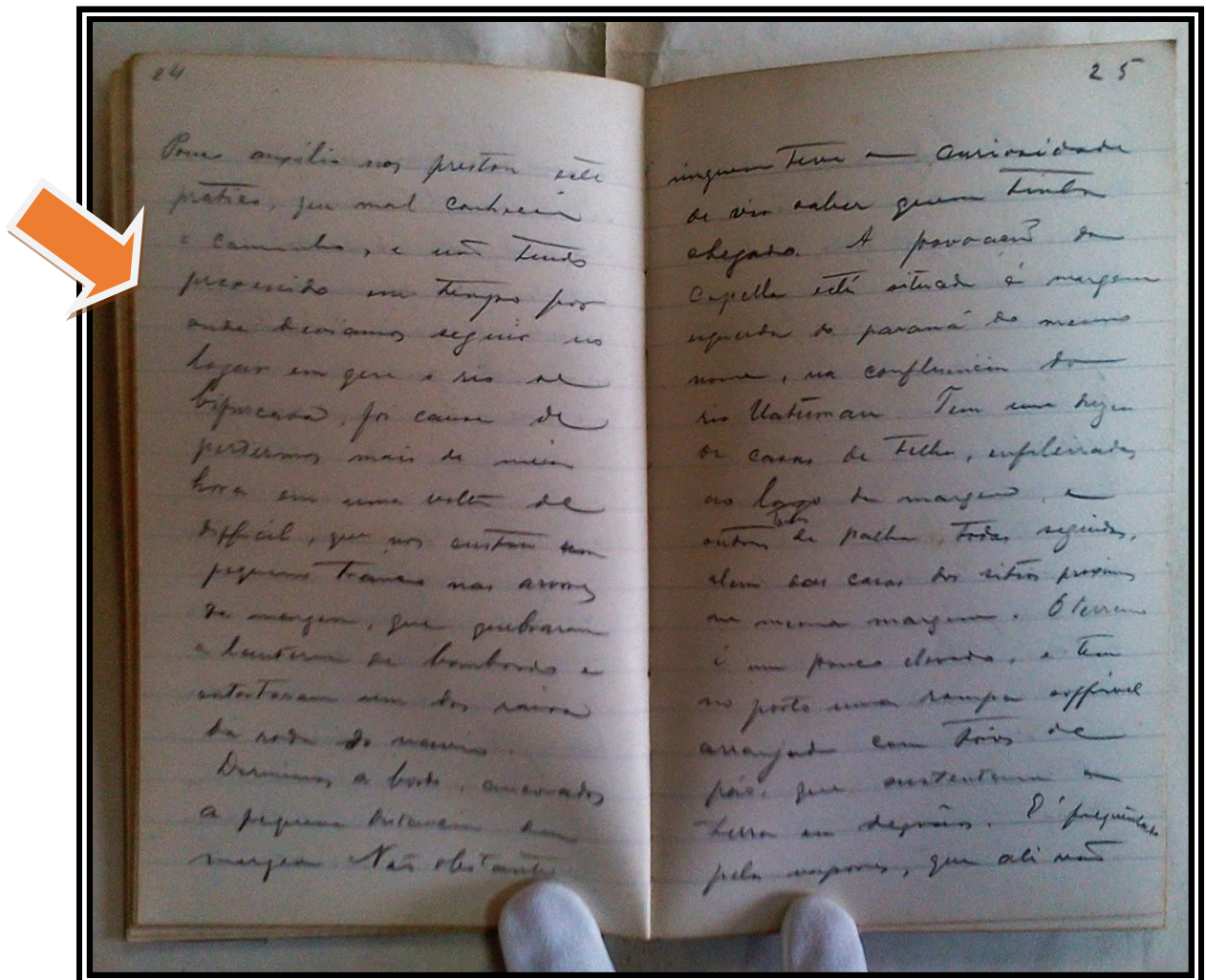


Figura 5: Descrição de chegada à Povoação da Capella em ambas as páginas do diário.

O estilo literário de Paranaguá migra para o *modo relatório* quando, sumariamente, faz observações sobre nomeações de poder concedidas aos proprietários de terras que promovem a produção agropecuária ou dos seringais locais – meio de sustento das famílias e índios assentados nessas regiões. Também nomeia professores por qualificação ou aptidão (figura 6), para que, mesmo de forma precária, não se fechem escolas. Cada uma dessas pessoas tem seus nomes anotados pelo Governador da Província (figura 6).

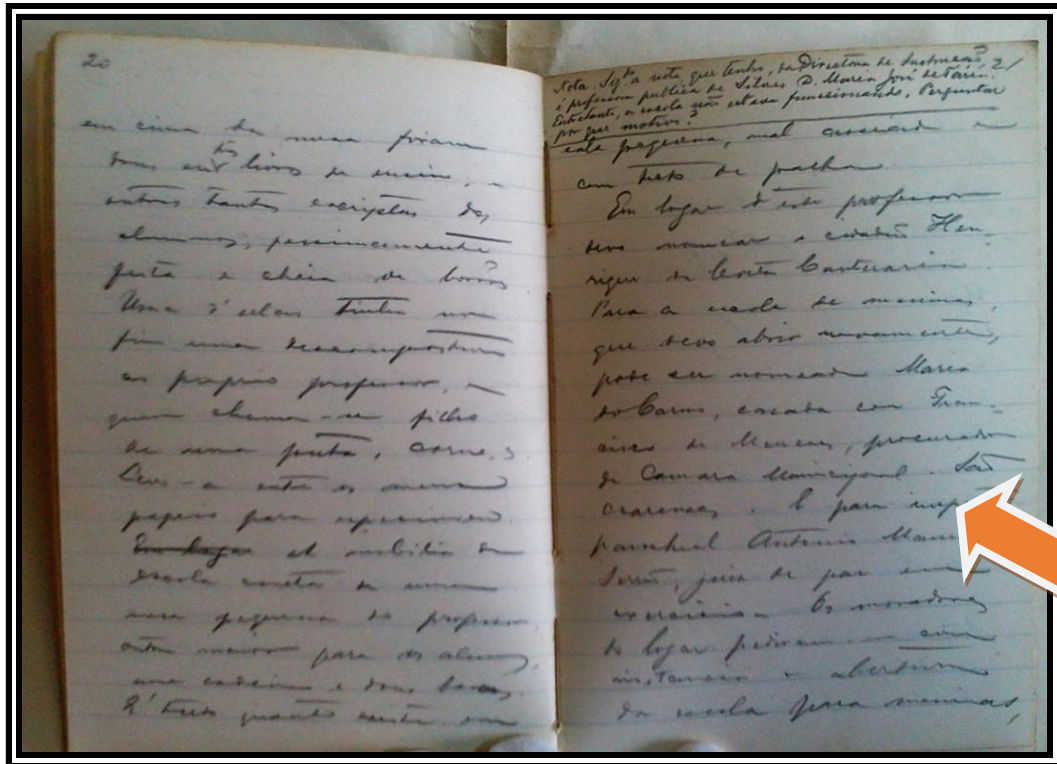


Figura 6: Nomeação de funcionário para a escola.

Nas citações aos povos indígenas – foco do interesse específico desta pesquisa – as descrições revelaram-se sumárias no que diz respeito ao comportamento do elemento indígena.

Lugar de índios Maués, à margem direita do Rio Maués. 20 casas de palha, uma pequena capela. 200 pessoas vivem miseravelmente e são **indolentes**. Os homens [...] mas são pouco assíduos ao trabalho” (Diário de 12 de setembro de 1882)<sup>46</sup>. (Grifo nosso)

Em outro momento, Paranaguá descreve o trabalho das mulheres, os alimentos que produzem e as relações de poder local:

...fazem farinha que pode-se [...] de alimentação principal do índio. Da mandioca e da farinha fazem o cachary, o tacacá, o tuampy, o xibí, o beijú (grafia do autor). Criam galinhas, que não comem senão os doentes. O capitão principal é o índio Joaquim Antonio. Não fala português. O alferes ajudante que tbm serve de língua é o índio

<sup>46</sup>Nesta data a *Exposição Anthropologica* estava em plena exibição, tendo sua data de fechamento em 30 de setembro do mesmo ano.

Romualdo José Benedito. Este último é inteligente e exprime-se perfeitamente em português [...] Notei que a maior parte dos índios não obedecem o capitão que aliás parece ser um bom homem.” (idem)

Também informa em 7 de outubro de 1882, durante uma viagem ao Rio Madeira, que em

Pasto Grande, margem esquerda, propriedade de Manuel Pereira Gonçalves, vulgo<sup>47</sup> Comercio, onde há boas casas de talha e meia dúzia cobertas de palha. Do [ilegível] que trabalha no seringueiro consta de **32 índios bolivianos**”. (grifo nosso)

Mais a seguir, informa que por este trabalho os indígenas recebem “entre 25 e 30 [ilegível] mensais além da ração que semanalmente se fornece a cada índio”.

Complementa com a informação de que

...este lugar há poucos anos foi atacado pelos ferozes Parintintins que ainda hoje costumam fazer frequentes [ilegível] de frente, na margem oposta, junto a desembocadura do Rio Machado.

Esta narrativa aponta para o fato de que Paranaguá detinha certo conhecimento sobre a história recente da ocupação e das lutas entre os povos ribeirinhos da região, estando ciente das questões relacionadas às disputas de territórios na Província do Amazonas. Vale destacar sua citação na página 11 de que,

...acima das cachoeiras do Machado há várias tribos indígenas que se supõem ser Jurús, Urupés, etc, etc, etc” “...índios ainda não civilizados são dóceis e facilmente podem ser alteados<sup>48</sup> .

Em nenhum momento foi encontrado nesses diários - um dos quais contém um aproveitamento de espaço com anotações não sequenciais - indicação de interesse em coletar ou adquirir objetos dessas culturas. Ao contrário, trata-se de um relatório diário de visitas a diversos pontos da região norte, além de anotações de 1884, quando não mais exercia o cargo de Presidente de Província do Amazonas.

<sup>47</sup>Sublinhado por Paranaguá.

<sup>48</sup>Supostamente “alteados” pois o original está ilegível.

Sua narrativa sobre as longas viagens, no que tange à estrutura, se concentra na datação dos eventos, na identificação do transporte e das condições de viagem, da nomeação da tripulação e acompanhantes.

Em cada parada, visitas às escolas de meninas e meninos, à igreja, à câmara municipal (ou equivalente) fazem a rotina dessas viagens. Descreve minuciosamente o estado de conservação dos prédios, as necessidades estruturais e de pessoal e, em certos casos, apresenta soluções como nomeações de afiliados políticos para assumirem cargos no magistério ou em posições administrativas desses pequenos povoados.

A citação aos povos indígenas está inserida nesse contexto, apenas quando pertinente à localidade ou às possíveis funções agrícolas desempenhadas. Neste caso, relacionados aos índios adjetivados por ele como “mansos”. De fato cita, como se apontou anteriormente, conhecimento sobre algumas etnias cujos objetos culturais compõem o acervo etnográfico que futuramente viria a fazer parte do acervo do WM. Entretanto, com base na documentação pesquisada, não se pode afirmar que estas peças tenham sido coletadas ou adquiridas nestas viagens aqui registradas.

## 1.2 Os Diários

A primeira caderneta de José Paranaguá inicia, num estilo de diário<sup>49</sup>, com manuscrito datado de 28 de janeiro de 1882, e indica inicialmente uma “formalização” de seu *status* social, como Presidente de Província. Isto denota que seu diário, mais do que uma “escrita de si”, tinha como função relatar aspectos da viagem exploradora do território de forma a subsidiar suas ações governamentais.

Nomeado Presidente da Província do Amazonas por Carta Imperial em 28 de janeiro de 1882, tomei passagem para o Pará embarcando no vapor ‘Ceará’ da ‘companhia brasileira de navegação a vapor’, comandada pelo Sr. Pessoa. (1882)

---

<sup>49</sup>Os diários de viagens são utilizados como diários de bordo ou de campo. Identificam não só os acontecimentos relativos ao projeto de viagem como também abordam as questões pessoais envolvidas: “A profusão da ‘escrita de si’ se deu no século XIX e foi uma atividade burguesa por excelência. Surgiu e proliferou associada a um novo hábito: a criação de ambientes íntimos e privados, onde o sujeito moderno podia mergulhar em sua vida interior” (SIBILIA, 2003, p.3)

Imediatamente a seguir indica a intenção de informar o preço da passagem do barco (o que não faz, mantendo um espaço em branco, deixando claro que não o sabia) e aponta que valores foram pagos para que o acompanhasse na viagem dois criados, denominados João e Guilhermina.

Narra ainda estar na viagem rumo a Chaves (Pará), acompanhado pelo Cônsul recém-nomeado “para o departamento de Loreto, no Peru, e a família”. É importante destacar que as relações travadas com o Peru foram materializadas em um intenso comércio descrito e contabilizado nos seus relatórios de governo de 1883 (referente à execução de 1882), com a exportação de mercadorias para o Departamento de Loreto, sendo as principais o caucho, o chapéu de palha e o peixe salgado.

Nesta referida viagem rumo à posse, também estavam na lancha a vapor que saiu às 9h da manhã do Arsenal de Marinha o Dr. Adriano Pimentel, deputado pelo Amazonas, “Dr. Sinval e Vianna Vaz, deputado pelo Maranhão, comendador Amaral José Basson, Dona Eudoxia Yaya Ba... [ilegível] Nunes de Sá, Cerqueira de Holanda, Affonso Maranhão”. Numa narrativa posterior lembra ainda da companhia do “Vereador Leitão da Cunha, Doutor. José Maria Leitão, [ilegível], Aydam de Almeida, Alberto [ilegível], Felix Frias, Pedro Aguinaga, Alfredo Harper, George Sauville” (Relatório, 1883).

Em 20 de fevereiro, zarparam do Rio de Janeiro e chegaram no dia 23 à Bahia, após dois dias de mal estares e jogos de gamão com o Senhor Chaves. Foram 720 milhas náuticas em 76 horas. O desembarque ocorreu no Arsenal de Marinha ao som da Banda da Guarda.

Paranaguá ainda relata o trajeto até a casa de sua madrinha Mariquinha que o recebeu com um jantar, além de outros acontecimentos oficiais que ocorreram durante a estada de três dias na Bahia.

No dia 24, embarcaram novamente, desta vez em direção a Maceió. Acompanhado de inúmeras pessoas, como se pode verificar na imagem abaixo, menciona também não se lembrar de outros nomes presentes.



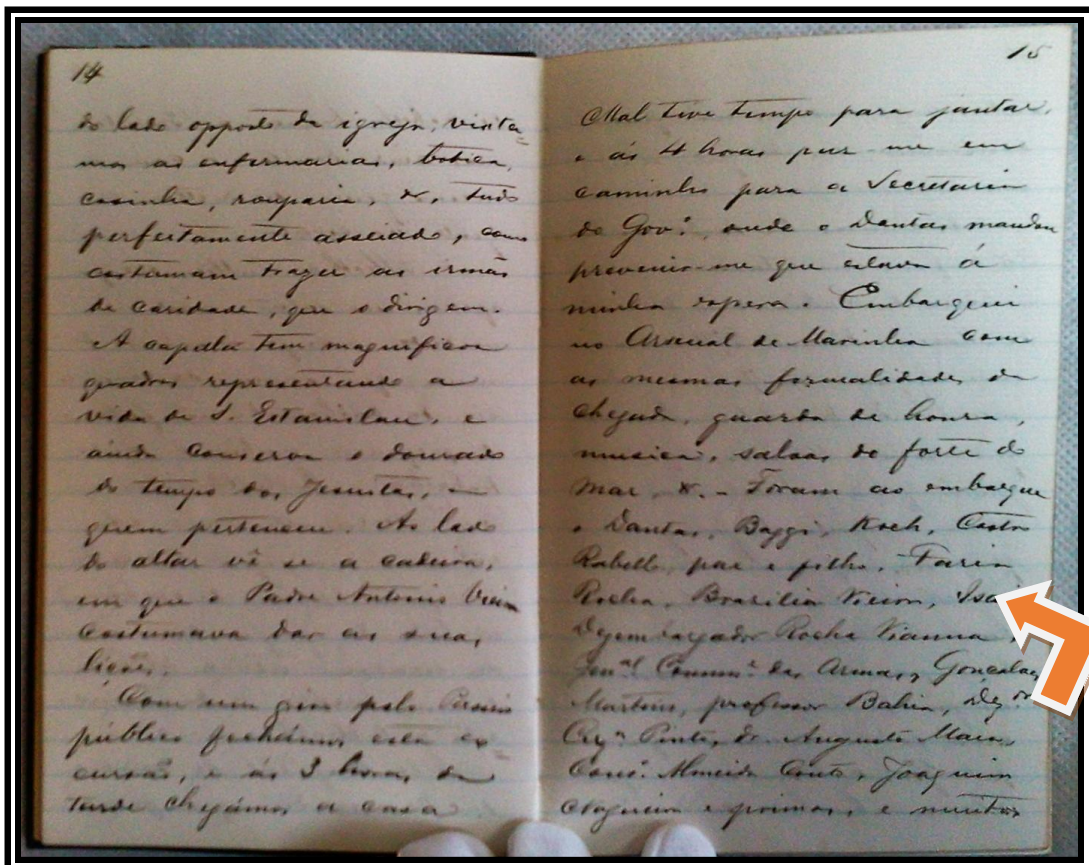


Figura 6: Página 15 do diário de José Paranaguá: indicação de acompanhantes na viagem a Maceió.

A narrativa memorial de Paranaguá é concisa na maior parte do tempo. Pontua os fatos com objetividade e não se desvia pelos caminhos da literatura, embora algumas vezes se encontrem descrições vívidas de lugares e situações pontuais, como já vimos.

No dia 28 de fevereiro chega à Pernambuco. Até então, a viagem adquire o caráter puramente político, não indicando motivação de outra natureza. No dia seguinte chega à Paraíba, depois ao Rio Grande do Norte e ao Ceará no dia 3 de março.

Nesta última província encontra-se com Ladislau Netto que regressava do Pará (1882, p. 35 do diário). Menciona ter sido apresentado ao botânico do Museu Nacional, Carlos Augusto Guilherme Schmaek<sup>50</sup> que lhe fora “recomendado pelo Dr. Ladislau Netto” (1882, p. 61). Não existe neste diário outra menção ao Dr. Schmaek – o que nos faz concluir que este foi um encontro casual e sobre o qual não se deteve. Não há referência alguma à futura *Exposição Antropológica Brasileira* (que inauguraria apenas cinco meses depois desse encontro), na qual viria pleitear participação junto a Ladislau Netto, como veremos em correspondência entre o Diretor do Museu Nacional e o Marquês de Paranaguá (Figuras 14 e 15).

Entretanto, Andermann (2009, p.146) relata que nesta viagem Ladislau Netto encontrava-se em processo de coleta de material para exposição:

Mesmo assim, ainda em janeiro de 1882, ou seja, seis meses antes da abertura da exposição, vemos o diretor do Museu Nacional viajando ao norte à procura de materiais para expor no evento. Na Ilha de Marajó, província do Pará, Netto passou algumas semanas escavando utensílios de barro e argila dos túmulos funerários. Ao “terminar” então sua pesquisa arqueológica, reservou as duas últimas semanas antes de tomar seu vapor de volta ao Rio, onde desembarcou no dia 5 de março<sup>51</sup>, para uma expedição etnográfica e antropológica na parte alta do rio Capim.

E ainda, menciona o trabalho de pesquisa científica desenvolvido por Ladislau Netto, em um curto período de tempo para organizar e classificar este acervo para figurar na referida exposição:

Netto havia levado menos de quatro meses para classificar e preparar suas descobertas para expor na exibição, em que formaram parte substancial do material exposto, sendo posteriormente integrados às coleções etnográfica, arqueológica e antropológica do museu. (ANDERMANN, 2009, p.146)

<sup>50</sup>Contratado pelo Museu Nacional em 1874 como naturalista viajante, foi Diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto em período posterior. In: Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.

<sup>51</sup>Existe uma divergência entre as datas informadas por Andermann (2009) e as existentes no diário de bordo do Conde de Paranaguá. Este afirma ter-se encontrado com o Diretor do Museu Nacional em 3 de março de 1882. Anderman informa a chegada de Ladislau Netto ao Rio de Janeiro no dia 5 de março, portanto apenas dois dias após o citado encontro. Atentando para as possibilidades do deslocamento naval à época, oriundos de Manaus, Belém (ou qualquer outro porto na região norte do império) pode-se afirmar que essa distância entre norte e sul do império brasileiro não se daria em menos de seis dias, conforme indicado por Paula (c.1999).

Prosseguindo a viagem, Paranaguá chega ao Maranhão no dia 6 de março. Sua estada de apenas um dia foi suficiente para tecer críticas ao estado de conservação do palácio do governo. Chega ao Pará no dia seguinte – 16 dias após a saída do Rio de Janeiro e, segundo o narrador, “2.258 milhas” náuticas percorridas com paradas em oito portos.

Sua narrativa se aprofunda em detalhes a partir de sua chegada ao Pará. A descrição da Sé e do casario das ruas deixa marcado o interesse do observador em reter no papel as impressões que lhe causara a cidade. É patente seu gosto pelo Pará em comparação com as críticas grafadas quando da estada no Maranhão.

A narrativa que nos interessa focar neste trabalho começa na página 56, quando dá início a viagem pelo Rio Amazonas até Manaus. Viagem que teria custado o montante de cem mil réis. Entretanto, ao contrário das expectativas da pesquisa, não foi encontrada informação que revelasse detalhes de sua interação com os povos indígenas ou com qualquer atividade que originasse a obtenção de material etnográfico, quer por coleta direta, quer por aquisição de outra natureza.

Podemos supor que este primeiro diário se destinasse a narrar sua saída do Rio de Janeiro, capital do Império, rumo a Manaus, onde haveria de iniciar em março de 1882 seu mandato como Governador da Província do Amazonas<sup>52</sup>.

Na primeira caderneta, o diário dá um salto de página e de tempo. A partir da página 73, informa a data de 13 de março de 1884 e inicia com uma lista de 16 pessoas das quais se despediu ao partir de Manaus (Figura 6). Nessa época José Paranaguá já estava nomeado para o Cargo de Governador da Província de Santa Catarina.

---

<sup>52</sup>Estabelecida em 1850 e desmembrada em 1889, tinha como capital, Manaus. Foi criada como um desmembramento da Província do Grão Pará e localizava-se no extremo oeste do território brasileiro.

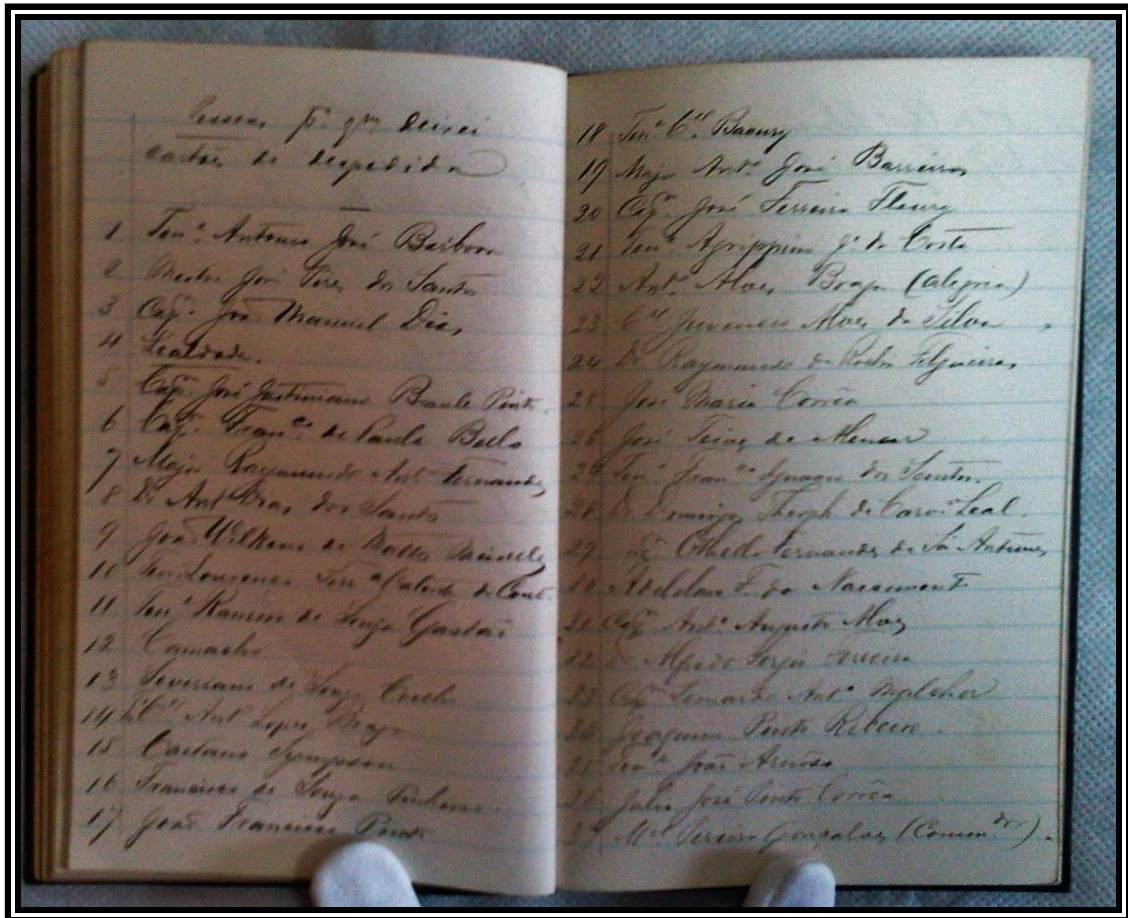


Figura 7: Lista de personalidades das quais se despediu em Manaus, 1884.

A seguir, na página 74, outra lista informando os 37 nomes para os quais deixou um cartão de despedida (Figura 7). Na página seguinte, outra lista sem indicação do motivo, iniciada pelo número “17” e fechada no número “56” (Figura 8). Na página seguinte, apenas dois nomes listados (Figura 9), ocupando as ordens 36 e 37. Em uma terceira lista, em prosseguimento à anterior, aparecem nomes entre os números 57 e 90, atribuindo ao documento uma desordem que não facilita a análise (Figura 10).

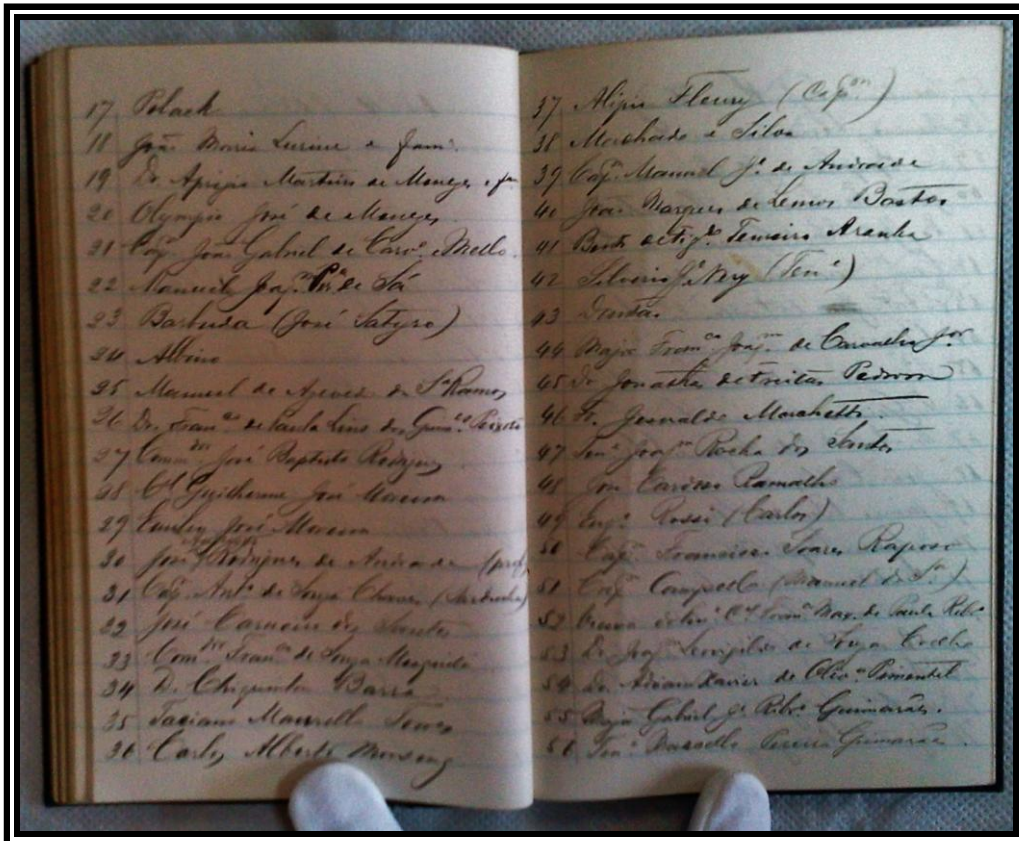


Figura 8: Lista de personalidades com das quais se despediu em Manaus, 1884.

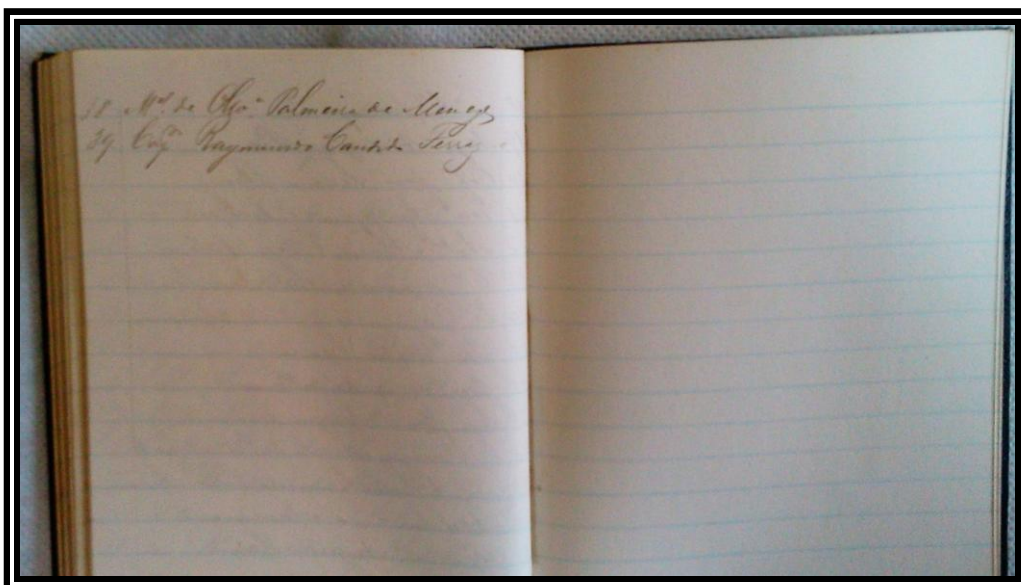


Figura 9: Lista de personalidades com das quais se despediu em Manaus, 1884.

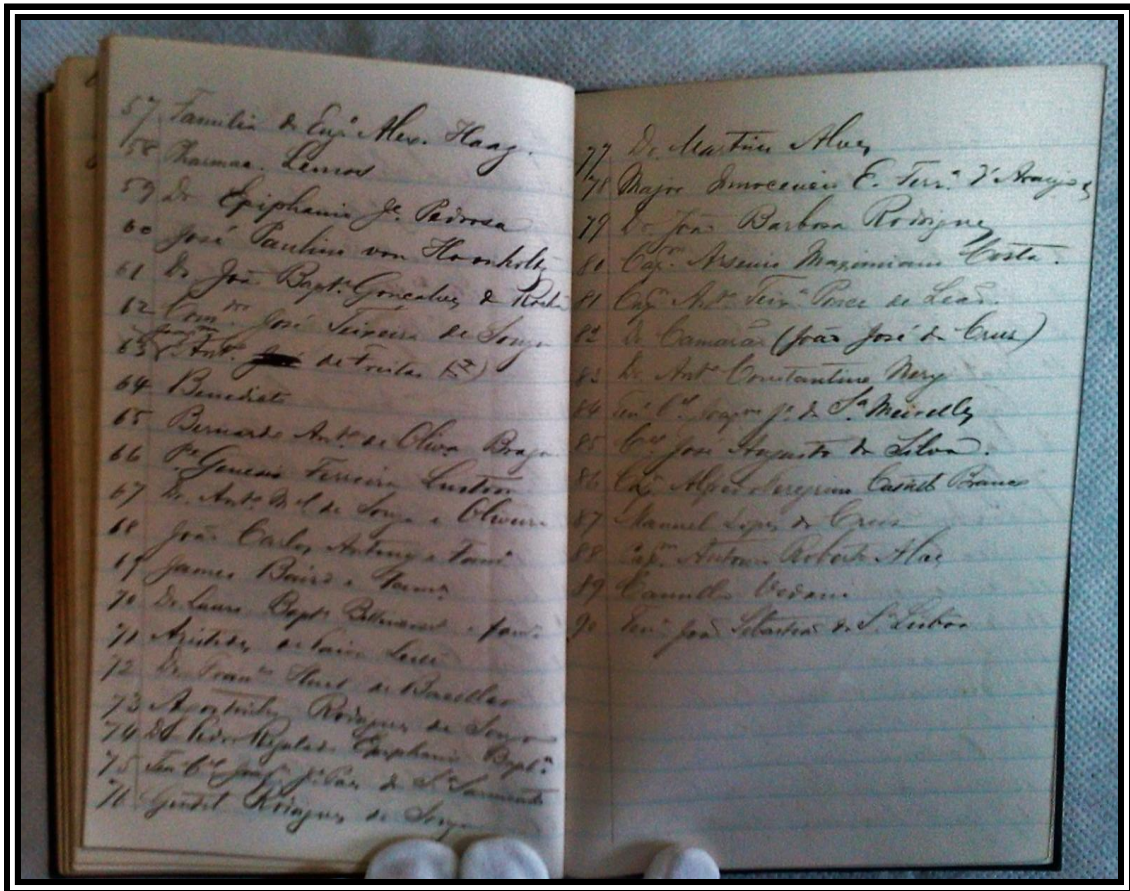


Figura 10: Lista de personalidades com das quais se despediu em Manaus, última página, 1884.

A segunda caderneta é datada de 12 de setembro de 1882. A bordo da Fragata de Guerra *Moema* faz uma “Viagem de Manaus a Itacoatiara, Silvas (?), Capela (?), Parintins, Andirá (?), Uariaú (?), Barreirinha, Maricá, Mucajatuba, Piracatuba, Abacaxis e Canuman” (1882). Até o dia 28 de setembro percorreu as localidades informadas, cumprindo a rotina de seu cargo. Não foram encontradas informações sobre aquisição ou coleta de material etnográfico nesta viagem.

A terceira caderneta apresenta o título “Viagem ao Rio Madeira” com início datado de 7 de outubro de 1882, a bordo do vapor *Iça*, comandado pelo 1º. Tenente da Armada, Jorge Rodrigues de Sousa Aranha rumo a Vila do Borba. Neste diário o Governador Paranaguá, aos 27 anos, continua sua visita técnica aos povoados ribeirinhos do Rio Madeira, anotando peculiaridades das localidades, visitando as principais referências culturais e religiosas da região e apontando as irregularidades, necessidades, identificando pessoas que ocupam cargos públicos.

Em 15 de outubro chegam a “Popunha de [ilegível]” onde toma ciência do aparecimento dos índios Parintintins:

...pela primeira vez, segundo foi informado pelos próprios moradores, os índios Parintintins. Varios moradores destes seringas, amedrontados com os signaes que appareceram, abandonaram as ... (ilegível). É costume entre os indígenas não atacarem qualquer povoação sem que primeiro tenham dado signal.

Paranaguá continua descrevendo as atitudes necessárias para precaverem-se de ataques e relata a forma como os índios Parintintins surgiram nas imediações, assim como indica o período e a maneira mais adequada de enfrentá-los (supostamente entre os meses de abril e maio) - época de colheita - contando com apoio de 20 homens. (1882, p. 106).

Segue para Humaitá, onde informa a existência de 150 índios bolivianos que trabalham nos seringais do português José Francisco Monteiro.

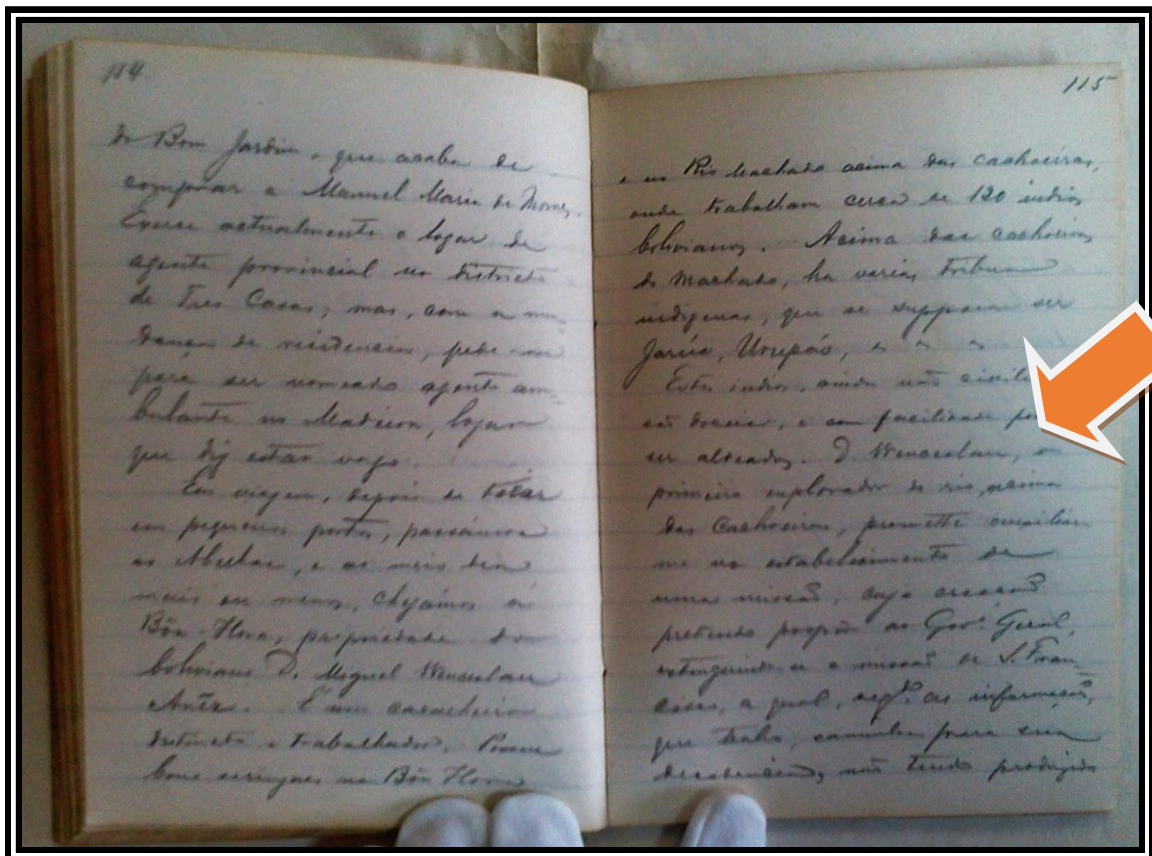


Figura 11: Terceiro diário, 1882.

Em seguida, na localidade de Boa Hora informa a existência de outro grupo com 120 índios bolivianos<sup>53</sup> e afirma que

...acima da cachoeira do Machado, há muitos indígenas que se suppoem ser Juruas e Urupes, etc, etc, etc... Estes índios, ainda não civilizados, são dóceis e com facilidade podem ser atacados (?).

A viagem se estende até a página 126 quando inicia uma lista que se intitula “Lista dos lugares mais conhecidos do Rio Madeira, desde Santo Antonio até Canumam (?) e seus atuais possuidores”.

Constam da lista seis páginas com 102 lugares e nomes relacionados lado a lado, conforme imagem abaixo.

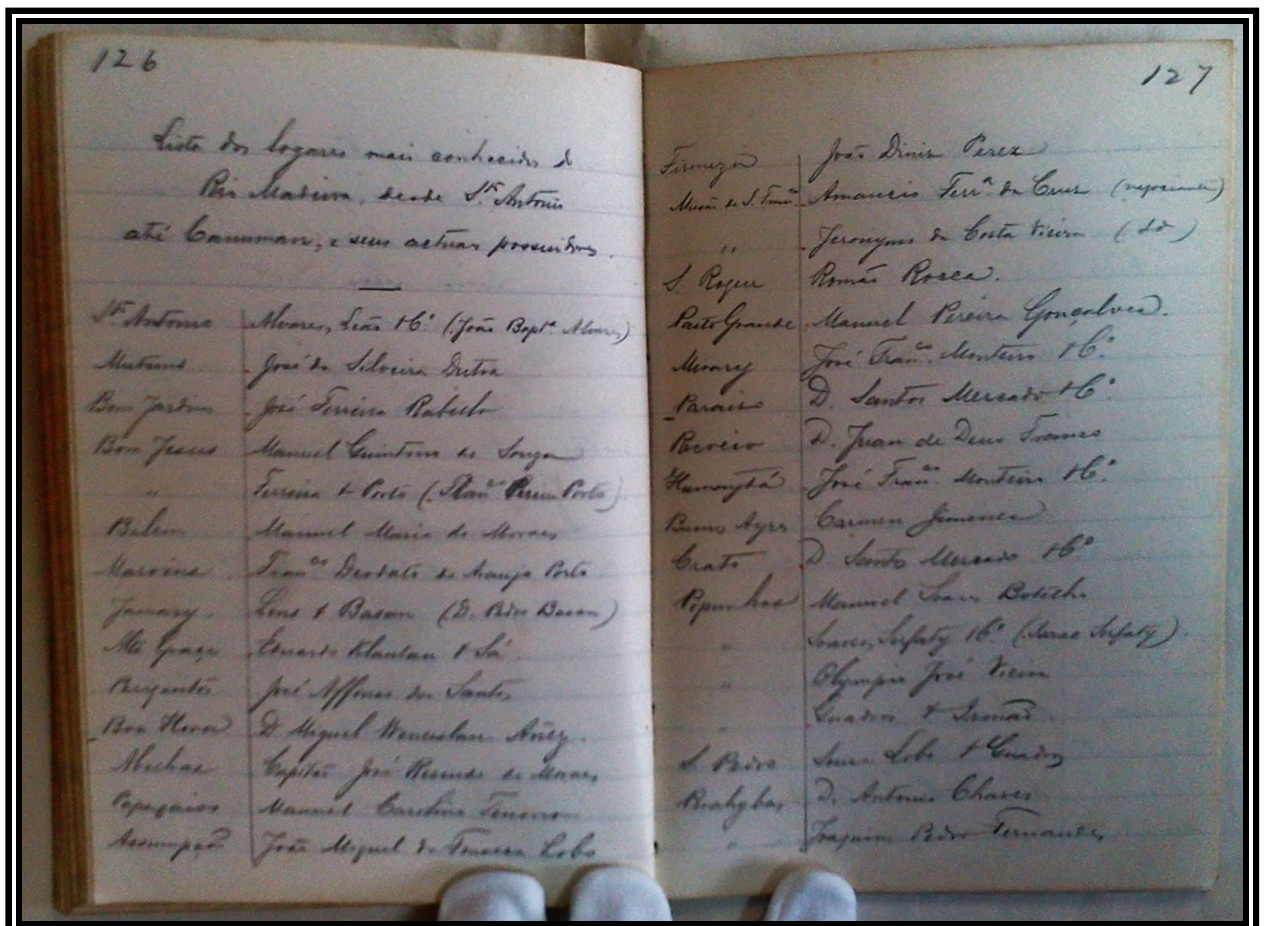


Figura 12: Primeira página da listagem de lugares e seus proprietários.

Prossegue o texto informando novas rotas de viagem que são encerradas sem indicações de contato direto com outras comunidades indígenas.

<sup>53</sup>Provavelmente Cayoanas, como aponta na página 120, do diário de 1882.



Na terceira caderneta encontra-se, separado por folhas, um novo diário que retorna ao dia 27 de novembro de 1882. Inicia-se com a informação: “Província do Amazonas - Viagem ao Rio Purus”.

Desta forma, a exemplo do primeiro diário, informa que a viagem é realizada numa barca a vapor batizada de *Solimões*, pertencente à companhia de Navegação de Manaus, tendo por comandante o Primeiro Tenente da Armada, João Elias de [ ] Arouca.

Contando dois dias de viagem, no dia 29 o barco adentra o rio Purus. Em primeiro de dezembro atracam na ilha de Uajaratuba. A descrição da ilha encontramos num livro de 1872, denominado “Rio Purus – Notícia”, de Antonio Rodrigues Pereira Labre. Destacamos abaixo o trecho em que aquele autor descreve a topografia do local, cerca de doze anos antes da passagem de Paranaguá. (Figura 12)

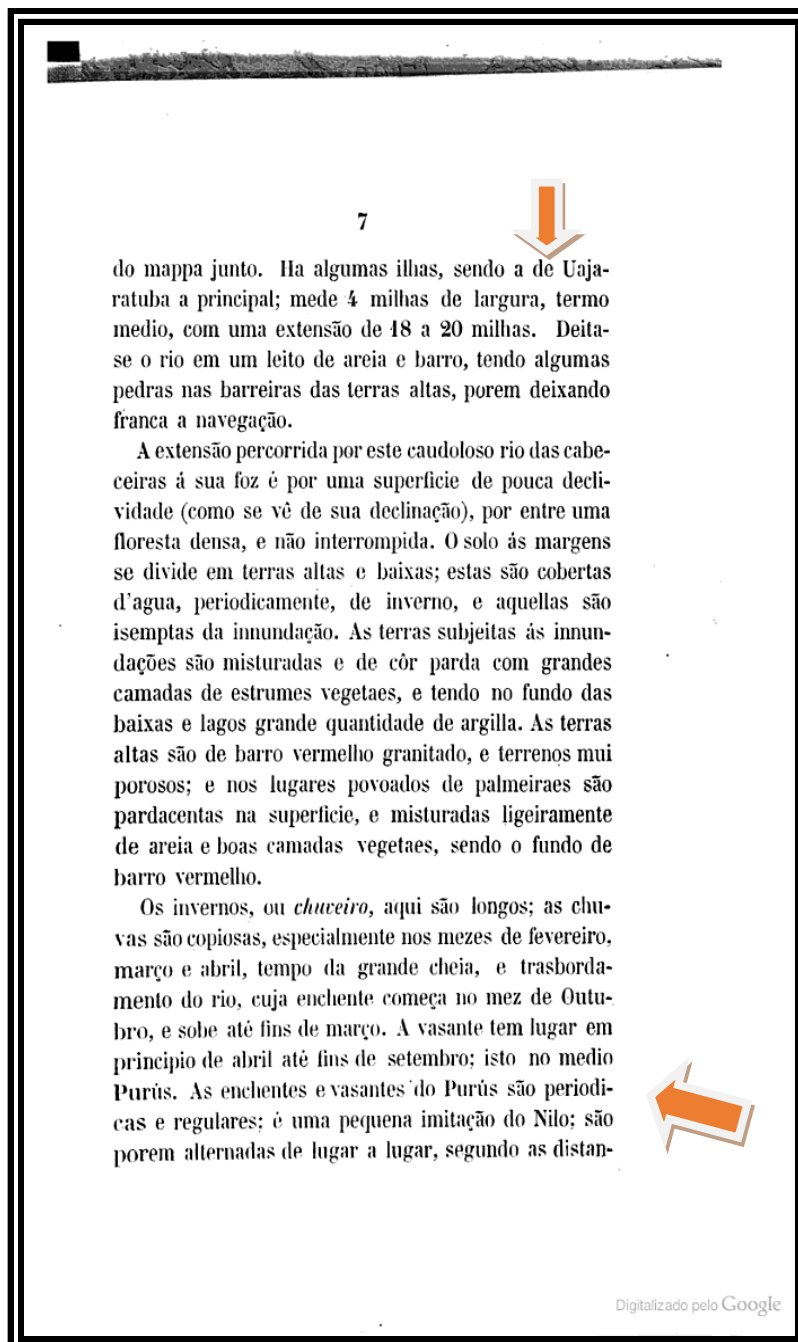


Figura 13: Relatório de 1883

Desembarcaram mais adiante no porto denominado "Arimar" (não encontrada outra referência), aberto há cerca de trinta anos por Urbano da Anunciação, por ordem do Presidente Ferreira Penna, para alocar índios que vinham da tribo Purus. Havia sido, há poucos anos, doada à freguesia que ainda não tinha se estabelecido

no local. Paranaguá considera esta localidade “o melhor lugar do Rio Purus para fixar um povoado”, evidenciando um conhecimento mais profundo sobre esta região.

Nas proximidades está o lago “Arimansinho” (não encontrada outra referência) onde, segundo Paranaguá, alojavam-se muitos trabalhadores da fábrica de borracha e onde se desenvolvia a colheita de castanhas com fins de exportação.

Em três de dezembro navegou de Jacaré a “Marampari” (não encontrada outra referência), quando chega a contatar os índios Puris.

Ao cruzarmos este diário com os relatórios de governo de José Paranaguá identificamos que no relatório de 1883 - ano base 1982 - o Presidente da Província do Amazonas afirma ter averiguado pessoalmente nos rios Purus, Madeira e Solimões a falta de coletores de impostos nas localidades, deixando de cobrá-los até então. Assim, confirma a intenção de empreender viagens com vistas a realizar um levantamento das condições de vida nessas comunidades, bem como obter pagamento de impostos de cada localidade identificada. (Relatório 1883, p. 111).

Foi possível também identificar que, tão logo assumiu o governo, José Paranaguá tratou de solicitar as flotilhas militares para utilização de transporte fluvial, tendo ao longo daquele ano realizado novos contratos com as empresas de transporte fluvial, dobrando assim, o número de viagens anuais. Um exemplo disso é o aumento exponencial (de 6 para 12 viagens) nos rios Madeira, Solimões e Purus – o que favorece a garantia de gratuidade de passagens para uma comitiva oficial de 9 pessoas que se deslocariam dentro da província, com a permissão para embarcar de 2 a 6 toneladas de carga dentro da província (Relatório, 1883).

Introduzimos neste ponto, um Mapa do Brasil Indígena publicado pelo *WM* no livro “*Brasiliens Indianer*”<sup>54</sup>, edição institucional do início dos anos 70 do século XX (Figura 14). Nele encontraremos informação inédita sobre o posicionamento geográfico das nações indígenas conhecidas por meio das viagens realizadas massivamente pelos viajantes austríacos a partir de 1817, com a Expedição Leopoldina. Apesar da atualidade da configuração do mapa, podemos situar a localização das etnias que compõem parte da Coleção Paranaguá nessa figura.

---

<sup>54</sup>Esta referência bibliográfica foi produzida pelo Museu de Etnologia para informar sobre as coleções brasileiras que detêm. Edição prefaciada por Etta Becker-Donner, etnóloga austríaca e antiga diretora do Museu de Etnologia de Viena, morta em 1975. Edição de 1971.

A seguir do mapa, apresentaremos na Tabela 1 a posição numérica das etnias no mapa do WM como também, na coluna intitulada “Localização das Etnias”, as etnias não listadas no mapa e na primeira listagem do museu. Na tabela encontram-se grafado em branco as novas etnias identificadas na listagem de 2012.



Figura 14: Mapa da Ocupação Indígena no Brasil. In: *Brasiliens Indianer*, 1971, p. 39.

TABELA 1

<b>MERO DE IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>ETNIA (GRAFIA DO MUSEU AUSTRÍACO)</b>	<b>LOCALIZAÇÃO NUMÉRICA DAS ETNIAS NO MAPA DA P. 25</b>	<b>LOCALIZAÇÃO DAS ETNIAS NÃO LISTADAS PELO WM ANTES DE 2012 (NÃO CITADAS NO MAPA DA P. 25, DATADO DE 1971)</b>
1	ARARA	26	
2	AROQUI		Indígenas das margens do rio Negro
3	BANIWA	8	
4	BORORO	30	
5	BORORO-COROADO		Província de Mato Grosso
6	BOTOKUDEM	47	
7	CAIXANA (Cauishana/Caixana)		Grupo indígena que habita o médio rio Solimões, na Área Indígena Barreira da Missão, além do alto Solimões, na Terra Indígena São Sebastião, no estado brasileiro do Amazonas.
8	CAMPA		Amazônia Peruana
9	CANACANAS?		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
10	CATUKINA	15	
11	CASCANAHI		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
12	CASHIBO		Amazônia Peruana
13	CATUKINA (Katukina, grafia oficial)		Acre
14	COCAMA		Noroeste do Peru
15	CONIBO		Os Shipibo-Conibo ou Shipibo-Konibo são um grupo étnico da Amazônia peruana que se distribuem ao longo das margens do Ucayali, Callería Pachitea Aguaytía, Tamaya e do lago Yarinacocha lago entre as regiões de Huánuco, Madre de Dios, Loreto e Ucayali, no Peru. <sup>1</sup>
16	COROADO		Minas Gerais
17	CRIXANA		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
18	CUBEO		Amazônia Colombiana
19	CUBEO-TIKUNA		SEM IDENTIFICAÇÃO COM ESTA DESCRIÇÃO.

			HÁ ENTRETANTO OS DOIS GRUPOS, DISTINTOS: CUBEOS E TIKUNAS.
20	CULTURA POPULAR		SEM MENÇÃO À LOCALIZAÇÃO
21	<b>GUARAIÓ</b> (Guarayo- Guarajó) As três grafias aparecem nas descrições do <i>WM</i> .		Guaraió ou Guarayo é a exodenominação de uma das parcialidades guarani. Na época do Brasil colonial, os guaraios habitavam a margem direita do rio Guaporé, em Mato Grosso; atualmente, são habitantes das florestas da Bolívia.
22	IPURINA	14	
23	JIVARO		Grupo linguístico composto pelas nações: Jivaro, Shuara, Aguaruna, Huambisa, Achuara e Mayana. Habitam o Equador e Peru.
24	JUMA		Acre, Brasil.
25	KARAJA	41	
26	KARIPUNA		Amapá, Brasil.
7	MAKU		Os macus são um grupo indígena brasileiro que se dividem nos subgrupos Dâw, Hupdá, luhupde e Nadebe. O termo, contudo, pode remeter ainda a um grupo indígena que habitava o estado brasileiro de Roraima e que se teria fundido com os iecuanas no século XX.
28	MAKUSHI	4	
29	MANITINIRI		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
30	MATANANE		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
31	MATANAWI		línguas mura-matanawi . língua isolada. Supostamente denomina uma língua e não uma etnia. Origem: Argentina.
32	MAWE (Maue)	35	
33	MAYORUNA	13	
34	MUNDURUKU	34	
35	MURA	33	
36	MUYRAKITAS		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL

37	OMAGUA		Os omáguas constituíam uma tribo de índios que viviam no Alto Amazonas, nas proximidades da atual cidade de Tefé, no estado brasileiro do Amazonas, na zona de várzea.
38	PARINTINTIN		Seu território se estendia até o início dos anos 20 do século XX da região leste do rio Madeira até a boca do rio Machado, à leste do rio Maici, Amazônia.
39	PARIQUI		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
40	PAUMARI		A região habitada pelos Paumari é exclusivamente a bacia do médio rio Purus com seus afluentes, como os rios Ituxi, Sepatini e Tapauá, no estado do Amazonas.
41	PORORO-BRASILIEN (Grafia do Museu. Supomos que designe os <u>Bororos do Brasil</u> )		Ver Bororo
42	SHIBIPO		Amazônia Peruana
43	SIRIONO		Bolívia – um dos 36 idiomas oficiais.
44	SUYA?	38	
45	TARIANA	9	
46	TEMBETAS (Grafia do WM)		Tembetá é o nome dado ao hábito de furar os lábios feitos pelos índios brasileiros. Não designa etnia, como apontam os austríacos.
47	TIKUNA (Ticuna)	12	
48	TOCANAN (Na lista anterior grafado com K)		SEM IDENTIFICAÇÃO EM LITERATURA DISPONÍVEL
49	TORA		Os Torá, povo que hoje vive nas proximidades da foz do rio Marmelos (AM), receberam muitas denominações ao longo da história: Torá, Tora, Toré, entre outros.
50	TUKANO	10	

51	WAIMINI (Waimiri?)		Sudeste do estado brasileiro de Roraima e o Nordeste do estado brasileiro do Amazonas
52	WAIMIRI ATROARI		São uma etnia do tronco lingüístico Karib, cujo território imemorial de ocupação se localiza nas atuais Regiões Sul do Estado de Roraima e Norte do Amazonas.  Eram mais conhecidos como Crichanás, quando segmentos expansionistas da sociedade envolvente brasileira travaram seus primeiros contatos com eles, sobretudo a partir do Século XIX.
53	WAPISHIANA	3	
54	XIRIANA		Roraima, Brasil
55	YAMAMADI		Também grafado como Jamamadi refere-se ao povo assentado no Amazonas, Brasil.
56	YURACARE		Etnia Boliviana.

Observação: Esta lista de etnias corresponde a listagem oferecida pelo *WM* em 2012.

De certa forma também identificamos algumas das rotas de Paranaguá nesses dois anos dos quais se ocupam os diários já descritos.

O que foi possível confirmar em seus diários e, sobretudo, nos relatórios de gestão do período entre 1882 e 1883, foi o desenvolvimento do *projeto civilizatório* característico do segundo reinado, baseado na ocupação territorial, através da melhoria da infraestrutura pública como transportes, abastecimento de água, hospitais, guardas nacionais, etc; e do desenvolvimento da nação pela promoção da ciência, da viabilização do comércio e da indústria.

Uma das primeiras propostas de Paranaguá rumo a esse *projeto* foi a qualificação e criação das instituições públicas de formação educacional, iniciada com a reforma do regulamento de ensino do Amazonas e complementada com as propostas de criação do Museu Botânico e do Teatro Amazonas, sancionado pela lei nº 593, de 29 de maio de 1882 (Relatório, 1883).



Assim, o conhecimento passa a estar a serviço deste projeto civilizatório que contempla em última instância, conforme afirma Domingues (2001), um “processo político de consolidação e afirmação do estado-nação brasileiro”.

Contudo, não conseguimos ainda relacionar objetivamente estas viagens identificadas com a prática do colecionismo científico atribuído a Paranaguá pelo WM. É certo o seu interesse pela Ciência, mas se esta constitui uma prática ou um “saber e fazer ciência” não podemos afirmar com base nos documentos levantados.

Fato é que no Museu Imperial<sup>55</sup> encontramos ainda uma correspondência entre Ladislau Netto e o Marquês de Paranaguá (pai de José Paranaguá), apontando o interesse de José Paranaguá em participar da *Exposição Antropológica Brasileira Brasileira* de 1882, para a qual contribuiria com artefatos indígenas. (Figuras 17 e 18).

De fato encontramos no *Guia da Exposição Antropológica Brasileira* (Museu Nacional, 1882), uma publicação com 55 páginas onde podemos encontrar uma pequena introdução ao evento (Figuras 15 e 16) e a descrição sumária de cada peça exposta nas sete salas de exposição (ver capa do Guia no anexo 5 e 6).

---

<sup>55</sup>Localizado em Petrópolis, Rio de Janeiro.

O presente GUIA menciona apenas de modo mui conciso, sem nomes indigenas e por grupos, os objectos que constituem a Exposição Anthropologica Brasileira, dando comtudo indicações de muitos dos artefactos expostos e bem assim dos quadros a oleo e das gravuras, estampas e photographias que não são accompanhadas de titulos. Nestas indicações teve-se o cuidado de mencionar sempre ao lado do nome do Museu Nacional como expositor o das pessoas que prestando todo o interesse ao mais bello e util festival até hoje realizado pelas Sciencias naturaes no Imperio do Brazil vierão trazer-nos o seu modesto ou poderoso apoio. E' esta a razão pela qual ao lado do expositor de um unico objecto acha-se muitas vezes associado ao d'este Museu que apresenta no mesmo grupo dezenas de objectos analogos. Quanto aos nomes dos doadores sendo elles os que perfeitamente interpretarão o verdadeiro e nobre intento

Figura 15: Primeira parte do texto de Introdução à Exposição Anthropológica Brasileira

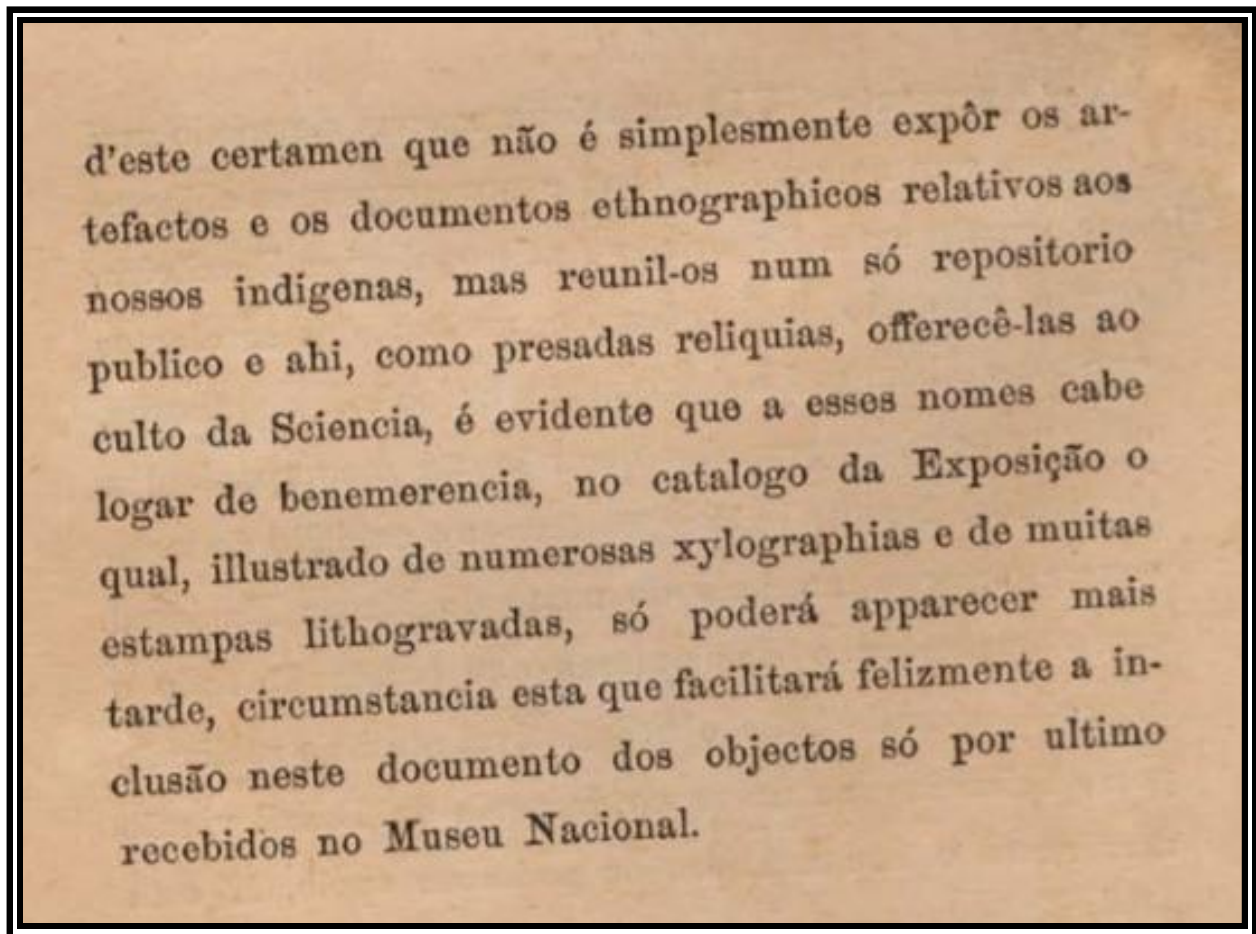


Figura 16: Segunda parte do texto de Introdução à Exposição Anthropológica Brasileira

Entretanto, ao contrário do que supunha a informação do museu austríaco, a Família Paranaguá contribuiu com apenas 5 peças para o evento que contou, no total, com a exibição de 713 peças. Foram elas:

a) Sala Vaz de Caminha: Peça 32: Curabis (dardos envenenados) dos indígenas Uaupés, do Rio Negro. – Exp.: Visconde de Paranaguá;

b) Sala Vaz de Caminha: Peça 40: Frechas<sup>56</sup> dos indígenas Coroados, da prov. De Matto Grosso. – Exp.: M. Nac<sup>57</sup>. e visc. Paranaguá

<sup>56</sup>Mantivemos a grafia da época em todos os nove itens listados.

<sup>57</sup> Museu Nacional

c) Sala Rodrigues Ferreira: Peça 13: Arcos e flechas de botocudos do Rio Doce e de Sancta Catharina. – Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac. e visc. de Paranaguá

d) Sala Rodrigues Ferreira: Peça 62: Flechas de Madeira. - Exp.: Visc. de Paranaguá

e) Sala Rodrigues Ferreira: Peça 86: Lanças de palmeira de ponta pyramidal dos Jaupirys. Exp.: M. Nac. e visc. de Paranaguá

O fato que mais significativo encontrado nessa publicação foi a menção ao *Visconde* de Paranaguá, quando sabemos que José Lustosa da Cunha Paranaguá jamais sustentou o título de Visconde. A ele coube somente o Título Papal de Conde de Paranaguá. Ao seu pai, João Lustosa da Cunha Paranaguá coube os títulos de Segundo Marquês de Paranaguá e Visconde de Paranaguá. Não é raro que os membros da família Paranaguá sejam confundidos nos textos históricos mais recentes. Majoritariamente composta por homens, os Paranaguá compartilhavam dos nomes João e José com grande frequência. Há casos, em que os prenomes idênticos só conseguem de distinguidos pelo uso invertido dos sobrenomes. Isso certamente causa diversas confusões na pesquisa genealógica da família Paranaguá. Desta forma, podemos supor que o uso do nome do Visconde de Paranaguá à frente dos objetos expostos sugere três caminhos de interpretação:

- a) a preferência pelo uso do membro mais tradicional e nobiliarquicamente mais relevante da família Paranaguá (no caso, o pai de José Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá);
- b) a deferência ao Visconde de Paranaguá que poderia ter sido o patrocinador das expedições realizadas por José Paranaguá, ou ainda
- c) o equívoco no uso do grau nobiliárquico do Conde José Paranaguá.

Não podemos nesta pesquisa, apesar da carta (Figura abaixo) que corrobora nossa assertiva de que o Conde de Paranaguá teria efetivamente cedido peças

coletadas (supostamente) por ele em suas expedições<sup>58</sup>, determinar o cenário exato que culminam com a determinação da posse das peças ao seu pai.

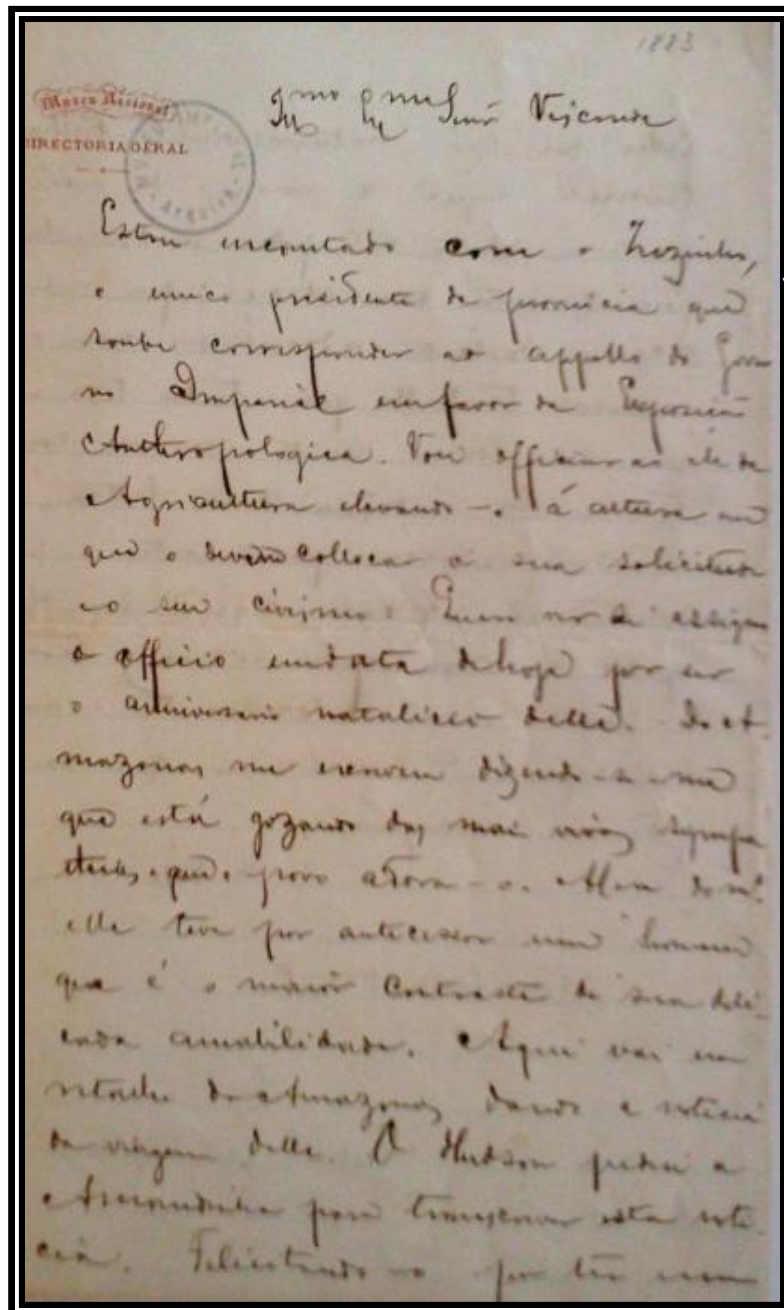


Figura 17: Primeira página da carta de Ladislau Netto ao Marquês de Paranaguá – que aqui o identifica como Visconde, um outro título do Marquês.

<sup>58</sup>Como podemos atestar nas letras b, c, e, Paranaguá juntou-se às comitivas do Museu Nacional e do Imperador Pedro II em algumas viagens ao interior do Brasil.

fides que tunc naturalmente et libere  
 tenentur sequi a norma de nra  
 paternae, sicut nos potui ex de illa  
 perscrutante cum abbas, per me  
 achar bastante admentato con  
 necessariis traballu que tunc tunc e  
 que me tunc multo respos con  
 talora da iudicia esta lettera.  
 Si nos aduen grossamente e fides  
 resistit in excessu a que son dno  
 quos a me repor, vany ter  
 a festa mais interessante cum  
 deinteficent babilica que se  
 produm imaginer.

L. Netto

Amo Alto 1700 cl.

Ladislau Netto

maio 28

Figura 18: Segunda página da carta de Ladislau Netto ao Marquês de Paranaguá.

Desejamos destacar na carta acima a forma com que Ladislau Netto se refere a José Paranaguá (“Zezinho” - linha 1), demonstrando haver uma relação pessoal e amistosa entre ele e a família Paranaguá. Ladislau afirma ainda que José Paranaguá foi o “único” Governador de Província a se interessar em participar da

*Exposição*: “...soube corresponder ao appello do Governo Imperial em favor da Exposição Antropológica Brasileira [...].<sup>59</sup>

Lembramos que os Paranaguá, por seus laços familiares com a princesa Isabel e por seu envolvimento político com o Império, poderiam ter compreendido este “apello do governo Imperial” como um dever de retribuição ao império a distinção e prestígio conferidos pela família imperial aos seus integrantes. Sem dúvida, José Paranaguá estava determinado a cumprir esta tarefa para um grande feito do Império na área da Antropologia.

Até onde pudemos avançar, compreendemos que o jovem Paranaguá era um explorador que buscava mapear os locais, recursos, os povoamentos e suas condições de vida e representações culturais, de modo a realizar o seu governo na Província nos moldes do *projeto do Império*.

O fato do envio de uma coleção para *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882 certifica a existência de um processo de coleta ou aquisição, por parte de Paranaguá, de um conjunto composto por objetos indígenas que tinha como intenção representar a província que governava no cenário nacional. Entretanto, não temos ainda a confirmação de quando e como foi formada esta coleção, bem como a sua abrangência na época da exposição. O uso restrito de objeto vinculado ao seu nome pode nos parecer desconectado com o ímpeto de Paranaguá citado na carta acima; entretanto, podemos supor que diante de tantos colecionadores que cederam peças para o evento, tenha sido necessário selecionar os melhores (e mais significativos) exemplares de disponibilizados por cada um. Desta feita, toda a pluralidade de representatividade material e étnica que verificamos no Guia poderia pluralizar as etnias representadas, sem deixar de creditá-las aos colecionadores e

---

<sup>59</sup>A referência a Paranaguá como único Governador de Província dá-se pelo fato de que os demais contribuidores para a realização da *Exposição Antropológica Brasileira* foram colecionadores membros da sociedade. Além da maior parte das peças pertencer ao Museu Nacional, identificamos os seguintes colecionadores: S.M. O Imperador, Lyceu do Ceará, Barão de Teffé, Conde d’Eu, Museu Paraense, Manoel de Oliveira, Instituto Archeologico de Pernambuco, D. Amélia C. de Albuquerque, Major Martins Guimarães, A. Alves Ribeiro Catalão, Instituto Archeologico Alagoano, Dr. Duarte P. Schutel, Dr. J. M. Caminhoá, Dr. Miranda Azevedo, Museu Alagoano, Dr. J. B. de Lacerda, Dr. J. R. Peixoto, Cap. Joaquim Lourenço de Sá Ribas, Tommaso G. Bezzi, Museu Paranãense, Cesário José de Mesquita, Emiliana de Freitas, Carlos Affonso de Assis Figueiredo, Major Guimarães, João Ferreira de Andrade Leite, Z. M. de Faria Falcão, T. Aranha, Instituto Onze de Agosto do Maranhão e Cônego Amorim.

às expedições que empreenderam individualmente ou em cooperação com diversas instituições científicas do Brasil.

Retomando às narrativas sobre a coleção Paranaguá, foi no início da década de 70 do século XX, que a Etnóloga Etta Becker-Donner, diretora do *WM* e *co-fundadora e presidente do Lateinamerika Institut*<sup>60</sup> (1965 até 1975, ano de sua morte), mencionou em publicação interna daquele museu que a coleção de Paranaguá estava sob a guarda da irmã, Amanda Loreto, numa das casas da família, na praia da Lapa -Rio de Janeiro - onde ela teria criado um pequeno museu “... que rapidamente se encheu de peças graças às remessas de seu irmão José” (1971, p. 6). Esta coleção em sua completude seria constituída não somente por objetos indígenas, mas também por minerais<sup>61</sup>, cerâmicas e indumentárias da Amazônia e entorno - o que evidenciava critérios de colecionamento mais amplos em termos tipológicos e geográficos que, supomos, estavam alinhados com as suas explorações para um conhecimento generalizado dos povos e territórios ainda pouco representados e conhecidos do Império.

Paranaguá teria participado, entre outras, de uma viagem exploratória voltada para fins específicos: a localização de um cemitério de índios. Para isso, teria seguido em comitiva a Amatari **a procura dos restos mortais dos índios Miracanguera** em 1882. Em 12 de julho do mesmo ano teria subido o Rio Negro e explorado o Rio Cuieires à procura dos índios Arauquis, dizimados em 1669 pelo Capitão Favela. Explorou o Rio Purus e o baixo Amazonas, acompanhado por comitiva da qual fazia parte o escritor e educador José Veríssimo<sup>62</sup>. (grifo nosso)

---

<sup>60</sup>Instituto de Estudos da América Latina, Viena, Áustria.

<sup>61</sup>Apesar de citar no escopo da venda a presença de uma coleção de minerais além dos etnológicos, não foi possível comprovar nesta pesquisa a sua transferência para Áustria, pois os mesmos não foram repassados pelo *Hofmuseum* ao antigo Museu de Etnologia de Viena (atual *WM*)

<sup>62</sup>Ele foi um dos intelectuais que formaram o núcleo fundador da Academia Brasileira de Letras. Nascido em Óbidos, no Pará, ao se tornar escritor, passou a viajar pelo continente europeu proferindo palestras sobre a civilização Marajoara e as riquezas da Amazônia . Portanto, Paranaguá dessa vez integrava a comitiva um especialista em povos indígenas que poderia não somente ajudar na busca pelo cemitério como *validar* a sua descoberta. Interessante destacar que o escritor publicou, em 1890, o ensaio *A Amazônia* e, em 1899, *Cenas da Vida Amazônica*, ambos dedicados à observação e descrição dos costumes dos povos indígenas por ele observados.



Estas são as menções encontradas sobre viagens de cunho exclusivamente científico que ainda necessita de documentos originais que comprovem sua veracidade.

Apontamos ainda que a data desta viagem exploratória ao “baixo Amazonas” - 12 de julho de 1882 - refuta a ideia da presença de José Paranaguá na inauguração da *Exposição Antrophologica Brasileira*, que ocorreria em 29 de julho do mesmo mês, apenas quinze dias depois do início da referida expedição.

Neste caso, agrega-se ainda o impedimento do tempo e das distâncias a serem percorridas numa possível empreitada rumo ao Rio de Janeiro. Separavam-no desta vez, cerca de 4.233,6 km de distância entre Manaus e Rio de Janeiro (equivalente a uma viagem de seis dias em transporte navegável). Corrobora para o pressuposto de sua ausência na inauguração da Exposição Antropológica Brasileira o fato histórico de que a primeira Companhia Brasileira de Paquetes<sup>63</sup> só foi inaugurada como *linha regular* entre Rio de Janeiro e Manaus, em 1883 (PAULA, c.1999), ano posterior ao evento do Museu Nacional.

Vale ressaltar que nos últimos vinte anos do século XIX não havia ainda um trajeto ferroviário que ligasse Manaus ao Rio de Janeiro. De que maneira, portanto, a coleção percorreria essa distância a tempo de figurar na *Exposição*?

Pode-se concluir que toda a logística necessária entre exploração, coleta, retorno a Manaus (ou a Belém), organização e encaixotamento de peças, carregamento e remessa ao Rio de Janeiro, traslado até o Museu Nacional, teria de ter ocorrido até oito dias antes da abertura do evento, procurando garantir sua exposição desde a inauguração. Este processo nos remeteria ao dia 20 de julho de 1882 - prazo final para o envio da coleção do Conde de Paranaguá. Esses fatos em série demonstram que a formação de sua coleção para a Exposição Antropológica Brasileira de 1882 deveria ter ocorrido meses antes se seu embarque para o Rio de Janeiro. Percorrer cinquenta e seis (56) etnias, treze (13) areais e trinta e nove (39) regiões em apenas oito (8) dias demandaria muito tempo entre deslocamentos, contratação de carregadores, tradutores, etc.

---

<sup>63</sup>Paquete é a denominação dada aos antigos navios de luxo de grande velocidade, geralmente movidos a vapor.

Sabendo que grande parte delas necessitaria de extremo cuidado no armazenamento - pois feitas de materiais sutis como plumas, a exemplo dos adornos de pescoço, os cocares, etc. - torna-se mais inverossímil a hipótese sugerida pelo museu austríaco de que José Paranaguá teria organizado sua coleção visando este evento.

Não estamos aqui sequer considerando o tempo necessário para a abertura de embalagens (caixotes, maços, etc), organização dos lotes, escolha de peças e montagem nas salas de exibição. Teríamos também que avaliar os tipos de materiais coletados e suas dimensões, procurando apontar os cuidados mínimos que estas peças deveriam receber por parte do Museu nacional antes do evento.

Ao que tudo indica, os objetos que participaram da *Exposição* foram adquiridos por José Paranaguá em época anterior àquela imaginada pelo *WM*, talvez antes mesmo de assumir a Presidência da Província do Amazonas. Contudo, é provável que este número de peças, etnias, areas e regiões só tenham sido alcançados ao longo de inúmeras viagens antes, durante e após sua designação como Governador da Província do Amazonas.

Quanto à datação dos objetos negociados com o museu austríaco, é possível que tenham sido em parte coletados entre 1882, uma vez que na primeira demonstração de interesse dos austríacos pelas peças, em 1895, já havia referência à coleção formada por Paranaguá, que acumulava na casa de sua irmã Amanda Loreto (carta de negociação no. 1, capítulo 2).

Naquela data, porém, a Baronesa de Loreto não chegou a um acordo financeiro com os representantes austríacos. Concluímos assim, que desde pelo menos 1895 a Baronesa de Loreto figure como detentora do acervo em questão.

Quando o Dr. Hermann Meyer viu a coleção, a 10 anos atrás, enquanto fazia sua primeira viagem pelo Xingu, ficou encantado e quis adquiri-la a qualquer preço. Não pouco ele me atormentou na época para que eu fizesse o meu possível para conseguir lhe a coleção, declarando de imediato que pagaria 50000 marcos por ela. A senhora Baronesa queria na época ceder **sua coleção** e o Dr. Meyer manteve seus 50000 marcos. (Carta 1.1906) (Grifo nosso)

Essa afirmação nos leva a novos questionamentos quanto a posse dos objetos da coleção musealizada pois, naquela oportunidade José Paranaguá não é citado como proprietário, embora haja documentação informando que sua irmã era depositária da mesma. (BECKER-DONNER, 1970). Já em 1895 não há menção às atividades de José Paranaguá como viajante explorador, somente comprovada pela parceria com José Veríssimo na expedição a Amajari.

A obscuridade que envolve a coleção pode ter sua origem tanto no comentário de Lacerda sobre a Exposição como “celebração popular da ciência” quanto nos princípios classificatórios expressos por Ladislau Netto dentro de um paradigma geral derivado da tradição tipológica e da visão comparativa e evolucionista da cultura, que demandava do colecionador um estudo com base na ciência da época.

Segundo Andermann (2009, p.146), Ladislau Netto teria coletado e trabalhado durante 4 meses na organização e classificação científica de suas peças para exibição. Vimos, entretanto, que Paranaguá e Netto se encontraram na região amazônica em março de 1882, quando Ladislau Netto estava se deslocando por Vapor em direção à uma expedição ainda por se iniciar.

É certo que o tempo gasto por Paranaguá em 1882 entre viagens, possíveis coletas, governança da província, organização e classificação dos objetos indígenas e remessa para o Rio de Janeiro é estritamente exíguo para a realização de todas estas atividades. Ainda que dentre seus interesses estivesse incluído o “saber e fazer ciência”, a possibilidade de ter estudado e organizado a sua coleção dentro dos cânones antropológicos definidos pelo diretor do museu, Ladislau Netto, parece-nos ainda de difícil execução.

Indícios como o aumento do número de integrantes de sua comitiva bem como das toneladas de carga nas flotilhas, as relações travadas com naturalistas, como Barbosa Rodrigues, o projeto civilizatório empreendido no governo da província, com a proposta de criação de um museu botânico e de um teatro, apontam para a sensibilidade de Paranaguá para as questões ligadas ao conhecimento. Contudo, até o presente momento, a falta de indícios da efetiva coleta de materiais por Paranaguá constitui em si uma das principais lacunas

informativos para delinear os contornos mais precisos da trajetória da formação desta coleção.

Neste ponto do trabalho, passaremos a relatar e analisar o processo de compra e venda da coleção, propriamente dito. Por meio da leitura das cartas de negociação encontradas no *WM*, tentaremos, de forma didática, esclarecer os movimentos que foram realizados no sentido de realizar a aquisição da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller para o *Hofmuseum* em 1907.

## **CAPÍTULO 2**

### **UM AMAZONAS IDEAL: a coleção e sua negociação**

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, no desembocar do dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento. A massa de águas é, certo, sem par, capaz daquele terror a que se refere Wallace; mas como todos nós desde mui cedo gizamos um Amazonas ideal, mercê das páginas singularmente líricas dos não sei quantos viajantes que desde Humboldt até hoje contemplaram a hileia prodigiosa, com um espanto quase religioso - sucede um caso vulgar de psicologia: ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada. Além disto, sob o conceito estritamente artístico, isto é, como um trecho da terra desabrochando em imagens capazes de se fundirem harmoniosamente na síntese de uma impressão empolgante, é de todo em todo inferior a um sem número de outros lugares do nosso país.

## 2.1 Uma Região Idealizada

O trecho em epígrafe, retirado do livro *A Margem da História*, de Euclides da Cunha (1933) nos suscita pensar que, tal qual seus companheiros europeus do século XIX, também o Conde José Lustosa da Cunha Paranaguá pudesse se relacionar com a região amazônica com o lirismo e entusiasmo típicos daqueles que, no período do Romantismo<sup>64</sup>, idealizavam a imensa e pouco conhecida região, como detentora de mistérios a serem desvendados pelos desbravadores que havia séculos adentravam aos poucos nesse território em busca do conhecimento da natureza e das inúmeras culturas que ali se isolavam do resto do “mundo civilizado”, cultivando um modo de vida tido como primitivo, alienados dos progressos experimentados e desejados pelo resto das *civilizações ocidentais* e especialmente do Brasil.

O distanciamento entre o ideal e o real no texto de Euclides da Cunha representa o confronto entre a imaginação daquilo que não se conhece – e, portanto, se pode moldar no imaginário – e o choque com a realidade sócio-político-cultural que se estabelece com o objeto (neste caso a região amazônica) factível, concreto, que desmantela o imaginário em grandes blocos de desapontamento e desilusão. É a experiência de flagrar o mito sem o manto do desconhecimento; é enfrentar o real desprovido do encantamento.

Não sabemos ao certo de que outras regiões nos fala Euclides da Cunha que, em 1933<sup>65</sup>, ainda carrega consigo os mesmos conceitos ideários sobre a Amazônia de oitenta anos antes, quando o período Romântico se instalava na Literatura e na Filosofia.

O nosso objeto de estudo, a coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller e seu organizador, o Conde de Paranaguá, estão situados no tempo e no espaço em que as ideias românticas ainda impulsionavam essas áreas, ao mesmo tempo em que o

---

<sup>64</sup>“Foi no período do Romantismo que o Brasil floresceu enquanto nação independente e buscou alçar vôo em áreas distintas, entre estas, está literária, pois até então, tudo que era produzido no Brasil era “exportado” da Europa de forma que a produção acontecia em terras brasileiras, porém os temas e formas de composição das obras literárias eram inspirados em padrões europeus”. (FERREIRA, 2012)

<sup>65</sup> Ano de publicação do livro *A Margem da História*.

*projeto civilizatório* do Império a que servia<sup>66</sup>. O Conde de Paranaguá, apesar de não ser um cientista como a maioria de outros viajantes de sua época, a exemplo de Karl von Martius ou Virgil von Helmreichen zu Brunfeld - cujos objetivos de coleta se relacionavam com o *fazer ciência*<sup>67</sup>, comprovados pelos resultados de suas pesquisas publicados pela Academia em seus países de origem e no exterior - Paranaguá dedicava grande parte de seu tempo às viagens que organizava pelo interior da Amazônia durante seu governo.

Nesse período, especialmente, afastou-se de Manaus inúmeras vezes para incursionar pela extensa região que presidia, chegando às suas fronteiras mais remotas ao norte e à oeste. Idealismo, busca pelo conhecimento, mapeamento dessa região a pedido do Império ou mesmo uma concatenação de todas essas possibilidades, supomos, originou-se parte de sua vasta coleção do entendimento do *outro*.

Quando falamos em “Coleção”, compactuamos com a definição de Rossi (2007, p.46):

...eleição de elementos da produção social que exemplifiquem os anseios histórico-temporais das sociedades híbridas, extraíndo-os do meio social para protegê-los em sua integridade física com o fim de intermediarem o suscitar de Memórias – originais ou criadas - (induzidas ou artificiais).

---

<sup>66</sup>Elias (1939) descreve esse *processo* como um conjunto de ideias (e hábitos) que, mesmo partindo da deliberação de poucos sujeitos num primeiro momento, pode vir a servir de exemplo para outros que desejam participar do mesmo grupo, adotando e multiplicando essas condutas. No nosso caso, a ideia de transformar a imagem do Império em uma sociedade menos atrasada (em relação aos impérios europeus, na sua maioria totalmente industrializados, organizados econômica e socialmente), levando o exemplo de conduta de uma Corte que precisa alinhar-se com seus pares europeus para também fazer parte de um seleto grupo de nações desenvolvidas. Os movimentos de Paranaguá à frente do Governo do Amazonas é um exemplo do mapeamento situacional para a promoção desse desenvolvimento desejável no último quarto do século XIX no Brasil.

<sup>67</sup>Os cientistas-viajantes empreendiam viagens exploratórias aos territórios americanos com o objetivo de realizarem mapeamentos biológicos, zoológicos, botânicos e climáticos com propósitos variados, sendo eles desde o descobrimento e mapeamento de espécies animais e vegetais até o estudo dos fatores climáticos e o desenvolvimento da natureza nesse meio. Diversas pesquisas resultaram dessas expedições. Muitas delas deram origem a produtos científicos, exemplificados pelo desenvolvimento de medicamentos para diversas doenças humanas e animais que viriam a ser comercializados tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Outra parte dessas descobertas foram expostas nos museus, onde o público podia ter acesso à diversidade e às curiosidades da natureza do continente distante.



O colecionismo é uma prática humana relacionada à acumulação de indícios<sup>68</sup> (GINZBURG, 1989) da existência da espécie numa sociedade conhecida – aquela em que o colecionador se insere – ou imaginada, aqui significando aquela cujo conhecimento tácito do *outro* sobre ela não existe, mas sim o conhecimento imaginado, idealizado, que poderá, a partir da coleta desses fragmentos culturais, subsidiar pesquisas e novos conhecimentos.

Esse conhecimento imaginado, idealizado a partir dos fragmentos culturais da coleção Paranaguá cruzou fronteiras e aportou no *Hofmuseum* como um pedaço dessa “Amazônia ideal”, o elo que faltava para que se completasse a coleção organizada por Joseph Natterer em 18 anos de estudos no Brasil (1817-1835), em posse do *Hofmuseum*.

## 2.2 Da Formação da Coleção à Negociação com o *Hofmuseum*

O *Hofmuseum* de Viena, considerado como um Museu Real, era uma entidade que compreendia o Museu de Etnologia de Viena (*Museum Für Volkerkunde* - MFV), o Museu de História Natural (NHM) e o Museu de História da Arte (KHM). Em 1907 adquiriu por compra a Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller. Composta por mais de mil e trezentos (1.300) artefatos indígenas e alguns poucos exemplares do que foi chamado pelo museu austríaco em algum momento de “cultura popular”<sup>69</sup>, representa inúmeras etnias indígenas brasileiras, colombianas, peruanas, argentinas<sup>70</sup>, além de representações de outras culturas que se encontravam assentadas nas fronteiras com a Amazônia brasileira propriamente dita. Contudo, em um primeiro momento, o *Hofmuseum* atribui a esta coleção a

<sup>68</sup>O paradigma indiciário de Ginzburg é caracterizado pela capacidade de rastrear, “registrar, interpretar e classificar pistas” que nos levam a descrever através de uma narrativa própria do observador ou “caçador”, uma realidade complexa (GINZBURG, 1989, p.151). O autor faz uma analogia do paradigma com os fios da trama de um tapete, que entretece os indícios ou pistas até formar uma “trama densa e homogênea”, tal qual a composição de indícios e de um referencial teórico poderá fornecer um padrão próprio para tecer o seu olhar sobre o objeto do estudo de caso (GINZBURG, 1989, p.151/170).

<sup>69</sup>Do alemão *Volkskultur*.

<sup>70</sup>Parte da coleção foi identificada no WM como oriunda da região do Chaco, que se localiza ao norte da Argentina.

importância de representação da *cultura material indígena do Brasil* do final do século XIX. Entretanto, seja na reserva técnica do museu que hoje a guarda, seja nas informações contidas nas planilhas de identificação dos objetos (até 2007 não havia um sistema de informações museológicas), pode-se averiguar que essa coleção refere-se às culturas puramente *amazônicas* (95% dos casos).

O que veremos a seguir é o desenrolar dos fatos narrados pelos próprios personagens dessa negociação no início do século XX, os quais contribuíram definitivamente para a expatriação compulsória da Coleção Loreto-Paranaguá para a Áustria.

### 2.3 Cartas de Negociação no Acervo do *Weltmuseum*

No terceiro andar do prédio histórico novecentista onde se situa o *WM*, encontra-se o acesso ao *Arquivo Histórico*.

De seu fundo documental, cujo conteúdo representa séculos da história da civilização, foi identificada uma restrita documentação relacionada à coleção de que tratamos aqui.

É composta de algumas cartas de negociação trocadas entre diversos personagens austríacos e brasileiros que atuaram efetivamente nesse episódio que culminou com a transferência de boa parte do acervo de Paranaguá para Viena em caráter definitivo.

Formada por dezessete itens documentais, manuscritos ou datilografados, além de recibos e breves bilhetes, compostos em um total de 47 páginas, foram emitidos entre novembro de 1906 e julho de 1907 e oferecem um panorama dos acontecimentos que levaram à seleção de peças e à negociação da coleção etnográfica brasileira para o *Hofmuseum*.

Escritas em alemão e francês (a maior parte em alemão) dependia não só de tradução, mas também de certa familiarização com a paleografia - uma especialidade de difícil acesso e cuja interpretação técnica depende de tempo. Em função da escassez de tempo para a realização do trabalho, foram eleitas as correspondências datilografadas (pelo alto grau de legibilidade), ficando as

manuscritas em segundo plano, de onde foram extraídos dados objetivos e pontuais; diferentemente das demais, traduzidas na íntegra e aqui decupadas cuidadosamente.

As demais correspondências, em francês, escritas pela Baronesa de Loreto, são mais acessíveis, escritas com esmero e com a grafia que permite a fácil tradução de seu conteúdo. Essa parte da tradução coube a pesquisadora.

Antes de entrarmos efetivamente na descrição do conteúdo das cartas, informamos que não sendo possível realizar a tradução de todas elas por motivo de tempo ou pouca legibilidade, optou-se por eleger os itens mais representativos de correspondências que, numa primeira vista, sugerissem um movimento ascendente no processo de negociação.

Desta forma, seis cartas em alemão foram traduzidas na íntegra e, a partir de sua leitura, os interesses, os procedimentos, as questões financeiras e a transferência do acervo puderam ser entendidas com certa ordem e facilidade.

Para melhor informar quanto ao conteúdo de cada uma das cartas que compõem o acervo documental da coleção, optamos pela criação de uma tabela onde estão listados, em ordem crescente de data, os personagens e os assuntos principais em cada correspondência – mesmo que parte delas não tenha sido utilizada diretamente neste trabalho.

TABELA 2

LOCAL E DATA	REMETENTE	DESTINATÁRIO	NÚMERO DE PÁGINAS	ASSUNTO
<b>1- Petrópolis, 24-11-1906</b>	-	Conselheiro Steindachner	3 (datilografada)	Descrição da Coleção
<b>2- Petrópolis, 27-11-1906</b>	J. G. J.G. Foetterle	Conselheiro Steindachner	2 (datilografada)	Informa ausência de Catálogo
<b>3- Rio de Janeiro, 27-11-1906</b>	Consulado da Áustria no Rio de Janeiro Sr. Post	Conselheiro (não fica claro de o Sr. Steindachner ou Heger)	4 (carta manuscrita)	Identifica a coleção e informa tipo de peças e lugares de origem.
<b>4- Petrópolis, 18-12-1906</b>	Sr.Post	-	4 (carta manuscrita)	Este documento não foi traduzido <sup>71</sup>
<b>5- Petrópolis, 26-12-1906</b>	J. G. J.G. Foetterle	Conselheiro Steindachner	2 (datilografada)	Inicia com a informação de tratar-se da Coleção da Baronesa Loreto e que está a produzir um fotograma da coleção para enviar ao K. K. Hofmuseum
<b>6- Petrópolis, 8-01-1907</b>	J. G. J.G. Foetterle	Conselheiro Steindachner	2 (datilografada)	-
<b>7- Rio de Janeiro, 8-01-1907</b>	Sr. Post	Sr. Conselheiro (nome não citado)	6 (carta manuscrita)	Documento não traduzido
	Sr. Post	Sr. Conselheiro (nome	5	Documento não

<sup>71</sup>Alguns documentos não foram traduzidos pois não foi encontrado profissional paleógrafo com especialização em alemão antigo.

<b>8- Petrópolis, 28-01-1907</b>		não citado)	(carta manuscrita)	traduzido
<b>9- Petrópolis, 29-01-1907</b>	J. G. J.G. Foetterle	Conselheiro Steindachner	4 (Carta manuscrita)	Sobre o Catálogo da Coleção
<b>10- Petrópolis 7-05-1907</b>	F. Heger (Diretor do <i>Hofmuseum</i> )	J. G. J.G. Foetterle	4 (carta manuscrita)	Negociação de preço da coleção
<b>11- Petrópolis, 10-05-1907</b>	J. G. J.G. Foetterle	Franz Heger	2 (datilografada)	Preço da Coleção
<b>12- Viena, 13- 05-1907</b>	Sr. Steindachner	Franz Heger	2 (Carta datilografada em papel timbrado do <i>Hofmuseum</i> )	Cita o caráter excepcional da coleção e as condições de pagamento à Baronesa de Loreto
<b>13- Petrópolis, 14-05-1907</b>	Franz Heger	Baronesa de Loreto	2 (carta manuscrita)	Informa em alemão e francês que a coleção foi vendida ao Museu de História pela quantia de 37.500 marcos alemães
<b>14- SEM DATA</b>	Franz Heger (de Petrópolis)	Conselheiro Steindachner (Viena)	1 (Formulário de envio de mensagem da <i>Repartição Geral dos Telegraphos</i> )	Confirma valor de compra da coleção por 37.500 marcos alemães
<b>15- SEM DATA</b>	Supostamente Baronesa de Loreto	Conselheiro Franz Heger	2	Informa que o Sr. J. G. J.G. Foetterle a teria procurado com a oferta de 35.000 marcos alemães e que ela havia anteriormente rejeitado proposta

				de 40.000 marcos.
<b>16- 9-05-1907</b>	Supostamente Baronesa de Loreto	Conselheiro Franz Heger (Diretor do Setor de Antropologia do Museu de Historia Natural de Viena) 1- Consulado da Áustria no Brasil	4 (carta manuscrita em francês)	Informa venda da sua coleção etnológica e mineralógica ao Imperial e Real Museu de História Natural de Viena por 37.500 marcos alemães <sup>72</sup> , conforme figura 8
<b>17- 10-06-1907, embora exista uma anotação com outro tipo de letra no alto da primeira página informando data 12-06- 1907</b>	Baronesa de Loreto	Franz Heger	2 (carta manuscrita)	Informa remessa de documento a Viena

Listagem completa das cartas de negociação encontradas no arquivo do *WM*.

As correspondências trocadas por Amanda Loreto e os representantes do museu austríaco no Brasil foram determinantes para o desfecho ocorrido em julho de 1907.

Analisando o conteúdo das cartas selecionadas, verificamos que o primeiro contato austríaco com a Coleção de Paranaguá é anterior à negociação do século XX. Como dissemos anteriormente, precisamente em 1895, outro austríaco, Dr. Hermann Meyer (Carta 1) a teria visto e proposto um valor à Baronesa de Loreto

<sup>72</sup>Nesta carta a Baronesa de Loreto também chama atenção do Sr. Heger para a existência de um anel originalmente do Príncipe Maximilian (mais comumente conhecido como Maximilian von Mexico) que teria lhe sido presenteado pelo recém falecido esposo, Barão de Loreto. Apesar de não haver uma resposta ao pedido, ao que tudo indica, o anel não foi negociado. Em contato com o *WM* a pesquisadora solicitou informação sobre o referido anel. Por email foi informado que o anel não só não se encontra no *WM*, como em nenhum outro museu austríaco.

para venda dos objetos etnográficos ao *Hofmuseum*. Negada a venda por discordâncias financeiras, a coleção continuou em sua posse, na casa da praia da Lapa, no Rio de Janeiro<sup>73</sup> - "... à beira da praia da Lapa onde construiu um pequeno museu para onde seu irmão enviava as peças que coletava".



Figura 19: Praia da Lapa em 1902<sup>74</sup>

Segundo a atual curadora da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, a Antropóloga alemã Claudia Augustat, a maior parte das peças teria chegado ao *Hofmuseum* sem nenhuma identificação. A ausência de documentação, agravada pela ausência de pesquisas mais intensas nos anos seguintes, dificultaram seu conhecimento à época e ainda constitui o maior impedimento à sua divulgação pelo WM. Contudo, o próprio museu informou que nos anos seguintes a chegada da coleção em Viena, alguns dados sobre as peças serviram de base para elaboração de etiquetas<sup>75</sup>. Certamente se existiam dados disponíveis, estes estavam em algum documento agregado à coleção ou mesmo nas etiquetas remanescentes de parte

<sup>73</sup>A casa teria sido confundida pelos especialistas do WM como sendo o *Museu Amanda Loreto* (BECKER-DONNER, 1970), que, segundo esta pesquisa, jamais veio a existir.

<sup>74</sup>Acesso em 26-01-2014, disponível em: <http://www.jblog.com.br/rioantigo.php?itemid=25974>

<sup>75</sup>Questiona-se aqui o que teria acontecido com o Catálogo de identificação das peças, produzido no Rio de Janeiro em 1907, citado diversas vezes nas cartas de negociação, como veremos no capítulo 2.

dos objetos. A curadora acredita que provém destes dados algumas indicações acerca das etnias e regiões identificadas nas planilhas de controle do museu.

Nesta trajetória, percebemos então a perda de informação sobre esta coleção - desde as listas elaboradas ainda no Brasil, dos registros e imagens mencionados nas cartas de negociação, até os dados que subsidiaram a posterior elaboração de etiquetas. Sem dúvida, esta perda gerou e ainda gera a falta de compreensão da significância simbólica e cultural desta coleção para o povo brasileiro. Segundo Araújo e Junior (2012),

A esta necessidade de produzir símbolos, estabelecer signos engendrar representações igualmente simbólicas, atreladas ao território, Castro (1997) dá o nome de pulsão inata ao homem. Esta pulsão subjetiva é que possibilita a construção da relação entre o imaginário e seus simbolismos com a realidade objetiva do território, o meio ocupado e habitado pelos seres humanos.

Acreditamos que, sem meios de criarem-se vínculos sócio psicossociais entre a coleção e o país de origem, elaborando meios de aproximação, conhecimento e reconhecimento daqueles “objetos” como parte integrante de uma história que nos antecede, pertence e sustenta como povo multicultural, dificilmente haverá nela maior significado do que o já identificado pelo museu: o de relíquia cultural cuja função representativa se atém à própria existência e não ao significado simbólico.



### 2.3.1 Considerações Preliminares

Segundo Etta Becker-Donner, antropóloga e ex-diretora do *WM*,

O Museu em Viena [...] ficou a par da segunda grande coleção brasileira, que contava com 1331 números de inventários, através do professor austríaco de Música J. G. Foetterle, que vivia em Petrópolis. Ela se encontrava em posse da Baronesa Amanda Loreto e fora reunida em grande parte por seu irmão, o **Marquês**<sup>76</sup> Dr. José Paranaguá. Este fora nos anos de 1882 a 1884 Governador (ou, como se chamava à época o administrador de uma província, presidente) do Amazonas e tivera profícuas oportunidades de coletar material etnográfico. (Grifo nosso) (1970).

De acordo com essa antropóloga,

Não obstante, contribuíram também outras bem conhecidas personalidades à época no Brasil, como José Chaves, Antonio Carlos Teixeira, Francisco Pimenta Bueno, Alexander Haag e Azevedo e Silva, com a organização da coleção através de presentes recentes.<sup>77</sup>

Esse dado não pode ser comprovado pela pesquisa, mas insere outros personagens que estariam relacionados diretamente à formação da coleção etnográfica de José Paranaguá, contribuindo com a doação de objetos.

O Dr. José Paranaguá, à época advogado no Rio, pediu então no ano de **1866**<sup>78</sup> a seu amigo J. G. Foetterle para que assumisse a venda da coleção de sua irmã. J. G. J.G. Foetterle ficou maravilhado com a coleção e tratou de despertar energicamente o interesse do embaixador austríaco Conde Bukuwky e do posto do cônsul geral pela aquisição da coleção, uma vez que ele reconhecia claramente que esta da Baronesa de Loreto complementaria a de Natterer de modo muito relevante. Ele se ocupou de listas, gerou ele próprio registros, produziu fotos dos objetos e escreveu ao conselheiro real

<sup>76</sup>Conde de Paranaguá. O Marquês de Paranaguá era seu pai, João Lustosa da Cunha Paranaguá (1821-1912).

<sup>77</sup> Francisco Antônio Pimenta Bueno era de origem nobre, foi militar, geógrafo e matemático, e em 1888 assumiu o cargo de Presidente da província do Amazonas. Alexander Haag era geógrafo e foi o primeiro a conceber os planos da ligação, por via férrea, do Acre com o Madeira.

<sup>78</sup>Em 1866 José Paranaguá tinha 11 anos de idade. Supomos, baseados na verificação das cartas de negociação que o ano em questão é 1906.

R. F. Heger, então diretor do departamento etnográfico. Através de uma contribuição de Paul Ritter de Schoeller e uma doação especial, sucedeu-se a aquisição da coleção para Viena, tendo ela chegado lá no ano de 1907. O próprio conselheiro real R. F. Heger pôde viajar para o Brasil e fechar o acordo. (BECKER-DONNER, 1971) (Grifo nosso)

É importante destacar a análise do professor austríaco J. G. Foetterle sobre o caráter complementar da coleção àquela coletada por Johann Natterer no Brasil (entre 1817 e 1835) e da sua dedicação à venda desta coleção para o seu país natal, se prontificando a elaborar listas, registros e fotografias com o intuito de despertar o interesse do conselheiro Heger, diretor do departamento de etnologia.

Não podemos esquecer que, além do sentido dado pelo colecionador à sua coleção, a figura de um intermediário que seleciona, agrega e organiza objetos de uma coleção com o intuito de formar um outro conjunto expressivo, imprime o seu olhar, este sim atrelado a seu tempo e experiência vivida no campo das ciências. No caso do Prof. J.G. Foetterle, a sua origem austríaca e seus bons contatos tanto na Embaixada da Áustria no Brasil quanto no *Hofmuseum*, propiciaram estar atualizado quanto às recentes aquisições do museu austríaco, possibilitando destacar a relevância daquele acervo para museu, encabeçada pela possibilidade de unificar o registro etnográfico brasileiro de ambas as coleções (J. Natterer e J. Paranaguá).

Ao privilegiar determinadas tipologias de objetos, J. G. Foetterle atribui um novo sentido a diversificada coleção de Paranaguá, tornando-a especializada na cultura material da região Amazônica. Neste caso, ao buscar na especialidade a relevância para formação deste novo conjunto, foi evidenciada a falta de um estudo etnográfico sobre as peças com informações que consubstanciassem a sua significância cultural para esta disciplina.

Não podemos esquecer, contudo, que o Professor de Música J. G. Foetterle, era também Entomólogo - o que o inseria no mundo da ciência e nos debates das teorias científicas da época. Entretanto sua atribuição ao intermediar a venda desta coleção para o museu austríaco residia no fato de ser muito próximo da família Paranaguá. Foi ele, ao que indica as cartas, o primeiro a ter contato com a coleção e

a avaliá-la como veremos a seguir, utilizando adjetivos enaltecedores de suas qualidades.

Passamos aqui a narrar esses fatos, contidos em seis das dezessete cartas do acervo. Lembramos que esta é, até o presente, a única documentação relativa à negociação da coleção Paranaguá encontrada no arquivo do *WM* ou em qualquer outra instituição austríaca e (ou) brasileira pesquisada.

### 2.3.1.1 Carta de Negociação no. 1

Esta carta, creditada por nós ao Prof. J.G. Foetterle (anexos 7 e 8), é tida como introdutória à negociação entre as partes interessadas na compra e venda da coleção. Nela o autor confirma sua conexão estreita com o Sr. Paranaguá que teria solicitado a ele que assumisse a intermediação da venda da **coleção etnológica de sua irmã**<sup>79</sup>, a Baronesa de Loreto. (grifo nosso)

Descreve-a como “excepcionalmente rica e bela” e indaga o Sr. Conselheiro sobre a possibilidade de adquiri-la para o Museu Real (*Hofmuseum*-Viena) em vez de negociar outras coleções com Londres, Paris ou Berlim, já que a considera como “o que de melhor se pode ter”.

Informa ainda que entrou em contato com o Barão Bikuwky<sup>80</sup>, Embaixador da Áustria e *agente de negócios* para que fosse intermediada uma negociação com a “delegação real”. Entretanto Bikuwky assegurou que através dele a negociação seguiria um caminho mais curto.

J.G. Foetterle reconhece que, apesar de não ser um especialista em assuntos etnológicos, pode atestar o alto valor da coleção.

Informa que não é possível fornecer um catálogo para avaliação do *Hofmuseum*, pois não existe nenhum disponível até então. Atesta ainda que “a coleção abrange quase todos os objetos que os índios utilizavam” e que “quase tudo

<sup>79</sup>Até agora todos os indícios encontrados levam a crer que José Paranaguá formou esta coleção durante muitos anos - antes e depois da realização da Exposição Antropológica Brasileira no Rio de Janeiro (1882) – durante os quais organizou e participou ativamente de expedições pela região norte do Brasil.

<sup>80</sup>Não encontramos nenhuma referência externa sobre o Barão Bikuwky – grafia encontrada nas cartas de negociação.

que se refere as pedras em seu trabalho *Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens* (*Entre os Povos Primitivos do Brasil Central*) encontra-se disponível”.

Caríssimo Senhor Conselheiro!

A alguns dias, o meu amigo Dr. José Paranaguá me pediu para assumir a venda da coleção etnológica de sua irmã, a senhora Baronesa de Loreto. Como a coleção era excepcionalmente rica e bela, bem como sei que o senhor sempre trabalhou com todas as forças em prol da reprodução da coleção real, permito-me perguntar se o Museu Real<sup>0</sup> estaria eventualmente disposto a adquirir esta substancial coleção. Meu pensamento inicial foi pôr de lado todos os empecilhos e empenhar-me em levar a coleção à Viena, pois realmente não via motivos para se enviar para Londres, Paris ou Berlin o que de melhor se pode ter. Conversei sobre isto com o senhor Conde Bikuwky, nosso agente de negócios, já que gostaria de levar a questão à delegação real e ele me pediu para me voltar diretamente a ele, já que, segundo ele, este seria o caminho mais curto.

Ainda que eu não seja nenhum especialista em Etnológicas, sei porém o bastante para reconhecer o alto valor da coleção da senhora Baronesa. Infelizmente não posso hoje contribuir com nenhum catálogo, já que nenhum registro detalhado próprio se encontra disponível. A coleção abrange quase todos os objetos que os índios utilizavam. Quase tudo o que se refere às pedras em seu trabalho "*Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens*" está disponível.

J.G. Foetterle continua:

Setas e arcos em boas quantidades, de todas as formas possíveis, com e sem ornamento de penas, tacapes, lanças, machadinhas de pedra com ou sem haste, rastelos, cestos, escudos, rodas, uma canoa, banquinhos, panelas, chocalhos, tudo disponível em grande quantidade contendo dados exatos de procedência. Destaque para duas cabeças mumificadas de índio de Minduri. Henri Coudrau reproduz uma destas em seu trabalho "*Voyage au Tapajoz*", na página 131. De muriquitãs<sup>81</sup>, estas excepcionais efígies dos índios, constam 6 ou 7, dentre os quais um feito com uma bela e verde pedra. Dr. Barboza Rodrigues<sup>82</sup> descreveu este muiriquitã.

<sup>81</sup> Muiriquitã. Amuleto da sorte no formato da imagem de um sapo.

<sup>82</sup> João Barbosa Rodrigues nasceu no Estado de Minas Geraes, onde seu pae era commerciante. Em 1869 terminou o seu curso de letras e formou-se pela antiga Escola Central de Engenharia. [...] publicou várias poesias e um volume em prosa intitulado «Veladas nocturnas». D'ahi por deante dedicou-se a trabalhos scientificos, cujos méritos foram amplamente reconhecidos na Europa, onde Barbosa Rodrigues mantinha relações com numerosos sábios e com as maiores sociedades scientificas. Nesta época desempenhou o cargo de secretário do antigo Instituto Commercial e o de secretario e professor de desenho do Collegio D. Pedro II. Em 1871 foi encarregado pelo Governo de explorar o valle do Amazonas. Nessa commissão se demorou 3 1/2 annos e teve ensejo de explorar

Muito bem representados estão também os trajes de dança feitos de fibra de Buriti, bem como os maravilhosos penachos e diadema de penas de papagaio, cordões e colares de pedras e dentes e adereços para peito de garras de tatus-canastra. Ao lado destes objetos, especialmente típicos dos índios brasileiros, encontram-se alguns antigos vasos peruanos da era Inca, maravilhosamente preservados, assim como outros objetos muito interessantes. É bem possível que sejam de menor interesse para o Museu Real as conchas e minerais, ainda que entre eles deva haver um ou outro objeto de valor.

Pelas cartas apresentadas, percebemos que J.G. Foetterle atribuiu à coleção um excepcional valor ancorado na sua riqueza e beleza plásticas – “excepcionalmente rica e bela”. Ele une os aspectos estéticos, alicerçados pelo valor intrínseco do que é único e raro - quer seja pela excelência na execução e técnica, quer seja por se associar a um fazer próprio e distinto entre as culturas da Amazônia - ao aspecto de sua riqueza e quantidade – “Setas e arcos em boas quantidades”. Quanto à variedade técnica dos objetos, acena para a existência “de todas as formas possíveis”.

Desta maneira valida o alto valor da coleção, mencionando: “Ainda que eu não seja nenhum especialista em Etnológicas, sei porém o bastante para reconhecer o alto valor da coleção da senhora Baronesa”, ao mesmo tempo em que se auto capacita para a tarefa de seleção dos objetos.<sup>83</sup>

Ressalta ainda seu valor para o Museu em função dos seus atributos científicos como “tudo disponível em grande quantidade contendo dados exatos de procedência”. Aponta para a inclusão de uma cabeça mumificada de índio Minduri –

---

os Rios Capim, Tapajóz, Trombetas, Jamundá, Urubu e Jatapú, sobre os quaes publicou 5 relatórios importantes, cujas edições foram exgottadas em poucos mezes. Em 1878 occupou-se com o estudo de Curare, sobre o qual fez uma bella conferencia em presença de S. M. D. Pedro II. Em Junho de 1883 foi nomeado director do Museu Botânico do Amazonas, com sede em Manáos, e ahi dedicou-se o naturalista a estudos sobre etimologia e botânica do Estado do Amazonas, publicando os resultados de suas investigações no periódico «Velosia». Em 25 de Março de 1890, recebeu a nomeação de director do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cargo que com grande brilho occupou até a sua morte, em 6 de Março de 1909”. Acesso em 12-10-2013. Disponível em: <[http://biblio.etnolinguitica.org/ihering\\_1911\\_barbosa](http://biblio.etnolinguitica.org/ihering_1911_barbosa)> (IHERING, 1911)

<sup>83</sup>Podemos questionar o fato de Amanda Loreto ter fixado dez anos antes o valor da coleção ainda em vias de seleção (no sentido de parte de um todo) para a venda, ao mesmo tempo em que o museu austríaco parece não contestar o valor requerido, mesmo sem que houvesse a deliberação de J. G. Foetterle quanto às peças, às etnias e às regiões que seriam consideradas para seleção. Pode-se sugerir que qualquer que fosse o lote selecionado, o museu austríaco considerava de alto valor para o conjunto existente no museu.

reproduzida e publicada no trabalho *Voyage au Tapajoz* (Viagem ao Tapajós, p. 131) de Henri Coudrau (1858-1899)<sup>84</sup>. Seleciona também a efígie indígena denominada Muiraquitã, descrita nessa oportunidade pelo Dr. Barboza Rodriguez, cientista que assessorou J. G. Foetterle nesse empreendimento. Todo o tempo reafirma o valor da coleção, lembrando: “A coleção abrange quase todos os objetos que os índios utilizavam”. J.G. Foetterle ainda acena com outros artefatos culturais que representam indiretamente aspectos da fauna brasileira como: “os maravilhosos penachos, diadema de penas de papagaio, cordões e colares de pedras e dentes e adereços para peito de garras de tatus-canastra”. Todos estes elementos mencionados estabelecem uma forte conexão entre a coleção e o museu.

De fato existe na coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller a presença de peças não-indígenas, originadas supostamente das coletas realizadas por Paranaguá através das fronteiras limítrofes com o norte do Brasil. A estas peças o museu identificou como “cultura popular”.

Finaliza esta correspondência o fato que mais considerações e buscas por informação gerou durante as conversas entre esta pesquisadora e a curadora da coleção. Estaria entre os objetos selecionados, um anel único e de grande valor afetivo e financeiro:

Segundo o texto original, J.G. Foetterle,

Não obstante, deve possuir certamente um grande valor, em especial para a Áustria, um anel, presente da Majestade, o Kaiser Max von Mexiko de Weiland, a um parente da Baronesa de Loreto, à época na Bahia. O anel traz em uma pedra grande e azul o monograma do infeliz Kaiser com a coroa dos Habsburgos acima. A pedra azul está cercada por diamantes.

---

<sup>84</sup>Professor de História e de Geografia foi, em 1881, com a idade de 21 anos, enviado à América do Sul, como professor no Liceu de Caiena, tendo antes exercido por pouco tempo o magistério em Reims. A serviço do Ministério da Marinha e das Colônias, estudou nos anos de 1883, 84 e 85, os territórios, então contestados, entre a Guiana Francesa e o Brasil. Partindo da Aldeia de Counani, passou depois ao Rio Branco indo até o Rio Negro, onde permaneceu nessa viagem de estudos. Sua segunda missão durou ainda dois anos (maio de 1887 a abril de 1889) e, do ponto vista geográfico, foi particularmente rica, pois, além de percorrer um itinerário de 4.000 quilômetros levantados na escala de 1:100.000, realizou levantamentos considerados completos dos rios Oiapoque, Maroni e Moronini, da embocadura à nascente. Disponível em: <http://www.henricoudreau.fr/biographies/coudreau.html>. Acesso em 16-3-2014

A joia, entretanto, não faz parte da coleção do Museu de Etnologia de Viena e, segundo a curadora Claudia Augustat após consulta aos demais museus de Viena, o anel não se encontra em museus na Áustria. Seu destino é, até o momento, desconhecido, podendo fazer parte de coleções particulares ou ainda em posse dos herdeiros da família Paranaguá (com a qual não conseguimos estabelecer contato).

Por fim declara-se impedido de atribuir valor a coleção, bem como os irmãos Paranaguá, já que não são especialistas no assunto<sup>85</sup>, e aponta o Dr. Hermann Meyer como referência na estipulação de um valor monetário para ela.

**Hoje não posso lhe dizer um preço, já que nem a Senhora Baronesa, nem seu irmão, e nem eu, de igual modo, somos especialistas.** Quando o Dr. Hermann Meyer viu a coleção, a 10 anos atrás, enquanto fazia sua primeira viagem pelo Xingu, ficou encantado e quis adquiri-la a qualquer preço. Não pouco ele me atormentou na época para que eu fizesse o meu possível para conseguir-lhe a coleção, declarando de imediato que pagaria 50000 marcos por ela. A senhora Baronesa queria na época ceder sua coleção e o Dr. Meyer manteve seus 50000 marcos. Dr. Bacsseler, que alguns anos depois conheceu a coleção, disse que ela bem que teria tal preço. Esta seria então uma base a partir da qual futuras transações poderiam ser feitas. Já que se tratava agora de uma quantia consideravelmente alta, permito-me então fazer-lhe uma sugestão de mandar para cá, se possível, um especialista que possa ver a coleção detalhadamente, avaliá-la e eventualmente autorizar que mais adiante sejam feitas negociações. Caso o faça, tratar-se-ia de uma questão de custo relativamente baixo, já que toda a viagem pode muito bem ser feita com 1500 a 2000 moedas de ouro. Infelizmente, eu não posso pessoalmente fazer mais nada, a não ser pedir encarecidamente ao senhor para utilizar toda a sua, por sorte, séria influência, de modo que esta maravilhosa coleção seja anexada ao Museu Real. (grifo nosso)

### 2.3.1.2 Carta de Negociação no. 2

Nesta correspondência o Prof. J.G. Foetterle se propõe a fazer um catálogo da coleção “o mais exato possível, fotografando os objetos mais dignos de menção” para que pudesse ser encaminhado a Viena para avaliação e informa ter conhecido o Cônsul Post, colocando-o a par dos procedimentos relacionados à coleção.

---

<sup>85</sup>Na frase seguinte, informa o valor de 50000 marcos oferecidos à Baronesa de Loreto dez anos antes.

Ontem tive a honra de conhecer nosso Cônsul, o senhor Post, chegado aqui há alguns dias. Ele me transmitiu suas saudações, pelas quais agradeço por meio desta da forma mais cordial possível. Aproveitei logo a ocasião para colocar o senhor Cônsul a par da questão da coleção e, como o senhor Dr. Paranaguá também estava no barco, tornei-os então conhecidos. **À ocasião, o Dr. Paranaguá me entregou as anotações de sua irmã sobre a coleção. O senhor Post teve a gentileza de logo guardá-las consigo para providenciar sua tradução no consulado**<sup>86</sup>. Por isso, estou hoje em condições de poder lhe contribuir com um exemplar destas anotações. **Ainda que eu não incluía um catálogo, é possível a partir delas supor de algum modo se vale a pena se ocupar delas.** O senhor Cônsul me prometeu escrever a este respeito tanto ao senhor quanto ao senhor Dr. Heger e irá defender a causa muito melhor do que eu poderia. **Já que tenho acesso à coleção a qualquer momento, vou fazer então uma detalhada observação desta no decorrer da próxima semana com o senhor Cônsul e solicitar dele um relato esmiuçado para o senhor.** O senhor Dr. Paranaguá assegurou-me novamente na presença do senhor Cônsul que o assunto ficará entre nós e que nenhum passo adiante deve ser tomado até que uma decisão chegue de Viena.

Nesta carta é referenciada também a entrega de anotações para o Cônsul da Áustria no Brasil, Sr. Post, ficando a cargo deste último a tradução do conteúdo e o subsequente envio ao museu. Foi planejada uma “detalhada observação” do acervo por J.G. Foetterle e Post, de forma que o cônsul pudesse informar o maior número de detalhes possível à Viena.

### 2.3.1.3 Carta de Negociação no.3

Pela primeira vez J.G. Foetterle cita a impossibilidade de remeter a Viena um catálogo completo da coleção. Destaca a dificuldade do trabalho devido à enorme quantidade de objetos e indica a produção de um pequeno catálogo cujos objetos estariam numerados. Talvez tenha sido essa a numeração encontrada em algumas peças da coleção no *WM*.

Indica o envio de imagens de parte dos objetos (imagens que não fazem parte do acervo do museu austríaco) e reitera seu extraordinário interesse em realizar o

---

<sup>86</sup>Não foi encontrado nos arquivos do Consulado da Áustria no Brasil (São Paulo) qualquer referência a este documento.



trabalho. Ao mesmo tempo, indica danos a algumas peças manipuladas pelo Conde Bukuwky, gerente de negócios e Embaixador da Áustria no Brasil. No último parágrafo aponta para a existência de inúmeros materiais que deixará de fora da relação a ser adquirida, pois prefere dar ênfase aos objetos etnológicos brasileiros – determinando assim ter sido o autor da escolha dos itens que viriam a fazer parte deste novo conjunto, a Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller<sup>87</sup>, reafirmando os critérios para esta organização: os objetos etnológicos brasileiros.

... infelizmente **não me é possível enviar ainda hoje um catálogo completo da coleção, pois tal catálogo, e ainda preciso, requer considerável tempo**; me é custosa uma tal tarefa. Para um esboço deste, preciso ir, naturalmente, ao Rio, o que significa a perda de um dia inteiro. [...] **o esboço do catálogo ainda vai se arrastar por algum tempo**. Além disso, permito-me ainda observar que **mal posso esboçar um catálogo adequado à nossa "precisão caribenha", como se convém falar das pedras, pois a quantidade dos objetos, especificamente correntes, colares, adereços de penas e outras coisas menores é enorme**. Os colares ainda estão, infelizmente, um pouco enrolados, de modo que é necessário algum relativo tempo para desemaranhá-los. As setas estão parte agrupadas, parte nas paredes, fixadas ainda nos tetos, o que certamente dificulta a contagem. **Ontem trabalhei ininterruptamente por 6 horas no catálogo e, pelo tempo gasto, pouco consegui de fato. Em anexo, permito-me enviar o catálogo dos objetos coletados e numerados ontem para não deixar o senhor esperando**. Preciso mencionar novamente que não prometo a quantidade integral de peças quanto às setas, colares e pulseiras. Podem estar de igual forma disponíveis alguns mais ou outros menos, especialmente menos. Tão logo possa aproveitar mais um dia, **darei prosseguimento ao trabalho, pelo qual me interessa extraordinariamente**. É realmente irritante que eu tivesse que ficar doente justamente durante minhas férias; do contrário tudo já estaria pronto.

**Espero que as imagens tenham chegado em bom estado às suas mãos**. Elas dão uma noção dos objetos reproduzidos, mesmo que estas não estejam tão boas ou mostrem ainda somente uma pequena parte da coleção. Infelizmente, os pratos coletados posteriormente não chegaram em bom estado; nosso agente de negócios Conde Bukuwky contribuiu para isto, tenho de dizer.

**Além dos objetos etnológicos, estão disponíveis ainda algumas coisas da Pompéia e outros objetos como ninhos de vespa, fósseis e um armário cheio de minerais. Vou preferir deixar de catalogar todos estes e me limitar somente aos etnológicos do Brasil.**

<sup>87</sup>Nome adotado após a venda da coleção ao *Hofmuseum* em homenagem ao mecenas que possibilitou a viagem entre Brasil e Áustria.

Espero receber dentro de alguns dias uma carta do senhor, que tomara traga comunicados mais precisos do que aqueles que eram possíveis com o cabograma.

Alimentando esperanças que esta bela coleção tome seu caminho para Viena, permaneço com as melhores estimas. (grifo nosso)

Destacamos que nesta carta J.G. Foetterle reforça a exaustividade da coleção em termos de adornos e peças menores indígenas, e aponta também o estado de guarda das mesmas, com o seu acondicionamento e distribuição no espaço da casa. Envia junto à carta uma listagem referente a parcela dos objetos já “coletados e numerados” - ao que designa como *catálogo*. Esclarecemos que este anexo não constava junto a carta, motivo pelo qual não podemos descrever a estrutura do catálogo elaborado por J.G. Foetterle. Há apenas a menção a uma numeração que, no caso das peças menores, confessa não conseguir determinar a quantidade exata, dado o seu volume e especificidade.

Ao mencionar outras peças que compõem a coleção Paranaguá, possibilita que tenhamos a dimensão da diversidade de temas do seu conjunto, contemplando categorias que poderíamos inserir na abrangência da História Natural.

#### 2.3.1.4 Carta de Negociação no.4

Esta carta é a primeira em que o narrador, Prof. J.G. Foetterle informa que entrou em contato com a Baronesa de Loreto visando estabelecer um preço para a aquisição de sua coleção, tomando para si a responsabilidade por mais essa etapa da negociação.

J.G. Foetterle ainda enfrenta problemas quanto aos valores da venda e, “arbitrariamente” oferece um valor intermediário ao desejado pela Baronesa de Loreto para que não se perdessem todos os esforços realizados no sentido de escolher, catalogar, fotografar e organizar a documentação que acompanharia a coleção para Viena.

Em nome do Dr. Heger, a coleção é vendida pelo preço de 37.500 marcos alemães para o *Hofmuseum*. Veja abaixo a tradução da carta e os grifos dos pontos de maior interesse.

Caríssimo Senhor!

Em resposta à sua estimada réplica do dia 7 deste mês, permita-me informá-lo que fui ontem ao Rio<sup>88</sup> para **tratar com a senhora Baronesa da venda de suas coleções etnográfica e mineral.**

De acordo com as instruções a mim entregues, mencionadas nos escritos acima, fiz à senhora Baronesa a **oferta de 35000** marcos reais (trinta e cinco mil marcos reais) pela coleção toda e informei-lhe da forma mais detalhada o possível todos os motivos que impediam uma melhor avaliação. Infelizmente, agora **tenho que informá-lo que esta oferta não foi aceita e que todos os motivos dados não foram suficientes para convencer a senhora Baronesa de que a coleção não valia mais do que o preço oferecido.**

Ela foi categórica em afirmar que não estaria inclinada a abrir mão da coleção por **nada menos que 40000 marcos reais.** Como não estava autorizado a concluir a compra com este valor, vi então por um momento desaparecerem todas as esperanças pela aquisição da coleção. Todos os motivos que apresentei, toda as tentativas de persuasão, tudo ia de encontro ao inflexível preço mantido pela senhora Baronesa. Como já não havia mais saída e para não despende todos os esforços em vão levando enfim a situação a um desfecho favorável, **propus, de modo compreensivo, a arbitrária proposta de compartilhar a conflituosa diferença, ofertando à senhora Baronesa a quantia de 37500 marcos reais.** Depois de muitos esforços **consegui finalmente fazer com que ela aceitasse esta última oferta.** Acrescentando, permito-me enviar-lhe uma declaração por escrito da senhora Baronesa de Loreto, na qual **ela atesta querer vender toda a sua coleção ao Museu Real pelo preço de trinta e sete mil e quinhentos marcos reais.**

**Com isto, minha missão está terminada e agora cabe ao senhor, caro (Sr. Heger), avaliar se considera apropriada ou não a venda por conta do acordo que fiz arbitrariamente.** Posso assegurá-lo que sai de lá com o coração em apertos por conta da quantia dada por mim em seu nome e somente nos últimos instantes, quando já não restava qualquer esperança, foi que me arrisquei nesta última tentativa.

Com esperanças de que o senhor irá aprovar minha ação, permaneço com as melhores estimas.

#### 2.3.1.5 Carta de Negociação no.5

Indica os termos finais de negociação com o *Hofmuseum*, deixando para o Dr. Heger as informações pertinentes ao acordo firmado com a família Paranaguá (leia-se Baronesa de Loreto). Estabelece o pagamento à

---

<sup>88</sup>J. G. Foetterle era radicado em Petrópolis.

Baronesa em cotas que não poderiam extrapolar o prazo final de 1910; portanto uma venda a prazo.

Sabemos que o Sr. Schoeller teria patrocinado a aquisição desta coleção para o museu austríaco, embora não fique claro a equivalência do total do preço que teria patrocinado; ou mesmo se teria apenas se responsabilizado pelo traslado.

Senhor diretor Franz Heger

.... tenho de informar o seguinte:

1. Autoriza-se por meio desta a compra da coleção em questão pela quantia máxima de 30 Contos\ 39000 marcos, sob a restrição de se incluir ainda detalhes e orçamento; pode-se, contudo, se possível, haver uma redução de preço e, no caso de o orçamento apontar para menos que a quantia máxima indicada, não oferecer em nenhuma hipótese mais do que o valor estimado.

2. Caso possa ocorrer para este propósito a remoção dos objetos antigos contidos na coleção e lembranças ao Kaiser Max von Mexico<sup>89</sup> uma considerável redução do valor, pode-se renunciar a estes objetos; não obstante não se altere desta forma significativamente o preço, podem ser incluídos os objetos no menor preço a se acertar.

3. A aquisição pode ainda desse modo estabelecer a condição de um **parcelamento** que resulte em uma quantia ainda maior, até o limite máximo de 22000 K, depois da conclusão do acordo ainda no ano de 1907, **e o resto em prestações de 2 a 3 anos, de 1908 até no mais tardar 1910.**

No caso de uma possível recusa precipitada da dívida face a circunstâncias especiais, pode a vendedora consentir com um desconto sobre o menor preço possível.

4. Será acrescida às prestações anuais, junto à garantia em caso de algo de extraordinário, também a doação ao departamento antropológico e etnográfico em quantidade correspondente.

5. **Sanciona-se por fim a requerida excursão para São Paulo, sob a condição de que com isto não sofram os custos totais da viagem qualquer aumento e que seu retorno a Viena não ultrapassa a data limite do meio de julho.**

Apesar da tradução às vezes comprometida pela utilização de termos que não puderam ser encontrados nos dicionários atuais de Alemão, podemos ter uma noção clara dos mecanismos de negociação da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller. Negociada pela Baronesa de Loreto com pulso firme quanto ao seu valor final,

---

<sup>89</sup>Pedido da Baronesa de Loreto constante em bilhete (manuscrito) remetido supostamente ao Sr. Heger.

atesta a noção da importância comercial que as peças etnográficas possuíam no mercado europeu àquela época.

Não foram encontrados documentos no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro) que relatassem a saída da coleção do Brasil. Supondo que houvesse informações quanto a identidade dos responsáveis por seu traslado, descrição de conteúdo, data de partida e condições de viagem, trataremos desse assunto em posterior pesquisa. Mesmo sendo citada na carta 5 a *transferência das peças para São Paulo* antes do embarque definitivo, não foi possível encontrar no Arquivo Público do Estado de São Paulo documentação que confirmasse a data de embarque da coleção rumo a Viena, a qual teria de ser embarcada forçosamente pelo Porto de Santos.

Rememorando o trecho citado na abertura deste capítulo, da autoria de Euclides da Cunha (1933), podemos considerar de forma apropriada, que este “Amazonas ideal” tenha sido de fato um conjunto de símbolos e mitos que se traduziam na forma materializada para o museu austríaco; não somente pela já conhecida complementaridade à coleção de Johann Natterer. Foi mais um passo no sentido de desvendar um “território [...] do conhecimento da natureza e das inúmeras culturas que ali se isolavam do resto do *mundo civilizado*, cultivando um modo de vida tido como primitivo”. Este era o olhar sobre as culturas indígenas que se inseria com grande propriedade nos debates das teorias científicas evolucionistas da época.

Quanto à documentação gerada no Brasil por J. G. Foetterle, Baronesa de Loreto e Barboza Rodrigues, perdida ou extraviada, de certa forma determina a trajetória da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller no *WM*.

No capítulo a seguir passaremos à descrição e discussão sobre as questões que se aplicam pelo viés da Documentação Museológica, a qual é responsável pela identificação e controle das coleções musealizadas.

**CAPÍTULO 3**  
**DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA**

A documentação museológica constitui importante ferramenta para o controle, gerenciamento e recuperação das informações dos objetos musealizados. Um sistema de documentação eficaz conta com dados bem organizados, seguindo critérios específicos de catalogação e informação consagrados pela área com a qual se relaciona (Antropologia, Mineralogia, Botânica, etc), podendo garantir o acesso claro e imediato à informação do objeto ou grupos de objetos, permitindo uma visualização de toda informação disponível, voltada para o interesse pontual da consulta, facilitando o trabalho de identificação e cruzamento de dados no âmbito institucional e, quando *online*, garantindo a otimização de seu conteúdo na comunicação (interface) com o público.

Segundo Schu (2012), para ser eficaz, o banco de informações precisa ser funcional, flexível, de fácil manuseio e acesso. [ ] Precisa de ferramentas que agreguem informações necessárias para diferentes tipos de estudos.

Além dos dados básicos necessários para o registro das coleções, muitos softwares oferecem oportunidades de importação de dados de outros bancos, inserção de arquivos multimídia, como registros fotográficos, sonoros, mapas de distribuição e outros, podem dar autonomia aos museus e instituições para que criem suas próprias políticas de acesso às informações e se organizem em redes para trocas de dados *online*.

No que tange ao usuário final – pesquisador ou visitante, estes podem

utilizar-se das redes para mapear e localizar os espécimes (**ou artefatos**) em diferentes museus e centros de pesquisa de uma determinada área, conseguindo reunir assim, um número significativo de amostras e de dados, devido à facilidade de acesso às informações compartilhadas *online*. Uma pesquisa como esta, realizada sem a utilização de softwares, atrasa o andamento do estudo, exige muito esforço do pesquisador e prejudica o fluxo de dados entre as instituições. (Schu, 2012) (grifo nosso)

No *WM* a documentação referente à coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller se traduz em uma planilha de dados organizadas em Excel, onde figuram informações quanto a tipologia, origem geográfica e étnica de cada objeto. Muitas das vezes, como se verá a seguir, as lacunas informacionais - “ausência ou dúvidas

acerca dos dados registrados nos campos de informação das fichas catalográficas”, conforme conceituado por Lima (2010) - surgem em número superior às identificações realizadas nos últimos cem anos, impossibilitando o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa por parte da curadoria da coleção.

No caso da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller foram cedidos à pesquisadora, em épocas diferentes (2004, 2007<sup>90</sup>, 2012), arquivos digitais (em formato Excel) contendo dados em campos específicos cujos descritores foram elaborados pela equipe do museu. São eles: **inventário, ano, século, colecionador, objeto, areal, país, região e etnia.**

A primeira versão desta planilha foi disponibilizada à pesquisadora em 2004, sendo que, em 2012, foi apresentada uma versão atualizada, já elaborada a partir de um software criado para este fim, contendo algumas alterações na quantidade de informação:

- a) número inferior de descritores (exclusão de **areal, ano, século**),
- b) adição de campo novo (**número de ordem**)
- c) variação quantitativa de **etnias**, apontando para a inclusão de novas etnias (algumas não puderam ser reconhecidas na literatura existente pois encontram-se com grafia desconhecida).

### 3.1 Análise das Tabelas de Controle de Acervo

Para que fosse possível analisar com propriedade as tabelas de controle de coleções do museu austríaco, primeiramente teve-se que perceber que a ausência de dados já citada, em torno de 90% da coleção, reflete diretamente na formação de

---

<sup>90</sup>Na planilha intermediária, do ano de 2007, composta por uma coletânea de todo acervo etnográfico originado no Brasil, incluiu-se não apenas as informações acerca da Coleção Loreto-Paranaguá (já identificada como *Loreto-Paranaguá-Schoeller*), mas também de outras dezenas de coleções formadas entre os séculos XIX e XX por cientistas austríacos no Brasil, uma vez que para a pesquisa então desenvolvida para o Projeto Resgate Barão do Rio Branco, se fazia necessário o conhecimento do universo de coleções brasileiras sob tutela daquela instituição.



buracos estruturais dentro das redes de conhecimento. (ESTEVES, BOTELHO, 2013)

No caso da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller a precariedade ou ausência total de dados referentes aos objetos musealizados (tipo, origem étnica, origem geográfica, uso) multiplica o número de lacunas informacionais em torno da coleção, ou seja, da quantidade de informações que tais dados podem desencadear.

Sem que se tenha a possibilidade de confirmar a veracidade dos dados informados pelos antigos profissionais do museu, sua análise fica comprometida já no primeiro estágio de verificação das informações. Precisamos trabalhar com a suposição de que estejam corretos para que, a partir daí se possa dar prosseguimento à avaliação dos danos causados pelas lacunas – ao mesmo tempo em que utilizando o dado existente, se procure estabelecer outras conexões com o objeto, utilizando-se para isso a bibliografia e documentação existentes atualmente.

O *WM* elegeu os descritores que melhor identificariam os seus objetos e as informações disponíveis. São eles: **inventário, ano, século, colecionador, objeto, areal, país, região e etnia**. Relacionar os dados providos pelos cientistas do *Hofmuseum* com os conhecimentos que hoje temos dessas comunidades, é o que torna possível visualizar a necessidade de atualização das tabelas, progredindo no sentido de conseguir suprir as lacunas informacionais que perduram até hoje.

Observamos abaixo a planilha inicialmente fornecida pelo *WM* em 2007, onde encontraremos os descritores eleitos pela instituição e a forma de inserção de dados (linha 1). A linha 2 apresenta a informação existente no museu sobre a peça inventariada sob o número 82057, utilizada como exemplo.

As informações são descritas em alemão (ex. *objeto*) e inúmeras vezes se pode encontrar mais de uma grafia para os campos Areal, Etnia, Região. Este fato, replicado dentro de um sistema de informações, ocasiona resultados diferentes no que tange a pesquisas pontuais, como no exemplo a seguir. Ex: Maué, Mawe, Maue

Se optarmos, como no caso acima, pelo “filtro” *Etnia*, dependendo da maneira como grafamos a palavra (desejável que seja realizado no idioma original, no caso em Português) obteremos resultados a mais ou a menos, diferentes da realidade.

Da mesma maneira, antes mesmo de desenvolvermos ou utilizarmos sistemas de informação, faz-se necessário que se crie um manual de uso, para que

todos os usuários tenham conhecimento de como funciona o sistema, evitando resultados inadequados<sup>91</sup> e inserções de dados com diversas grafias.

TABELA 3

INVENTARIO	ANO	SECULO	COLECCIONADOR	OBJETO	AREAL	PAÍS	REGIÃO	ETNIA
82057	1907	XX	Paranagua, Loreto, Schoeller	Speerspitze	Tapajos- Madeira	Brasilien	Río Madeira	Arara

Em 2012, foi apresentada uma versão atualizada desta tabela, contendo campos diferentes e em menor quantidade do que a versão anterior, acima. No novo formato, há inclusão de algumas imagens de objetos (menos de 15% do total), as informações de **ano**, **século**, **areal** são **suprimidas**, restando as informações abaixo informadas (Figura 21). (Grifo nosso).



Figura 20: Fotografia referente à descrição da tabela abaixo

<sup>91</sup>Outro exemplo em arquivos e museus na Áustria é a indexação da palavra Brasil em diversos formatos: Brasilien, Brasilianische, Brazil, Brasil.

Inv.Nr. (Número de Inventário) 83.110: <b>Rassel (chocalho)</b> Makushi (Etnia)
Geograf. Zuordnung (Zona Geográfica): Südamerika\Guyana\Brasilien\Rio Branco
Sammler/in (Colecionador): Jose Lustosa Paranaguá
Sammler/in (Colecionador): Maria Amanda Loreto
Sammler/in (Colecionador): Schoeller
Karteikarte (Cartão de Registro): ----
Or. Nummer (Número de Ordem): 91
Drei Rasseln, jede bestehend aus einem geflochtenen Rinderstreifenzyylinder von verschiedener Länge, mit eingeflochtenen schwarzen Mustern, an beiden Enden geschlossen; 26, 33,5 und 38, 5 cm lang; die beiden ersteren Stücke mit kurzer Tragschnur.
Tradução da descrição acima: <b>Três</b> <sup>92</sup> chocalhos, cada um fechado <b>bestehed</b> de tiras trançadas de cilindros de corte de comprimentos diferentes, com padrões entrelaçados pretos em ambas as extremidades, 26, 33,5 e 38, 5 cm de comprimento. As duas primeiras peças com alça de transporte de curta duração. (grifo nosso)

Figura 21: Ficha de catalogação atual do *WM*

Podemos verificar que a peça em questão possui **um número de ordem** mas é composta por **três peças**. Isso aponta para uma incompatibilidade numérica e quantitativa do acervo – o que nos informa que existem mais objetos na Coleção Paranaguá do que as inventariadas pelo museu.

Observamos ainda que a ficha resumida (Figura 21) possui campos em branco (Karteikarte – Cartão de Registro)<sup>93</sup> ou não considerados, como indicação de materiais utilizados na confecção das peças, tipos de tramas e pigmentos utilizados pelas etnias Makushi, etc

Para que possamos oferecer um exemplo de ficha catalográfica para objetos etnológicos, apresentamos o detalhamento da ficha de um museu americano; o National Museum of The American Indian (Museu Nacional do Índio Americano)<sup>94</sup>.

<sup>92</sup>Cada objeto corresponde a um número de identificação dentro dos museus em geral – o que não foi considerado na catalogação atual do museu austríaco - demonstrando ausência de conhecimento sobre os procedimentos de inventariação e catalogação museológicas.

<sup>93</sup>Essa nomenclatura não se aplica aos descritores da Museologia praticada atualmente. Também não encontramos referências desse descritor na Antropologia e suas áreas de especificidade.

<sup>94</sup><http://www.americanindian.si.edu/searchcollections/specifics.aspx>

Pode-se observar o nível de detalhamento e variedade de informações que são elencados por essa instituição, num esforço de produzir uma especificidade informacional para os pesquisadores e o público. Nesse exemplo podemos verificar que a pesquisa é direcionada a Povos-Culturas, Artefatos-Povos, Lugares, Objetos Específicos e Pesquisa Avançada.

Mesmo que não estivesse disponibilizada para o público - fato que gera pesquisa e interesse sobre assuntos diversos acerca da Etnologia – identificamos os vários níveis em que se acomodam as informações.

The screenshot displays the 'National Museum of the American Indian COLLECTIONS SEARCH' interface. At the top, there is a navigation bar with buttons for 'SEARCH by', 'Peoples/Cultures', 'Artists/Individuals', 'Places', 'Object Specifics', 'Advanced Search', and 'Help'. Below this, a breadcrumb trail reads 'NMAI > Collections Search > Search by Object Specifics'. The main content area is divided into four steps, with Step 1 being the active step. Step 1 is titled 'Select one or more collection categories below. If you are unsure about which to choose, select "All of the above."' and includes the following options:
 

- Archaeological Items
- Ethnographic Items
- Modern and Contemporary Arts
- All of the above categories
- Photographic Collections

 A note below the Photographic Collections option states: 'To search the Photographic Collections, choose another type of search.' Step 2 is titled 'Choose one search parameter from the list below:' and includes three radio button options:
 

- Type of Item (What is it?)
- Material (What is it made of?)
- Technique (How was it made?)

 Step 3 is titled 'Make a selection from the resulting list of available options:' and contains two sections:
 

- 'Type of Item - What is it?' with a dropdown menu showing 'Adornment/Jewelry'.
- 'Material - What is it made of?' with a dropdown menu showing 'Material' and a text input field below it. A note below the text field says: 'Choose from the list of materials in the pull-down menu, or type in multiple search terms in the field above.'

 A large blue 'SEARCH' button is located at the bottom right of the form.

Figura 22: Página de pesquisa de coleções do Museu Nacional do Índio Americano. 1º. passo

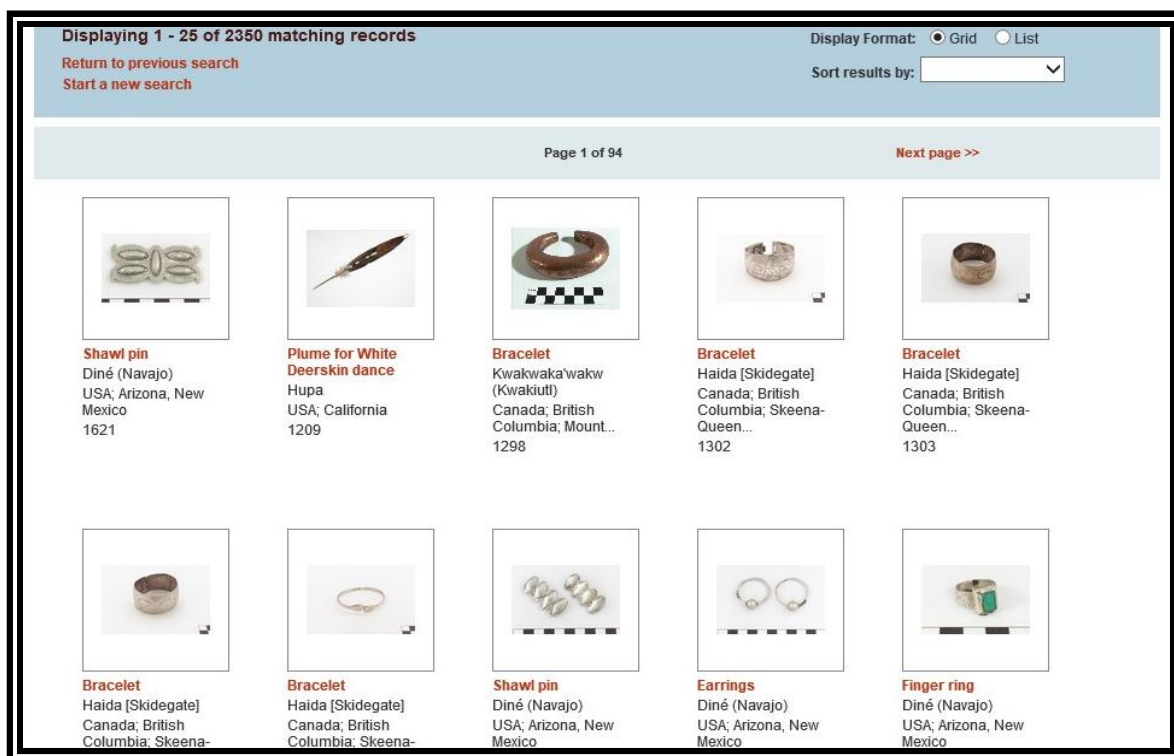


Figura 23: Página de pesquisa de coleções do Museu Nacional do Índio Americano. 2º. Passo

Num 3º. Passo, abaixo, poderemos verificar os descritores que acompanham cada imagem (Figura 22).

Culture/People (Cultura-Povo): Waiwai

Object name (Nome do Objeto): Basket with cover (Cesto com Cobertura)

Native term (Termo Nativo): pakára

Date created (Data de Criação): circa 1910

Place (Lugar): Guyana

Media/Materials (Meio- Materiais): Mukru fiber, macaw feather/feathers, cordage

Techniques (Técnicas): Twill-plaited, tied (Fibra Mukru, penas de arara/ plumas, cordoaria. Técnicas: Sarja-entrançada, amarrada.

Collection History/Provenance (História da Coleção-Proveniência): Collected in 1918 by A. Hyatt Verrill (1871-1954, MAI field collector) during MAI-sponsored fieldwork. (Coletada em 1918 por A. Hyatt Verrill (1871-1954), explorador da MAI – patrocinadora do trabalho de campo).

Dimensions (Dimensões): 35 x 14 x 15 cm

Catalog number (Número de Catálogo): 7/5021

Pode-se observar nesse exemplo que as informações disponíveis dão ao pesquisador uma quantidade de informações suficientes para que uma linha do tempo histórica, étnica e geográfica supra as necessidades iniciais do investigador.

Segundo Yassuda (2009)

As informações requeridas por uma instituição museológica certamente diferem das informações requeridas em outro ambiente. Portanto, além de existirem uma infinidade de tipos de objetos, eles também poderão ter funções, valores e sentidos diferentes, dependendo do ambiente em que estiver inserido, e, conseqüentemente, as descrições também serão variadas. (p.68)

Desta forma, apesar de Paranaguá não ter, aparentemente, descrito sua coleção e constituído dados para sua pesquisa e análise – o que o qualifica apenas como admirador, legando ao museu toda a responsabilidade pela identificação e pesquisa, consideramos que a ficha catalográfica utilizada pelo *WM*, diverge daquelas que usualmente são eleitas pelos museus de etnologia.

Além dessa constatação de caráter técnico, identificamos divergências em boa parte dos dados relacionados ao posicionamento geográfico de etnias e nomeação de objetos.

A seguir, os modelos de fichas do *WM*, onde verificaremos algumas das inconsistências de dados identificadas na Coleção Paranaguá.

Na planilha de 2007, composta por uma coletânea de todo acervo etnográfico originado no Brasil, incluíam-se não apenas informações acerca da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, encontramos nove campos destinados à inclusão de dados. Na tabela mais atual, aparentemente extraída de um sistema de informações que não existia antes de 2011, não só o número de campos é inferior (sete) à planilha anterior como também apresenta descritores diferentes, a saber: Número de Inventário, Etnia, Zona Geográfica, Colecionador, Cartão de Registro, Número de Ordem e Descrição.

Em uma comparação direta, foram eliminados os campos: **areal, ano, século, objeto e país**<sup>95</sup>.

Retomando à planilha de 2007, compunha seu escopo informações que foram resultado de estudos realizados ainda no *Hofmuseum* para atribuir aos objetos uma identificação. Esta foi feita com base na comparação dos objetos com as outras coleções brasileiras existentes.

Alguns dos problemas de identificação da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, provavelmente originários desta primeira identificação, serão aqui apresentados, num esforço de auxiliar o museu vienense a ter subsídios para futuras reestruturações.

### 3.1.1 Problema 1

Nas tabelas de 2007 e 2012 encontramos no descritor **areal**<sup>96</sup> a inclusão de nomes de rios, províncias e outros países (províncias estrangeiras), sem que se estabeleça um critério para a utilização deste termo tanto no descritor em epígrafe quanto no que o segue, **região**.

Pode-se exemplificar com a figura 23, abaixo, a inserção de nomes de rios em meio ao de províncias brasileiras e estrangeiras, mostrando uma opção pela informação possível em detrimento do campo em que se insere.

---

<sup>95</sup>Nem todas as peças da coleção Loreto-Paranaguá-Schöeller vendida ao museu austríaco é formada por objetos brasileiros. Há peças bolivianas, peruanas e das Guianas.

<sup>96</sup>Significa Jazida de Areia. No caso em epígrafe pode ser entendido como áreas etnográficas, região de assentamento.

Rio Uaupés, Rio Amazonas, Rio Juary, **Mato Grosso**, Rio Purus, Rio Aripuana, Alto Rio Araguaia, Rio Xingu, Rio Tiquié, Rio Icana, **Rio Branco**, Rio Jauaperi, Rio Teffé, Rio Uraricará, Rio Uaupés, Rio Madeira, Rio Juruá, Rio Ituxa, Rio Endimary, Rio Ituxy, Rio Machado, Rio Manicoré, Rio Ipurinam, **São Paulo** (?)<sup>97</sup>, Rio Tocantins, Rio Marania, Rio Negro, Rio Iapura, Rio Yapura, Rio Abacaxis, Rio Araguaya, **Pará**, Rio Apaporis, **Guyana**. (Grifo nosso)

Figura 24: Lista de dados referentes aos campos **região e areal** na planilha de 2007 e 2012

Esse procedimento vai impactar negativamente em uma das funções primordiais dos sistemas de informação: a pesquisa.

Pode-se supor que não havia no museu austríaco especialista em geografia brasileira que pudesse auxiliar os etnólogos a situarem as etnias adequadamente nessa estrutura de identificação. Acrescentamos ainda o fato de haverem inseridos nomes compostos para rios diferentes (Tapajós-Madeira), confirmando a necessidade da intervenção de um especialista que possa prover a atualização dessa planilha a partir do cruzamento dos dados quanto ao posicionamento das etnias e à configuração hidrográfica da região amazônica naquele período histórico.

Abaixo um outro detalhe extraído da tabela de 2007.

TABELA 4

AREAL	REGIÃO
Tapajós-Madeira (ambos são rios aparecem em todas as tabelas com nome composto, designando um só AREAL embora fisicamente )	Río Madeira
Tapajos-Madeira	Río Ipurinam

<sup>97</sup>Dúvida expressa pelo próprio museu,



Nordwest-Amazonien (Noroeste da Amazônia)	Río Uraricapará
-	Mato Grosso (Estado)
Guyana (País)	Rio Jauaperi

Colunas **areal** e **região** se confundem na descrição do WM.

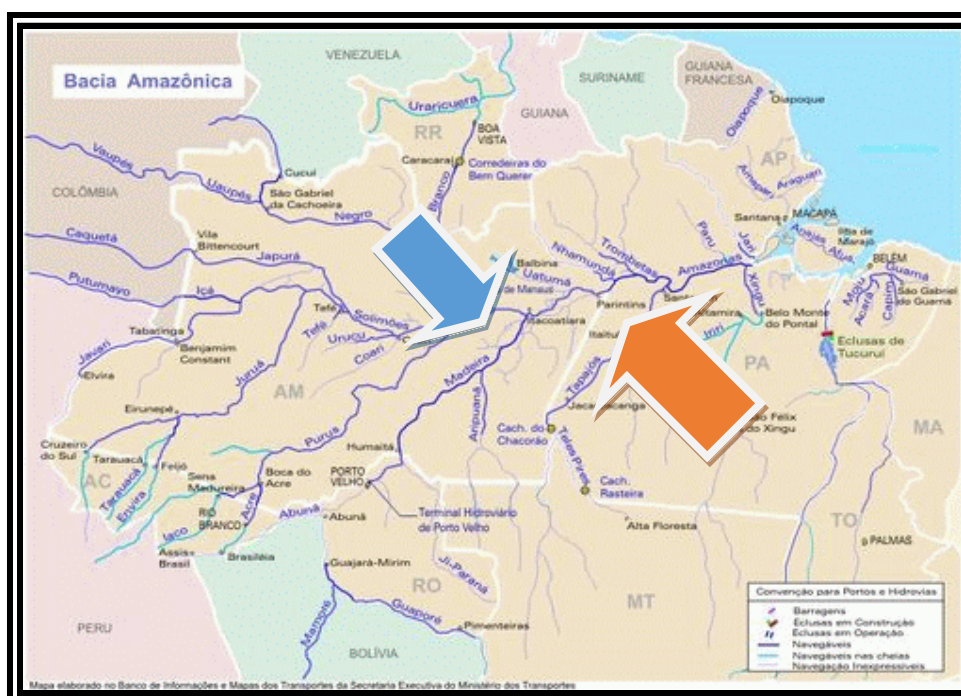


Figura 25: Mapa da hidrografia amazônica.

Pode-se observar que noroeste do mapa, é o Rio Trombetas que encontra o Rio Tapajós ao norte, enquanto o Rio Madeira flui paralelamente a este. Esta região entre rios é extensa e abriga mais de 50 etnias<sup>98</sup>, se fazendo necessário que as catalogações possam ser o mais específicas possível.

<sup>98</sup>Ver <http://belezasdaamazonia.comunidades.net/index.php?pagina=1151273217>

### 3.1.2 Problema 2

Em sequência, a informação de regiões cujas fronteiras com o Peru, Bolívia, Guiana, aparecem sob o descritor "**areal**". Em diversos momentos há uma opção pela descrição genérica (Noroeste do Amazonas) que cobre uma área de fronteira com mais de 2.000km, impossibilitando localizar o ponto geográfico a que se refere. A qual ou quais etnias estariam se referindo? Numa área tão extensa, como optar por dados evasivos quanto ao posicionamento dessas etnias?

Por exemplo, ao informar que a etnia Baniwa possui assentamento no **noroeste do Amazônia** não a posiciona efetivamente em seu lugar geográfico, considerando que ao noroeste do Amazônia estão situadas fronteiras com pelo menos dois países: Venezuela e Colômbia. Em que "**areal**" do noroeste da Amazônia identificaríamos os Baniwa<sup>99</sup> efetivamente?

Nordwest Amazonien (Noroeste do Amazônia), Tapajos-Madeira, Südost Amazonien (Sudeste do Amazônia), Juruá-Purus, Araguaya, Xingú, Guyana, Ost-Brasilien (Leste do Brasil), Oberer Amazonas (Amazonas Superior), Pindaré-Gurupi, Chaco.

Figura 26: Regiões identificadas de modo genérico ou específico nas tabelas do museu, determinando que não há um padrão para a atribuição de informação.

### 3.1.3 Problema 3

Outras lacunas informacionais foram identificadas na tabela abaixo, como a ausência de dados nas seguintes colunas: **areal, região e etnia**.

<sup>99</sup>Os Baniwa vivem na fronteira do Brasil com a Colômbia e Venezuela, em aldeias localizadas às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Aiari e Cubate, além de comunidades no Alto Rio Negro/Guainia e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos (AM). Visto em 25-02-2013. Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/baniwa>>.

TABELA 5

DESCRITORES	NÚMERO DE CAMPOS SEM DADOS RELACIONADOS
AREAL	130 CAMPOS
REGIÃO	175 CAMPOS
ETNIA	126 CAMPOS

Descritores e quantidade de campos sem dados relacionados na planilha 2007 e 2012

Considerando que na ausência dessas três informações torna-se difícil a tarefa de localização e identificação dos objetos etnográficos, compreendemos toda a dificuldade encontrada pelo museu em prover pesquisas avançadas dessa coleção, amplamente caracterizada pela quase completa ausência de dados que constituem a estrutura basilar para a realização de uma pesquisa museológica.

#### 3.1.4 Problema 4

O descritor “Inventário” (Número de Inventário) apresenta problemas de sequenciamento e de alternância de padrão no uso da numeração de identificação de peças no museu.

Seu inventário é iniciado em **81912** e, sequencialmente, termina em **83132**. Esta numeração evidenciaria a existência de 1.220 itens na coleção.

Entretanto, identificou-se a **repetição de numeração** (grifo nosso) de alguns itens que, se confirmados como duplicatas pelo museu – mesmo possuindo descrição diferente (ex: 83058 e 83069) ou complementar (ex: 82094 a 82096) no descritor “Objeto”, configurarão a supressão de outros 6 itens à lista. Excetuam-se os itens **83058 e 83069**, cuja identificação é diferente nessa mesma coluna. A tabela abaixo permite um melhor entendimento do problema apontado.

TABELA 6

LISTA DOS NÚMEROS DE INVENTÁRIO DUPLICADOS	OBJETOS RELACIONADOS
<b>82094</b>	Speer (LANÇA)
<b>82094</b>	Speer - geflochtenes Futteral (LANÇA – BAINHA ENTRELAÇADA)
<b>82095</b>	Speer
<b>82095</b>	Speer - geflochtenes Futteral
<b>82096</b>	Speer
<b>82096</b>	Speer - geflochtenes Futteral
<b>82443</b>	Pfeil (SETA)
<b>82443</b>	Pfeil
<b>83011</b>	Federn und Balgstücke (MOLAS E ?)
<b>83011</b>	Federn und Balgstücke
<b>83011</b>	Federn und Balgstücke
<b>83058</b>	Pfeifen (APITO)
<b>83058</b>	Pfeifenstiel (HASTE DE APITO)
<b>83069</b>	Mörser (ARGAMASSA)
<b>83069</b>	Stössel (EXCÊNTRICO)

Relação de números de inventário duplicados e objetos relacionados

A descrição dos dois objetos identificados com o número de inventário **83069** não correspondem a um objeto e sim a material (argamassa) e adjetivo (excêntrico), sem que haja até o momento qualquer suposição quanto ao uso dessa terminologia..

Verificaremos a seguir que outras lacunas informacionais, exemplificadas na Tabela 6 destacam outros problemas de grande relevância para os futuros estudos da coleção.

### 3.1.5 Problema 5

Nas peças inventariadas sob os números **82088, 82380 a 82385, e 82089** o campo **“etnia” está em aberto**, o que atesta que apesar de identificarem o campo areal e a região, não foi possível concluir a qual etnia pertenciam os materiais coletados.

Em **82118, 82119, 82156, 82157 e 82396**, a lacuna está na informação **areal** embora todos os outros dados estejam contemplados. Em 82170 e 82171 aparece uma interrogação no campo **etnia**, assinalando a dúvida entre duas etnias: Bororo ou Coroados, sem contudo explicitar a origem da questão, se das etiquetas ou da análise dos antropólogos.

Em **82181 e 81289, 82251** e entre **82467 e 82483** temos uma lacuna preocupante, já que **não existe identificação de dados cruciais como “areal”, “região” e “etnia”**. Em **82182** uma dupla dúvida tanto no que se refere a REGIÃO quanto a Etnia, outra vez assinalada com o sinal de interrogação.

Entre os itens **82202 a 82208** pode-se dizer que a **ausência de informação de localização** é curiosa, pois em todos os casos, tanto o Rio Janapery quanto a etnia Crixaná, encontram-se identificadas.

### 3.1.6 Problema 6

Na avaliação da planilha da coleção cedida em 2013 identificamos novos números de Inventário, partindo de **81817 a 83147** sem sequencias em aberto. Nessa contagem existem 1.330 peças na coleção brasileira.

Novamente devemos considerar a forma com que o museu atribui números de inventário aos objetos – muitas vezes considerando um maço de flechas como objeto único, por exemplo.

No caso Loreto-Paranaguá-Schoeller existem diversas formas de numerar os objetos. Uma delas é a **numérica simples**. Por vezes encontramos a **alfanumérica**, na qual números seguidos de letras identificam um objeto. Também encontramos **diferentes peças com numeração única**, contrariando aí os critérios adotados pela Museologia, nos quais cada objeto é considerado único (e, portanto, deve obter numeração não repetida).

Veza por outra uma dupla identificação (número de inventário e número de ordem) são aplicados à mesma peça, criando certa confusão no entendimento de seu significado para o museu.

Quanto à definição do que seria um número de ordem, o museu não apresentou um conceito. Na prática os problemas aparecem como na forma abaixo.

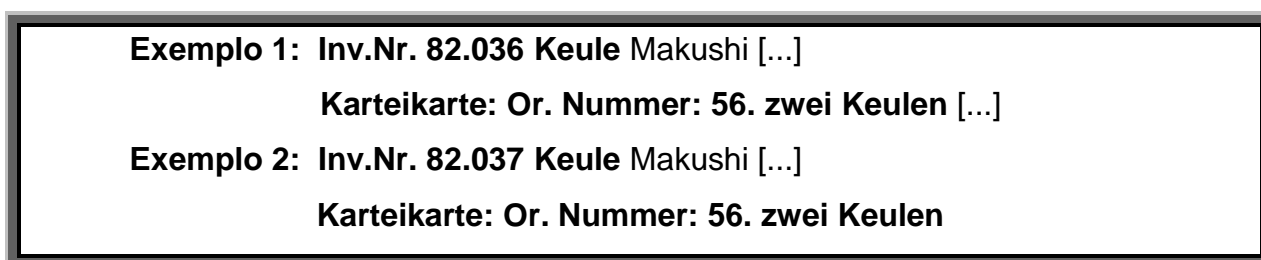


Figura 27: Descrição dos Objetos pelo WM

No primeiro exemplo, o número de inventário (82036) indica a peça – *keule* (clube<sup>100</sup>). Supõe-se que dentro do *Karteikarte* (cartão de registro) exista um número de ordem, contudo não conseguimos explicar o uso e a utilidade impor às peças dois números, ou um **subnúmero**.

Em seguida a descrição da peça indica que são **dois clubes e não apenas um**. Comprovamos com este exemplo que o número de inventário é utilizado por mais de um objeto na coleção.

Para complementar a informação, o número de ordem 56 aparece duplicado na peça seguinte, cujo número de inventário é 82.037. Esclarecemos ainda que o número de ordem 56 aparece na lista pela primeira vez nos inventários do exemplo. Perguntamos então por que iniciar um **número de ordem** pelo número 56 em vez de 1? Não recebemos uma resposta institucional para esta pergunta.

<sup>100</sup>Espécie de porrete.

Se quisermos prosseguir com a tentativa de estabelecer critérios mínimos para a realização da catalogação dos objetos de coleção, nos deparamos com mais um procedimento adotado pelo museu. Números de ordem aparecem por vezes com suposta subdivisão alfabética (56a, 311b) sem que, entretanto, exista uma sequência alfanumérica criteriosa. Por exemplo, utilizar o número 311b **não significa** que exista o 311a.

Ainda existe uma última situação na listagem oficial do museu: muitos itens não possuem número de ordem – o que nos faz refletir sobre a real necessidade de mantê-lo atrelado ao objeto.

Poderíamos supor, certamente, que ao entrar no museu os objetos receberam um número de ordem antes mesmo de um número de inventário, embora isso não explique o fato dos números de ordem serem aleatórios em vez de sequenciais; menos ainda a utilização de números em duplicidade e alfanuméricos numa única credencial.

Diante do exposto, podemos afirmar que o quantitativo real de peças da coleção brasileira não se limita a 1.330 peças. Se considerarmos todos os problemas acima considerados, supomos o crescimento deste número em pelo menos 30%.

### 3.1.7 Problema 7

Mais de **90% dos objetos** etnográficos da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller **não possuem qualquer tipo de identificação**. Em termos numéricos equivale a mais de 1.100 peças – uma quantidade absoluta e de alta significância no que se refere a dificuldade vivenciada pelo museu em relacioná-las com o espaço geográfico de origem.

## 3.1.8 Problema 8

TABELA 7

INVENTARIO	ANO	SECULO	COLECCIONADOR
82057	1907	XX	Paranaguá, Loreto, Schoeller

O exemplo acima oferece a visualização do formato adotado pelo museu para descrever as peças dessa coleção na primeira planilha elaborada (divulgada em 2007 e da qual destacamos somente a parte de interesse).

Percebemos que o número inicial de inventário é **82057** e, conforme informado na primeira planilha, não **81817** - o que nos sugere que os números de inventário podem ter sido alterados.

Para finalizar esta parte, antes de procurarmos analisar a documentação museológica, resumimos na tabela abaixo a natureza das principais lacunas existentes na coleção brasileira.

TABELA 8

NÚMERO DE PEÇAS	LACUNA IDENTIFICADA
1071	Sem nenhum dado sobre os objetos
1218	Sem indicação de <i>OR. NUMMER</i> ( <i>número de ordem</i> )
416	Sem identificação de Etnia
363	Sem nenhuma informação, exceto pelo NOME DO OBJETO
126	Todos os dados preenchidos

O quadro acima identifica as lacunas informacionais da coleção.

Contando com apenas 126 itens totalmente identificados (não comprovados) compreendemos a dificuldade de completar o ciclo do processo de musealização desses objetos, que envolve conservação, documentação, pesquisa e comunicação de seus itens, individual e coletivamente.



Cerca de 1.220 peças possuem alguma lacuna informacional relacionada a sua origem. Já se sabe que junto à coleção não foi encontrada qualquer documentação, cabendo ao *WM*<sup>101</sup> o papel de gestão museológica desta coleção que pressupõe, em sua primeira etapa, a identificação dos objetos. Árduo trabalho, considerando a ausência de referências e de documentação específica que oferecesse indícios de sua origem. Relembramos que já foi citada a existência de um documento descritivo das peças da coleção que não consta, segundo informações, no arquivo do museu.

### 3.2 Documentação Museológica

A experiência de pesquisa nos museus austríacos pode ser dimensionada pela forma com que a documentação museológica é percebida. Na visão de Silva, o termo documentação se refere

... ao ato de Documentar, reporta-se reunião dos documentos com relação a um determinado assunto, cuja organização será realizada por alguém ou por uma equipe responsável pela sua proteção. Sendo assim, a função da Documentação Museológica consiste em reunir dados sobre as informações eminentemente voltadas aos processos museais, cujo objetivo volta-se à salvaguarda dos dados contidos e a difusão do mesmo, por meio das pesquisas que serão realizadas nos conhecimentos presentes. (SILVA, 2012)

Diferentemente do que propõe Silva (2012), a informação, sua salvaguarda e difusão, são aspectos da documentação que estão em estágio inicial de organização no *WM*. Percebe-se a motivação do corpo profissional com as coleções em si, mas esse interesse de caráter científico não pode prescindir da especificidade técnica do profissional da área de Museologia, responsável na atualidade tanto pela integridade física do objeto quanto pela informação a este associada.

---

<sup>101</sup> *WM (Weltmuseum)* significa “Museu do Mundo”

Por isso mesmo, Yassuda (2009) afirma que:

A diversidade do acervo do museu requer uma amplitude maior dos campos de descrição, de maneira a atender a todas as demandas informacionais dos itens da coleção. Nos museus, cada peça do acervo é tratada unitariamente, mesmo que faça parte de uma coleção específica. Além disso, características peculiares à instituição museológica, como o perfil do museu (Histórico, Arqueológico, História Natural, Pedagógico, Antropológico, Artes, etc.) privilegia um tipo específico de informação, onde as leituras serão diferentes, assim como os valores que permeiam essas leituras.

A documentação em museus é uma atividade que geralmente é atribuída à curadoria, que em conjunto com profissionais de diferentes áreas, constitui um trabalho interdisciplinar de pesquisa e resgate de informações que contribuirão para a geração de conhecimento, e também para a preservação da memória social.

Reconhecidamente um dos maiores museus de etnologia da Europa, detentor das mais importantes coleções africanas, norte-americanas e sul-americanas, ao mesmo tempo em que apresenta uma estrutura de guarda e acondicionamento de coleções do mais elevado nível, com controle ambiental e mobiliário específico a cada tipo de acervo, etc., por outro lado, não parece conseguir suprir as necessidades iminentes da coleção Paranaguá.

Investir na formação ou contratação de equipes multidisciplinares, compostas por especialistas de áreas do conhecimento relacionadas às especificidades do acervo e que atuem em cooperação (museólogos, cientistas da informação e profissionais de tecnologia da informação para elaborar e implementar um sistema de informação para documentação, pesquisa e comunicação de seu acervo) parece ser o caminho a ser considerado pelo museu.

Sem contar com a implementação de critérios nítidos para promover a organização, inventariação, catalogação, conservação e pesquisa do acervo, é tarefa difícil torná-la acessível ao conhecimento do público.

Um dos principais problemas do museu, constitui a inexistência de um profissional *de museus*<sup>102</sup> que gerencie a informação museológica desde sua origem,

---

<sup>102</sup>Museólogo.

de forma a viabilizar novas pesquisas que proverão uma base informacional para o especialista antropólogo desenvolver o seu trabalho. Como esclarece Helena Ferrez (1994, p.65):

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento.

Sobre esse aspecto, a autora destaca ainda o caráter intrínseco e extrínseco das informações contidas nos objetos, definidos por Peter van Mensch (1986).

As *informações intrínsecas* são deduzidas do próprio objeto, através da análise das suas qualidades físicas. As *informações extrínsecas* denominadas por MENSCH de informações documental e contextual, são aquelas obtidas de outras fontes que não o objeto e que só muito recentemente vêm recebendo mais atenção por parte dos encarregados de administrar as coleções museológicas. Elas nos permitem conhecer os contextos nos quais os objetos existiram funcionaram e adquiriram significados e são, geralmente, fornecidas quando da entrada dos objetos no museu e/ou através das fontes bibliográficas e documentais existentes. (FERREZ, 1994, p.2)

O aspecto intrínseco se traduz como a informação que se possa detectar do objeto por meio da observação embasada no conhecimento empírico ou de caráter científico que auxilia na identificação das características físicas relacionadas ao fazer, à execução e ao uso. As informações intrínsecas necessitam de aparatos secundários de pesquisa, procurando contextualizar o objeto no tempo histórico, na sociedade a que se vincula e às referências culturais que o fazem agregar caráter de representação e exceção (no caso dos objetos musealizados).

Helena Ferrez destaca a organização proposta por P. Mensch (abaixo), indicando os descritores suficientes e necessários para a identificação do que é análise extrínseca (1) e intrínseca (2 e 3) de objetos de coleção.

**1) Propriedades físicas dos objetos – (Descrição Física)**

- a) composição, material
- b) construção, técnica
- c) morfologia, subdividida em :
  - forma espacial, dimensões
  - estrutura da superfície
  - cor
  - padrões de cor, imagens
  - texto, se existente

**2) Função e significado - (Interpretação)**

- a) significado principal
  - significado da função
  - significado expressivo – valor emocional
- b) significado secundário
  - significado simbólico
  - significado metafísico

**3) História**

- a) gênese – processo de criação no qual idéia e matéria se transformam num objeto
- b) uso:
  - inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador (fabricante)
  - reutilização
- c) deterioração (marcas do tempo)
  - fatores endógenos
  - fatores exógenos
- d) Conservação, restauração

No caso específico do *WM*, podemos atestar que até o presente momento, somente a avaliação extrínseca da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller foi considerada. Essa constatação nos leva à assertiva de que sem que sejam iniciados

estudos mais específicos sobre seu conteúdo, dificilmente se chegará à promoção de sua visibilidade.

Quanto à forma com que os dados existentes sobre os artefatos dessa coleção são organizados pelo museu, podemos apontar para uma alteração de plataforma (de Excel (até 2012) para software desenvolvido pelo museu (2012-atual) que, se por um lado sugere maior segurança para a informação, por outro aponta para a exclusão (supressão) de informações que antes eram detectáveis e necessárias para uma melhor identificação dos objetos.

Diante deste cenário, as pesquisas de caráter extrínseco está comprometida, impedindo que se possa prover estudos mais profundos sobre objetos que originalmente se ressentem da ausência de dados – em parte suprimidos na nova versão de controle de acervo que reduz o conhecimento sobre as peças.

O controle de acervo no *WM* está centralizado na figura do curador das coleções. Em cada departamento (Sul América, Norte América, África, etc) um especialista da área ou departamento se responsabiliza pela informação relativa às coleções inseridas naquele contexto de pesquisa. Cabe a ele, viajar, coletar, pesquisar, conceber temáticas expositivas (juntamente com a direção do museu) e realizar a pesquisa e elaboração de textos para a exposição.

Numa outra frente, a produção de artigos pelos curadores-pesquisadores do museu dá visibilidade ao acervo em publicações patrocinadas pela própria instituição. O grau de comprometimento da instituição com a pesquisa é alto; na maior parte dessas instituições o objeto museológico é entendido como suporte à pesquisa e exibi-los ou não é uma prerrogativa da instituição. Desta forma, apesar da responsabilidade de gestão do acervo, a relação pesquisador-objeto com finalidade expositiva é insípida nos museus visitados na Áustria. Sua relação intensa com as temáticas, com os assuntos e conceitos a serem trabalhados em determinadas áreas do conhecimento, faz do objeto uma ilustração do discurso e não um exemplo para o discurso.

No caso da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller pode-se sugerir que a perda ou extravio do catálogo desenvolvido por J. G. Foetterle tem reflexos até hoje nos profissionais do museu que se ressentem da falta deste único indício capaz de estabelecer uma conexão com a sua origem, necessária para a produção de

conhecimento relevante sobre cada objeto e da circunstância cultural que o contextualizava. (GIMBLETT, 1999).

Na primeira metade do século XX, a antropóloga Etta Becker-Donner<sup>103</sup> do Museu de Etnologia de Viena (LOPES, SOMBRIO, sd) empreendeu duas viagens ao norte do Brasil, em busca dos índios Paacas Novos. Trilhou diversos caminhos que coincidiam com o local de origem de artefatos da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, mas não considerou pesquisar os indícios daquela coleção no Brasil, já que essa demanda latente não se encaixava no seu escopo de trabalho. Perdida essa oportunidade, ultimamente algumas viagens tem sido empreendidas ao norte do Brasil. Entretanto, falta ainda um projeto de pesquisa que viesse a contemplar as necessidades explícitas da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller.

Atualmente, a tentativa de (re) inventariar o acervo museológico é realizada através dos seguintes procedimentos:

Inserção de um *número de inventário (inventar nummer)* que por diversas vezes encontra-se repetido, subdividido e até mesmo compartilhado com o número de registro, sem que isso aponte para um significado prático para o acervo.

Figura 28: Inventariação de acervo brasileiro no WM

A forma híbrida com que estas referências da Museologia são aplicadas neste museu justifica-se pela ausência do profissional do campo. Um exemplo disso constitui os objetos em série, por exemplo setas ou colares iguais, que ora são identificados numericamente em ordem crescente de entrada de peça, ora com descrição alfanumérica, ou ainda com o mesmo número de um objeto similar. Em outra ocasião notou-se a contagem para mais ou para menos de objetos já catalogados pela instituição.

Esses exemplos remetem à necessidade de estabelecimento de normas de conduta e procedimentos técnicos em relação aos acervos museológicos no que se refere a Informação. Como menciona José Mauro Loureiro (2008 p. 27):

<sup>103</sup>No museu foi curadora de coleções e posteriormente Diretora.

Trata-se de estabelecer princípios reguladores, criar instrumentos e equacionar procedimentos que permitam uma interlocução entre contextos culturais os mais diversos. A lógica e os valores aí empregados, embora variáveis, são avaliados em função de um viés empírico no qual prevalecem a relevância e a eficácia para o público previamente visado. Nos distintos setores dos museus, todavia, o público (ou usuário como denominado no âmbito documentário) é diferenciado sob todos os pontos de vista. As regulações lógico-conceituais dos instrumentos de documentação frente ao desafio dessa pluralidade, devem submeter-se permanentemente a mudanças, re-orientações e experimentações. Tudo isso sem perder os elementos nucleadores do território da Documentação - um dos elementos da disciplina museológica considerado tradicionalmente como uma das partes integrantes da museografia...

Sobre essa necessidade de avaliação e eleição de mecanismos de gestão da informação, o autor (2008, p.27) continua:

A documentação no âmbito museológico inicia-se a partir de uma integração de todas as áreas do conhecimento ali presentes. A análise, base essencial de qualquer partido documentário, requer subsídios permanentes das várias áreas do conhecimento. A criação e/ou inserção em sistemas de recuperação da informação, a contextualização histórica, os estudos sócio-culturais e muitas outras "leituras" do objeto musealizado exigem a participação permanente de uma equipe multidisciplinar destinada à atualização permanente da documentação. Essa atualização, ao desaguar sua produção nas pragmáticas documentárias, garantirá o aprimoramento do acesso público à informação e aos conhecimentos gerados nas várias áreas daquela instituição museológica. A documentação comporta, em sua paisagem, diferentes agentes sociais, pois é construída e utilizada em vários níveis sem quaisquer prejuízos.

Tratamos aqui de procedimentos cabíveis no *WM* que lidem com o objeto-documento. Utilizamos este termo para identificar no artefato ou objeto museológico, o valor documental intrínseco que primeiramente o representa. Segundo Ulpiano T. B. Meneses, esses objetos

...fornecem informação quanto à sua própria materialidade (matéria-prima e seu processamento, tecnologia, morfologia e funções, etc); fornecem também, em grau sempre considerável, informação de natureza relacional. Isto é, além dos demais níveis, sua carga de significação refere-se sempre, em última instância, às formas de organização da sociedade que os produziu e consumiu. De fato, se tratados do ponto de vista histórico, os artefatos são, sem dúvida alguma, poderosos portadores de informações, mesmo

individualmente mas, sobretudo, enquanto integrantes de sistemas culturais configurados materialmente. (MENESES, 1983)

Neste caso é necessário que o museu esteja preparado para criar estruturas internas para que a pesquisa de coleção possa vir a propiciar um aumento do conhecimento a partir do que já é intrínseco.

Idealmente, o objetivo central do sistema de documentação não é a localização de objetos e imagens do acervo (como se localiza um livro em uma consulta em biblioteca, localização esta que já representa o acesso a seu conteúdo) ou criar instrumentos de acesso às informações sobre elas (como se faz nos arquivos), embora estes aspectos imprescindíveis estejam nele contemplados. O objetivo principal é constituir uma base ampla de informações, que alimente pesquisas e ações de curadoria, tanto da própria instituição como externas, e se alimente, por sua vez, das pesquisas realizadas sobre o acervo institucional ou em torno dele. (BARBUY, 2008)

Para a autora,

É comum falar-se [...] em movimentos centrífugos e centrípetos, isto é, o sistema de documentação tem a força de trazer para si, de concentrar em si, toda a gama de informações produzidas sobre o acervo e, ao sistematizá-las e gerar agilidade de consultas, passa a disseminar essas informações, colocá-las à disposição de interessados, e, assim, com a mesma força com que concentrou em si todas as informações, é capaz também de devolvê-las, agora processadas, à comunidade de pesquisa, curadoria museológica e outros tipos de usuários, multiplicando os efeitos da informação. (BARBUY, 2008)

No *WM*, apesar de não haver estruturado um departamento de Museologia que se ocupe da identificação criteriosa dos objetos musealizados no que tange à informação, a responsabilidade recai sobre os curadores de coleções.

Quase absolutamente composta por antropólogos, o *WM* prescinde da pesquisa histórica avançada – geralmente realizadas por museólogos ou historiadores nas instituições – e deixa a cargo dos especialistas de outras áreas essa função especializada.

De fato, pudemos comprovar com a leitura dos periódicos da instituição relacionados às coleções brasileiras, alguns equívocos históricos publicados no



decorrer dos últimos cinquenta anos sem que se tenha podido, até o momento, corrigi-los<sup>104</sup> apropriadamente, a partir de pesquisas em fontes primárias e bibliografia especializada que atualize essas informações.

Desta forma, sobre a coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller só encontramos menção na publicação *Archiv 52* (1971).

Por fim, podemos ressaltar que aquilo que denominamos “*fazer museu*” não se apresenta para esta instituição como uma questão vinculada à Museologia propriamente dita.

Devemos ressaltar que na Áustria, a carreira de Museólogo não é reconhecida como uma área de conhecimento e este fato estabelece um esvaziamento do próprio potencial dos museus. Como esclarece Alice Semedo (2010 p.297)

Outro problema que afectava o sector era, sem dúvida alguma, a ausência de formação profissional / universitária em museologia. A profissionalização do sector era pois urgente e um importante factor para a qualidade e eficiência do desenvolvimento e implementação de programas de gestão de colecções – pois seria através da formação que a disseminação de informação e discussão de ideias ocorreria.

Não há no museu, portanto, a desejável interdisciplinaridade que possibilita que um mesmo objeto seja estudado por profissionais de áreas diferentes que, ao terem seus resultados de pesquisa compartilhados, celebram não apenas a valoração histórico-científico-cultural do *objeto de coleção* mas também estabelecem uma dinâmica interna na instituição que promove o conhecimento científico em diferentes campos do conhecimento, em detrimento de apenas um.

Sob o olhar da Museologia contemporânea, preocupada com as questões da Memória e do Patrimônio, discutidas sob diferentes aspectos na esfera do *International Council of Museums* (ICOM), do qual fazem parte inúmeros museus da Áustria, inclusive o *WM*, ainda verificamos o estranhamento e a dificuldade em reconhecer a Museologia como uma expertise necessária a todo e qualquer museu - em particular nos museus tradicionais que abrigam uma grande quantidade de

---

<sup>104</sup> A autora está reescrevendo alguns textos sobre as coleções brasileiras no *WM* que serão encaminhados para publicação naquela instituição.

acervos e coleções históricas e científicas que não poderiam prescindir de tratamento técnico especializado para sua manutenção e de pesquisa<sup>105</sup> para sua divulgação.

Por isso, ao avaliarmos o acervo etnográfico que aqui norteia o discurso, percebemos claramente os reflexos do que é entendido como *Museu* no início do século XX e como esta noção prevalece de certa forma no caso em pauta.

### 3.2.1 Documentação e Visualidade

Indo além das práticas sociais e culturais de coleta e formação de coleções do século XIX, o processo de musealização insere estas coleções em outras práticas que configuram a especificidade dos museus.

O ciclo deste processo de musealização compreende a conservação, documentação, pesquisa e comunicação - este último definido na sua visualidade expositiva, conseguida graças a integração com os processos anteriores.

Assim, como menciona o historiador James Clifford (1988, p.215 apud Gonçalves, 2007, p.47), as práticas do colecionamento do ocidente moderno, em particular aquelas referentes aos “artefatos tribais”, passam por processos de reapropriação pelos museus baseados em seus “arquivos disciplinares e tradições discursivas do ocidente”.

Concordando com James Clifford (1988), Gonçalves (2007, p.48) afirma que:

Essas modernas práticas de colecionamento estão no centro dos processos de transformação dos chamados “artefatos tribais” em “curiosidades” (como eram classificados no século XIX), e posteriormente sua reclassificação como “objetos etnográficos” ou como arte primitiva (no século XX). Nessa transformação, são atualizadas estratégias epistemológicas, valores estéticos e políticos próprios do ocidente.

Segundo o autor, estas estratégias referem-se a concepção moderna de etnografia na qual as categorias “tradicionais” e “autêntico” garantem a distinção de

---

<sup>105</sup>Pesquisa Museológica e Pesquisa Científica.

culturas, assegurando uma determinada temporalidade em que preserva-se e exhibe-se aquilo que é tradição e encontra-se em processo de destruição, ao tempo em que assegura-se pela demarcação de um domínio subjetivo de um “outro” a distinção de culturas (CLIFFORD, 1988, p.218; GONÇALVES, 2007, p. 48,49). Ou como afirma o autor

...o colecionamento está no coração mesmo dos processos de formação de uma subjetividade moderna no ocidente, a partir da relação deste com a chamadas sociedades ‘primitivas’ ou exóticas.

O processo de transformação de artefato tribal em objeto etnográfico envolve, segundo Gonçalves (2007, p.50), diversas mediações:

Estas variam desde as formas de aquisição desses artefatos, o contexto social e cultural em que foram adquiridos, sua transferência para coleções privadas e museus, sua reclassificação e, não menos importante, suas formas de exposição, e os processos visuais que tornam possível a sua recepção por parte dos espectadores.

As mediações elencadas por Gonçalves tem correspondência com o processo da musealização no qual tanto as circunstâncias e práticas do colecionamento quanto a sua inserção no âmbito epistemológico, político-institucional e estético do museu são constituintes da “biografia” do objeto e subsidiam os “processos visuais” que, em última instância, estabelecem a relação de mediação com o público.

Neste sentido, Nelia Dias (1991 apud Gonçalves, 2007, p.52) destaca que, no século XIX, a ênfase no objeto em detrimento da palavra determinou a formação de coleções e a criação de museus. Nos museu etnográficos deste período, a autora identifica dois modos de organização das exposições; “tipológico” e “geográfico”, que correspondem a duas diferentes modalidades de visualidade, esta compreendida como uma organização estética, do conhecimento e educacional, histórica e culturalmente determinada, que articula “as concepções diversas sobre o que é visível e o que é invisível em diferentes culturas e diferentes momentos históricos”.

Gonçalves (2007, p.52) esclarece que desde o século XIX o conhecimento antropológico está associado as metáforas visuais, no qual o antropólogo é o “observador” definido nesse papel pela adoção do processo metodológico de

observação da história natural. Este processo resulta na objetificação do outro, distanciando discursivamente espaço temporalmente o outro, “primitivo”, do observador atual. O conceito de cultura passa a ser entendido como “a totalidade materializada por objetos” que então possibilita a ordenação dos artefatos em forma de listas, como aquela apresentada pelo *WM*, em que cada objeto metonimicamente pode representar o todo, no nosso caso de uma tipologia, geografia ou etnia.

Desta forma, segundo Dias, os modos “tipológico” e “geográfico” constituíam científica e pedagogicamente as formas de organização da época, na nossa área poderíamos pensar como modos determinantes do processo de musealização dos artefatos indígenas das coleções (GONÇALVES, 2007, p.53).

O primeiro, “tipológico”, debruçava-se na forma dos objetos para organizar uma sequência em graus de complexidade, tendo como pano de fundo as teorias da evolução. Visualmente, apresentava-se da esquerda para direita os artefatos ao molde dos estágios evolutivos, teoria esta demonstrada materialmente artefato a artefato na mente do público, que deveria assumir a evolução da cultura como princípio universal, a exemplo da teoria darwiniana. O modo geográfico tinha como propósito evidenciar o modo de vida de uma região, motivo pelo qual privilegiava-se a localização do ambiente geográfico do objeto, associado à forma, produção, uso e significado do objeto<sup>106</sup>. Visualmente ancorava-se no trabalho de campo de identificação das relações capazes de conferir significados aos artefatos para trazer cenas da vida diária de uma etnia. Esta visualidade não buscava a construção de teorias, mas, através do “realismo” de uma cena, almejava-se a inquietação do público pela contraposição de valores manifestos pelas singularidades da vida de um grupo (GONÇALVES, 2007, p.54,55).

Diante do exposto, podemos nos questionar qual seria a “visualidade” adotada para o caso da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller no *WM*. Sem dúvida esta resposta esbarra em considerarmos quais informações seriam necessárias para a construção destas visualidades e quais constam na documentação que acompanhou o processo de colecionamento, transferência e posterior pesquisa pelo *WM*.

---

<sup>106</sup> Forma, produção e uso não estão contemplados pelo *WM*.

Supostamente a coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, desde o início, deixa de cumprir os critérios destacados por Gonçalves. Comprova-se que as lacunas informacionais – mesmo em coleções formadas para se bastarem pelo apelo visual e pela força de sua representação do *status quo* – são os principais fatores que apontam para o impedimento do cumprimento das funções museológicas desses objetos.

Nas planilhas do *WM* percebemos que **tipologia, área geográfica, etnias** são as principais informações requeridas ou buscadas pelo museu através dos tempos. Supomos que imbuídos da tradição novecentista, tenha existido um privilégio a estes tópicos, outrossim não se haveria de ter como proceder com pesquisas avançadas quanto ao uso (aplicação), às técnicas de manufatura ou às análises comparativas entre diversas etnias baseadas em seus instrumentos de uso, sugeridas pelo termo “**tipo**”.

Quanto à necessidade de identificar os *locais geográficos*, pode-se dizer, em primeira instância, que estes situam o indivíduo no espaço, estabelecendo uma delimitação física para se empreenderem análises geográficas, climáticas e de costumes que advém da configuração espacial onde se inserem. Também podem esclarecer a utilização de determinados materiais no fabrico de utensílios ou adornos, bem como estabelecer outras relações entre as culturas e os espaços de ocupação.

Na tabela original de 2007, no que se refere a “**origem**” (denominado no museu de **areal**), percebe-se que existe uma inconsistência na definição do que supostamente se entenderia por **areal**<sup>107</sup>. Em inúmeros campos aparecem indicações como: *Südostamazonien* (Sudeste da Amazônia), *Ost-Brasilien* (Leste do Brasil), mas também são identificados como Juruá-Purus (língua indígena falada em inúmeras etnias<sup>108</sup>), Chaco (região ao norte da Argentina), Araguaya (rio), atestando a ausência de critérios para utilização do descritor – o que traz à classificação

---

<sup>107</sup> Jazida de areia; sítio de onde se extrai areia.

<sup>108</sup> Juruá, falada por Canamari, Katukina e Marubo; Purus, falada por Caxinauá, isconahua, Marinahua, Uaminahua-Yawanawa e seus 12 subgrupos étnicos. Uma delas, Tuxinawa, considerada já extinta. Visto em 20-01-2014, disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/familia:purus-juruua>

existente inúmeras inconsistências que se refletirão como interrogações e incertezas na pesquisa.

No caso da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, o processo de musealização foi cumprido somente até a etapa inicial de unificação à instituição que a patrimonializa. Apesar de ter-se estabelecido uma forma de controle dos objetos, o mesmo não apresenta sistematização adequada e acarreta inúmeras interpretações de seu conteúdo. O fato dos artefatos não terem sido acompanhados de documentação, como a “biografia” dos objetos, nem com anotações do coletor sobre seus critérios de valoração e seleção que subsidiassem a compreensão e atribuição de um sentido à coleção, comprometeram os trabalhos subsequentes do museu.

A despeito disso e do conseqüente ostracismo inevitável, ainda assim, observamos o interesse do museu em preservar os artefatos, protegendo-os da ação do tempo com a utilização de materiais adequados de acondicionamento aliados à utilização de alta tecnologia para garantir sua estabilidade estrutural.

No que tange à documentação, as mediações elencadas por Gonçalves se correspondem com o processo da musealização no qual, tanto as circunstâncias e práticas do colecionamento quanto a sua inserção no âmbito epistemológico, político-institucional e estético do museu, são constituintes da “biografia” do objeto e subsidiam os “processos visuais” que, em última instância, estabelecem a relação de mediação com o público.

O *WM* encontra-se ainda impossibilitado de adotar uma visualidade pois, com tantas lacunas informacionais torna-se inviável sua ampla divulgação (inclusive dentro da temática do museu).

Com o progressivo distanciamento espaço-temporal da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller de suas origens (algumas etnias já extintas), tornou-se difícil a realização desta etapa da musealização, restando apenas a guarda física desta coleção como prova de seu estar no mundo.

Por fim, podemos considerar que em detrimento das práticas sociais e culturais de constituição e transformação dos artefatos em Coleção; e na ausência do cumprimento dos preceitos mínimos de documentação durante o processo de musealização, a função mediadora da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller - resultante do seu simples deslocamento do circuito econômico e utilitário para as

reservas do museu - não se efetiva de fato. Menos ainda a atribuição de sua “vocação” para significar (semióforo), tal como Pomian esclarece; de mediação entre o visível e invisível - ou como Dias define a partir da pesquisa das práticas de formação e transformação das coleções - a articulação das “concepções diversas sobre o que é visível e o que é invisível em diferentes culturas e diferentes momentos históricos”.

### 3.2.2 Musealização

Musealização, segundo autores como André Desvalles e François Meiresse, reflete

[...] o processo de musealização não consiste apenas em tomar um objeto para colocá-lo no seio do recinto museal. [...]. Através de seu ingresso em outro contexto e graças aos processos de seleção, tesauroização e apresentação, se opera uma mudança de estado: de objeto de culto, objeto utilitário ou de lazer, de animal ou de vegetal (lê-se de uma coisa insuficientemente determinada para poder ser conceituada como objeto), no interior do museu se transforma em testemunho material ou imaterial do homem e de seu meio ambiente, fonte de estudo e de exposição, adquirindo assim uma realidade cultural específica” (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2010)

Partindo desse conceito, exposto à comunidade científica em 2010, durante a 22<sup>a</sup>. Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) realizada em Shangai, após o trabalho desenvolvido em mais de uma década, é parte de um projeto de unificação dos termos e conceitos afeitos ao campo museológico para um melhor entendimento das práticas, do uso dos termos específicos para cada procedimento utilizado e sua aplicação uníssona nos museus do mundo. Sua versão digital, distribuída nesse encontro, contava com traduções para inglês, o francês, o espanhol e o chinês. (Esta versão em formato digital encontra-se *online no link*: <http://icom.museum/what-we-do/professional-standards/key-concepts-ofmuseology.html>.)

A musealização subentende uma série de ações anteriores à entrada de objetos (no caso da cultura material) em museus. Agrega aspectos físicos, técnicos

e históricos que foram considerados para sua ascensão ao patamar de ícone representativo de uma cultura. Como testemunho, deve trazer consigo marcas indeléveis de significados originais, que transbordarão durante os processos de pesquisa e são refletidos em sua exibição pública. Desta forma, o processo de musealização constrói uma ponte entre as culturas, levando-as a refletirem sobre a diversidade e a representatividade sócio-histórico-cultural impregnada em cada um desses elementos e de seus criadores.

A musealização da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller deu-se num contexto em que os olhares estavam voltados para as interpretações da teoria da evolução de Darwin e Wallace, que postulava o desaparecimento das espécies mais frágeis em contraponto com a dominação do elemento mais forte. No caso, os índios estavam já em acelerado processo de desaparecimento e os indícios de suas culturas eram de interesse dos museus de ciências do início do século XX.

A venda da coleção por alto valor, comprova o interesse do museu em musealizar culturas em vias de extinção.

Aparentemente as ações preliminares para essa musealização foram realizadas de maneira desejável. O cientista J.G. Foetterle cuidou, juntamente com colegas brasileiros, de avaliar, selecionar, registrar (fotografias e dados), organizar um catálogo de identificação e enviá-la para o museu de Viena.

A partir daí o processo sofreu uma descontinuidade – talvez oriunda do extravio do catálogo de identificação das peças ou pela ausência de especialistas em culturas brasileiras no *Hofmuseum*.

Os dados gerados – oriundos de pesquisa bibliográfica e de comparações realizadas com a coleção Natterer de 1817, em poder do museu – não foram suficientes para diminuir substancialmente as lacunas que se formaram.

A ação do tempo sobre o conhecimento possível estabeleceu um hiato na função informacional do museu e, em decorrência disso, a conclusão da musealização da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, encontra-se pendente até a atualidade.

Para completar esta trajetória é necessário que se consiga suprir as deficiências na informação, estabelecer critérios de pesquisa até chegar a promover sua visualização pelo público.



Sem estar nas salas de exposição, sem portarem uma história que as integre no tempo e espaço em que foram geradas, sem atualizá-las para as questões em voga no presente ou mesmo sem considerá-las como indícios para pensarmos o futuro, não se chegará a cumprir a missão de qualquer museu para com a sociedade.

## **CONCLUSÕES**

Esse trabalho, um misto de proposição de conceitos teóricos e de pesquisa de fontes nos propiciou atuar no âmbito dos museus, transitando por questões que comprometem tanto a divulgação de coleções quanto o próprio trabalho de pesquisa ao qual todo acervo deve se submeter regularmente dentro dos museus.

No caso de estudo aqui focado, pudemos verificar que a ausência de informações essenciais referentes à origem da coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller, agregados à falta de uma documentação histórica, organização e classificação, produzidos preferencialmente por seu coletor, transformaram-na num emaranhado de dúvidas e suposições, gerando versões desencontradas que tentavam explicar sua gênese dentro do museu que a adquiriu.

Na medida em que as informações permanecem nebulosas, mesmo após a realização de pesquisas exaustivas do acervo, nos deparamos com um importante questionamento relacionado às coleções: Como apresentaremos ao público objetos culturais sem que os mesmos não estejam inseridos em um contexto histórico, alicerçados pelo estudo da origem e pela trajetória enquanto coleção dentro do museu?

Podemos ainda sugerir que, mesmo parecendo ser a única alternativa disponível em médio prazo, o museu se abstém de divulgar a coleção sob o viés histórico ou estético, tentando resguardar sua natureza etnológica em detrimento da propagação da informação possível.

Em outro aspecto, o das técnicas museológicas utilizadas pelo *WM*, no que se refere tanto à inventariação quanto à descrição de suas coleções, vimos que o museu vienense se utiliza de critérios próprios para a identificação dos objetos, apesar da existência de condutas técnicas já padronizadas e estabelecidas internacionalmente pelas entidades que organizam a museologia como Campo. Talvez por esse motivo tenhamos identificado variáveis na interpretação de seus próprios descritores, gerando inconsistência informacionais.

Quanto ao foco principal desse estudo, chegamos à conclusão de que diversas outras pesquisas terão de ser empreendidas nos próximos anos para que se possa chegar ao entendimento suficiente da gênese da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller. Para isso entendemos que uma grande rede de conexões científicas de caráter multidisciplinar deverão ser organizadas, objetivando a

obtenção do maior número e tipos de informações possíveis que possam vir a subsidiar no futuro a *Première* da Coleção Loreto-Paranaguá-Schoeller em Viena, aumentando o conhecimento das comunidades indígenas ali representadas e promovendo, por fim, sua visibilidade.

## **REFERÊNCIAS**

## **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

ANDERMANN, Jens. **Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882**. Disponível em: [http://www.revistatopoi.org/numeros\\_anteriores/topoi09/topoi9a6.pdf](http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi09/topoi9a6.pdf). >. Acesso em 20-01-2013

BABELON, J.-P.; CHASTEL, A. **La notion de patrimoine**. Paris: Liana Levi, 1994.

BARBUY, Heloísa. **Documentação museológica e pesquisa em museus**. In Mast colloquia 10. 2009. p. 33-43.

BARROS, Zelinda dos Santos; BARRETO, Paula Cristina da Silva; OLIVEIRA, Maiara Alves; SANTOS, Marta Alencar dos. Módulo 4 – **Educação e Relações Étnico-raciais**. Curso de Formação para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras (CEAO/UFBA) sd.

BITENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias - Vultos do Passado**: Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

BO, João Batista Lanari. **Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados**. Brasília: UNESCO, 2003. 186p.

\_\_\_\_\_. **Ciência, natureza e território em Viagem ao Araguaia: expedições científicas e exploração do Império do Brasil no século XIX**. Anais do XXVI **Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

BUENO, Eduardo. **Tribos Indígenas Brasileiras**. Zero Hora. Brasil 500 anos. 2000. Disponível em: <http://www.arara.fr/BBTRIBOS.html>>. Acesso em 25-01-2014.

CASTRO, Chico. **Marquês de Paranaguá: ensaio biográfico**. Centro de Documentação e Informação. Câmara. 2009. 302p.

CHOAY, F. L. **Allégorie du patrimoine**: Paris: Seuil, 1992.

CLIFFORD, James. **The Predicament of Culture: Twentieth-century Ethnography, Literature, and Art**. Harvard University Press, Jan 1, 1988.

COSTA, Maria M. G. F. C. da. **Recensões Historia. Revista da FLUP Porto, IV Serie, vol. 2 - 2012, p. 217-226**.

CUNHA, Euclides da. **A margem da história**. Edmond. 2013. 179p.

DESVALLÉS, André; MAIRESSE, Françoise dir. - **Concepts clés de muséologie** (Paris. ICOM/Armand Colin [Avec le soutien du Musée Royal de Mariemont et de l'ICOFOM], 2010).

DIAS, Nélia. **La mesure des sens**: les anthropologues et le corps humain au xix<sup>ème</sup> siècle, Paris, Aubier, 2004, 357 p.

DIEHL, Astor Antonio. **Memória e identidade: perspectiva para a história**. In: Tedesco, João Carlos (org.). Usos de memórias. Passo fundo: UPF, 2002.

**Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz.

DOMINGUES, Heloisa Bertol. **Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX**. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. Ciência, civilização e império nos trópicos. Rio de Janeiro, Access, 2001. p. 55-75.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I. 279p.

ESTEVES, Leonardo Lima; Botelho, Ducineli Régis. **Autores Centrais no Desenvolvimento da Rede Colaborativa**: Análise da Revista Contabilidade, Gestão e Governança de 1998 a 2012. In: Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília - v. 16,n.3, p.41-57-set./dez.2013.Disponível em: <[www.spell.org.br/documentos/download/18193](http://www.spell.org.br/documentos/download/18193)>. Acesso em 10-10-2013

FERNANDES, Antonio Carlos Siqueira; PANE, Vittorio. **Giovanni Michelotti e sua contribuição às primeiras coleções científicas do Museu Nacional**: Filosofia e História da Biologia, v. 2, p. 75-84, 2007.

FERREIRA, Júlio Flávio Vanderlan. Romantismo: a formação da literatura brasileira. **Revista Vozes dos Vales**: publicações acadêmicas. UFVJM N<sup>o</sup>. 02 – Ano I – 10/2012. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>> Acesso em 20-01-2014.

FERREZ, Helena D. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. **Cadernos de Ensaios n. 2**, Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN / Museu Nacional de Belas Artes, p. 64-74, 1994. Disponível on-line em: <[http://www.nucleodepesquisadosexvotos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/ferrez\\_h\\_d\\_documentao\\_museologica\\_teorica\\_para\\_uma\\_boa\\_pratica.pdf](http://www.nucleodepesquisadosexvotos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/ferrez_h_d_documentao_museologica_teorica_para_uma_boa_pratica.pdf)> Acesso em 28-5-2014.

FOULCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 2 Ed. São Paulo. Loyola, 1996.

GIMBLETT, Barbara. **Destination Culture**: Tourism, Museums, and Heritage. University of California Press, 1998. 326 p.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios - Rio de Janeiro, 2007. 256p.

\_\_\_\_\_. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Amazônia, Conquista e Expansão.** 40p. sd. Disponível em:

<<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/amazonia.pdf>> Acesso em: 20-01-2014.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.189p.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória.** Aeroplano. 2000.

JUNG, C. **The collected works of Carl Gustav Jung.** Princeton University Press, Bollingen Series XX, volumes 1-20. Routledge & Kegan, London 1953-1967. 10000 p.

KESSEL, Zilda. **Memória e memória coletiva.** Sd.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Documentação em Museus e Histórico de Propriedade (Provenance): restituição de obras de arte espoliadas pelos nazistas. In: ENANCIB 2010 - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (11), 2010, Rio de Janeiro. **Anais XI ENANCIB 2010, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação.** Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI-IBICT/UFRJ, 2010. n. p. 1 CD ROM. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/241/306>>. Acesso em: fev. 2014.

LOPES, Jose Rogério. Colecionismo e ciclos de vida: uma análise sobre percepção, duração e transitoriedade dos ciclos vitais. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 377-404, jul./dez. 2010.

LOPES, Maria Margaret; SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. **As viagens de Wanda Hanke (1893-1958) e de Etta Becker-Donner (1911-1975):** etnologia e colecionismo. Sd

LOPEZ, Maria Rosa; WAIZBORT, Cid Ricardo. Miranda Azevedo e a seleção artificial no Brasil do século XIX. Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 172-192, jul.- dez. 2005.

LOSADA, Vânia Maria Moreira. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica, **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus Universitet: Dinamarca núm. 3, 2001, pp. 87-113.



LOUREIRO, José Mauro Matheus. **Esboço acerca da documentação museológica.** In **10. Mast Colloquia** Disponível em:

[http://www.mast.br/livros/mast\\_colloquia\\_10.pdf](http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf). Acesso em 20-12-2013.

MALIK, Kenan. *The Meaning of Race: race, history and culture in western society.* Macmillan Publishers Limited. Race, 1996 323 p.

MENESES, Ulpiano.T.B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, Departamento de História da FFLCH/USP, N.Sér. n.115, p.103-117, jul.- dez. 1983.

MENSCH, Peter van. A structured approach to museology. In: **Object Museum, Museology an eternal triangle**, Reinwardt Cahier. Leiden Reinwardt Academy, 1987

MOLES, Abraham A. et alli. **Semiologia dos objetos.** Petrópolis: Vozes, 1972. 192 p.

MOURA, Patricia (Org.) **As leis da cultura** V. 1-2. Rio de Janeiro: Edmond, 2011, 2050 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/phistoria10.pdf>>. Acesso em: 20 de maio. 2013.

\_\_\_\_\_(Org.). **Science et conscience du patrimoine** In: Science Et Conscience Du Patrimoine, Paris: Fayard. 1994.

OLSON, James Stuart. **The indians of central and south America:** an ethnohistorical dictionary. Ed. Greenwood Publishing Group, 1991, 516p.

PAULA, Dilma Andrade de. **As ferrovias no Brasil:** análise do processo de erradicação de ramais. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Brasil. c.1999, 19p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, Krzysztof. **Entre o visível e o invisível:** teoria geral das coleções. In: **A Coleção.** Lisboa: Enciclopédia EINAUDI, 1982.

PRATT, Mary Louise. Os Olhos do Império: Relatos de viagem e transculturação. Maria Helena Pereira Toledo Machado Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História.** v. 20, nº 39, p.281-289. São Paulo, 2000.

RODRIGUES, Ana Ramos; SERRES, Juliane Primon. **Museu: memória e esquecimento**: do individual ao coletivo. Sd.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: Unesp, 2007.

SANTOS, Laura Carvalho dos. Antônio. Moniz de Souza, O Homem da Natureza Brasileira: ciência e plantas medicinais no início do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.4, out-dez. 2008, p.1025-1038.

SANTOS, M V. M. **O tecido do tempo**: a ideia de patrimônio cultural no Brasil, 1920-1970. Brasília, 1992. Tese (Doutorado). Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. **A era dos museus de etnografia no Brasil**: o museu paulista, o museu nacional e o museu paraense Emilio Goeldi em finais do XIX. In FIGUEIREDO, Bethania Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos gabinetes de curiosidades a museologia moderna**, BH. MG: Argumentum, Brasília, DF: CNPQ, 2005.

SEMEDO, Alice. **Estudos e Gestão de Coleções**: práticas de formação e investigação. Coleções científicas luso-brasileiras: patrimônio a ser descoberto. 2010. 21p. Acesso em 20-01-2014. Disponível em <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/cole%C3%A7%C3%B5es%20luso-brasileiras/18%20ESTUDOS%20E%20GEST%C3%83O%20DE%20COLEC%C3%87%C3%95ES.pdf>

SILVA, Raul Mendes. **O Século XIX**. Acesso em 15-12-2013. Disponível em <http://www.raulmendesilva.pro.br/pintura/pag006.shtml>

STEINEN, Karl von den. **Unter den naturvölkern Zentral-Brasiliens**. Reiseschilderung und ergebnisse der zweiten Schingú-expedition, 1887-1888. USA: Brown University, Sd.

THOMPSON, Ana Lucia. **Coleções etnográficas e patrimônio indígena**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: Rio Grande do Norte, 22 a 26 julho de 2013.

UNESCO. **Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais**. Paris: 12-14 de novembro de 1970.

VIAL, Andrea Dias. **O colecionismo entre guerras**: a contribuição da sociedade de etnologia e folclore para a formação de coleções etnográficas. SP 2009.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. Marília: 2009. 123 p.

## **DICIONÁRIOS**

BITENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias** - Vultos do Passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

## **DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

**Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da decima sexta legislatura em 25 de março de 1883 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá.** Manaus, Typ. do Amazonas, 1883.

### **Maço 187 – Doc. 8541 (Museu Imperial, Petrópolis)**

Correspondência (38 cartas) de João Lustosa da Cunha Paranaguá a d. Pedro II. Ano 1882. Um documento apenso.

### **Maço 190 – Doc. 8633 (Museu Imperial, Petrópolis)**

Correspondência (26 comunicados) de João Lustosa da Cunha Paranaguá a d. Pedro II. Ano 1883. Dois documentos apensos.

### **Maço 192 – Doc. 8718 (Museu Imperial, Petrópolis)**

Correspondência (2 comunicados) de João Lustosa da Cunha Paranaguá a d. Pedro II. Ano 1884.

### **Maço 204 – Doc. 9343 (Museu Imperial, Petrópolis)**

Carta de João Lustosa da Cunha Paranaguá a d. Isabel. 20/1/1912. Carta da Baronesa de Loreto.

### **MFN:01693 (Museu Imperial, Petrópolis)**

0004 - PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha, I-DPP-18.03.1882-Pgua.c 1-13- (P.P.AM) conde de PARANAGUÁ  
Cartas (13) de José Lustosa da Cunha Paranaguá, conde de Paranaguá, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá - Comunicando sua chegada à província do Amazonas, para a qual fora nomeado presidente.

### **MFN:01696 (Museu Imperial, Petrópolis)**

PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha, I-DPP-10.01.1883-Pgua.c 1-28-P.P.AM  
conde de PARANAGUÁ

Cartas (28) de José Lustosa da Cunha Paranaguá, conde de Paranaguá, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá - Recomendando ao destinatário atender às pretensões das seguintes pessoas: Silvério José Neri, Jonatas da Costa Rego Monteiro, José Chaves, Carlos Mourraille, Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, padre José Henrique Félix da Cruz Dácia, Antônio Martins de Amorim Rangel, Marçal Pereira de Escobar, Agostinho Rodrigues de Sousa, Eulália Fernandes Rego Monteiro

**MFN:01698 00009** - PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha, I-DPP-19.01.1884-Pgua.c 1-2- (P.P.AM) **(Museu Imperial, Petrópolis)**

conde de PARANAGUÁ

Cartas (2) de José Lustosa da Cunha Paranaguá, conde de Paranaguá, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá - Dando notícias da situação política no Pará e do prosseguimento dos estudos do traçado da Estrada de Ferro Madeira- Mamoré. Manaus, 19/01 e 30/01/1884.

2 fl. duplas.

**MFN:11846** - MELO E NETO, Ladislau de Sousa **(Museu Imperial, Petrópolis)**

I-DPP-28.06.[1883]-Net.c (L.nº 16)

Carta de Ladislau de Sousa Melo e Sousa ao marquês de Paranaguá, João Lustosa da Cunha Paranaguá - Enviando felicitações ao destinatário pela administração de seu filho José Paranaguá na presidência do Amazonas e dizendo ter sido ele o único presidente a interessar-se pela Exposição Antropológica. 28/06/[1883]. 28/06/[1883]. Ao alto, à lápis a indicação do ano:1883. Ao alto, à margem esquerda, MUSEU NACIONAL/DIRECTORIA GERAL, carimbo seco, em alto relevo, na cor vermelha.

1 fl. simples.

**MFN:12517** - PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha, **(Museu Imperial, Petrópolis)**

I-DPP-1873/1890-Pgua.c 1-45 L. Nº 23 conde de PARANAGUÁ

Cartas (42) de José Lustosa da Cunha Paranaguá, conde de Paranaguá, a João Lustosa da Cunha Paranaguá, marquês de Paranaguá - Referindo-se a assuntos familiares - Relatando sua viagem à Europa. 1873 a 1890.

NOTA: Dois cartões postais.

43 fls. dupla e 4 fls. simples.

**INTERNET** (Datas de visualização disponíveis no texto)

<<http://187.16.250.90:10358/patrocine.jsp>>

<<http://belezasdaamazonia.comunidades.net/index.php?pagina=1151273217>>

<<http://en.cyclopaedia.net/wiki/Yamamadi-1>>

<<http://www.etnolinguistica.org/familia:purus-jurua>>

<<http://www.iblog.com.br/rioantigo.php?itemid=25974>>

<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/parintintin>

<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/paumari/871>

<<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tora>>

<<http://www.henricoudreau.fr/biographies/coudreau.html>>

<<http://www.waimiriatioari.org.br/>

## **LEGISLAÇÃO**

Decisão 460 – sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina – 25 de maio de 1999 (Cartagenas de Índias, Colômbia - Maio de 1999)

## **PERIÓDICOS**

**Archiv Fur Volkerkunde**, band 52. Museum Fur Volkerkunde. 2002. 118p.

**Documentação em Museus. *MAST Colloquia* - Vol.10.** Museu de Astronomia e Ciências Afins – MCT. Rio de Janeiro. 2008 Disponível em: <[http://www.mast.br/livros/mast\\_colloquia\\_10.pdf](http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_10.pdf)>. Acesso em 20-04-2013.

**MOUSEION**. n. 14, abr. 2013. Disponível em:

<<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/mouseion>> Acesso em: 15-09-2013.

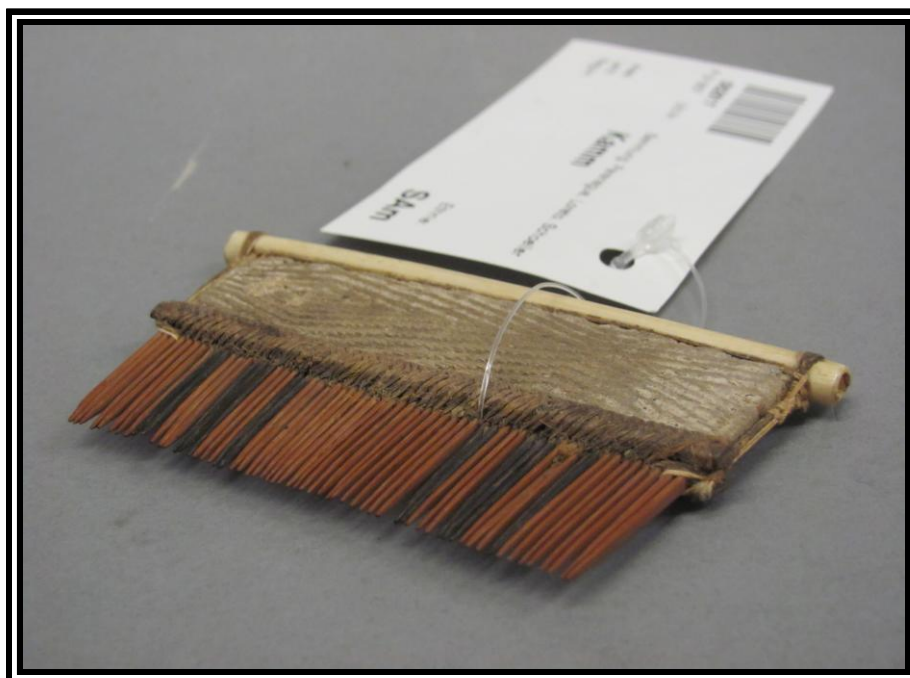
## **REVISTAS**

**Guia da Exposição Antropológica Brasileira Brasileira.** Museu Nacional. Rio de Janeiro. 1882. 55p.

**Revista da Exposição Antropológica Brasileira Brasileira.** Museu Nacional. Rio de Janeiro. 1882. 84p.

**ANEXOS**

# ANEXO 1



Peça 82517  
SEM IDENTIFICAÇÃO

## ANEXO 2



Peça 82532  
SEM IDENTIFICAÇÃO



## ANEXO 3



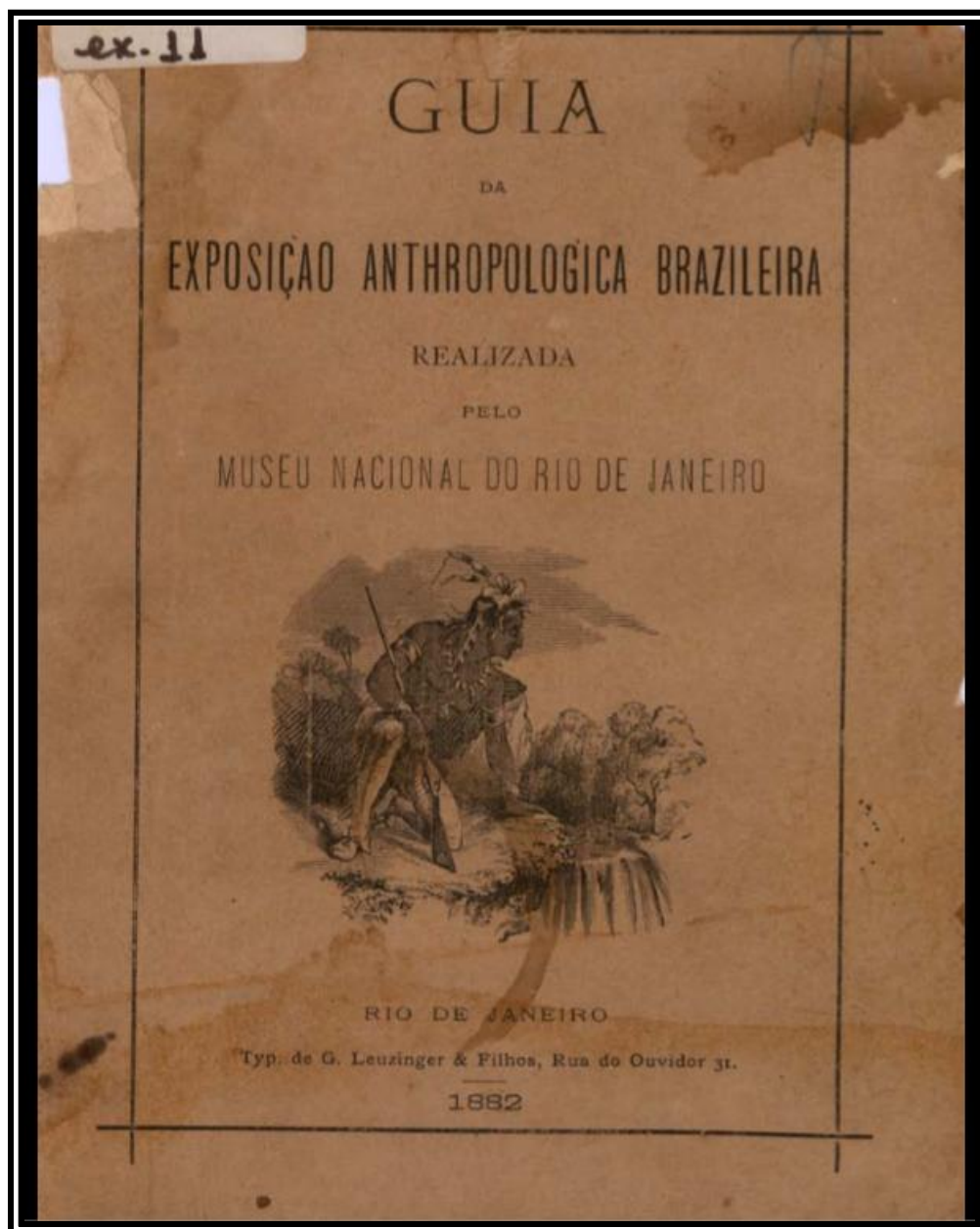
Peça 82560  
SEM IDENTIFICAÇÃO

## ANEXO 4



Peça 81942  
"CULTURA POPULAR"

**ANEXO 5**



**Guia da *Exposição Antropológica Brasileira* de 1882: Capa**

6. Arcos e flechas dos Carajás de Goyaz. — Exp.: S. M. o Imperador, conde d'Eu e M. Nac.

7. Arco de cacique Coroado. — Exp.: D. Amelia C. de Albuquerque.

8. Arcos e flechas dos Peuas e Jurúnas. — Exp.: S. M. o Imperador e M. Nac.

9. Arcos e flechas de indigenas das margens do Paranã. (M. N.)

10. Arcos de Ipurinãs do Purús e Guajajaras do Maranhão e de tribus do rio Cairari. — Exp.: S. M. o Imperador, Conde d'Eu, M. Nac., Z. M. do Faria Falcão e T. Aranha.

11. Arcos de Nak-nanuks, botocudos do Rio Doce. (M. N.)

12. Tacapes, *mbucu-unas* (zarabatanas) e suas *huibarús* (aljavas) e settas de tribus do Alto Amazonas. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac., barão de Teffé, M. Paraense, Inst. Arch. Pernambucano, Inst. Arch. Alagoano e d. Amelia C. de Albuquerque.

13. Arcos e flechas de botocudos do Rio Doce e de Sancta Catharina. — Exp.: S. M. o Imperador, M. Nac. e visc. de Paranaguá.

14. Arcos dos Maués. — Exp.: M. Nac., Lyceu do Ceará.

15. Businas de diversas tribus. — Exp.: S. M. o Imperador, Conde d'Eu, M. Nac., d. Amelia C. de Albuquerque, Inst. Onze de Agosto do Maranhão e Lyceu do Ceará.

16. Busina feita de craneo humano e taquára dos Jurunas do Xingú. (M. N.)

17. Borés do Alto Amazonas. — Exp.: M. Nac. e Mus. Paraense.

Indicação do nome do Visconde de Paranaguá na comitiva do Museu Nacional e do Imperador Pedro II.

## ANEXO 7

Petropolis 24-11-1906. II.

Sehr geehrter Herr Hofrath!

Vor einigen Tagen ersuchte mich mein Freund Dr José Paranaguá, den Verkauf der ethnologischen Sammlung seiner Schwester der Frau Baronin Loreto zu übernehmen. Da die Sammlung wirklich hervorragend reich und schön ist, ich ausserdem weiss, dass Sie Herr Hofrath stets mit aller Macht auf die Vermehrung der kaiserlichen Sammlungen hinarbeiten, so erlaube ich mir anzufragen, ob das k.k. Hofmuseum eventuell geneigt wäre diese reichhaltige Sammlung zu erwerben. Mein erster Gedanke war, alle Hebel in Bewegung zu setzen und zu trachten die Sammlung nach Wien zu bringen, denn ich sehe wirklich nicht ein, warum alles Gute, was zu haben ist nach London, Paris oder Berlin soll. Ich habe mit Herrn Grafen Bikiwky, unserem Geschäftsträger darüber gesprochen, da ich die Angelegenheit der k.u.k. Gesandtschaft übergeben wollte und Er rieth mir an, mich direkt an Sie zu wenden, da dies der kürzere Weg sei.

Obwohl ich nun kein Sachverständiger in Ethnologicas bin, so kenne ich doch genügend davon, um den hohen Werth der Sammlung der Frau Baronin zu erkennen. Leider kann ich Ihnen heute keinen Katalog beilegen, da kein ausführliches Verzeichnis derselben vorhanden ist. Die Sammlung umfasst aber alle Gegenstände deren sich die Indianer bedienen. Fast alles, was von den Steinen in seinem Werke "Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens" anführt und abbildet, ist vorhanden. Pfeile und Bogen

Primeira carta de negociação da Coleção Loreto-Paranaguá (p.1)

## ANEXO 8

in schwerer Menge, von allen möglichen Formen, mit und ohne Federschmuck, Keulen, Lanzen, Steinbeile mit und ohne Stiel, Harken, Tragkiepen, Schilde, Ruder, ein Kanoe, Schemel, Töpfe, Kassen, alles ist in grosser Auswahl und mit exakten Procezzangaben versehen vorhanden. Besondere Erwähnung verdienen wohl zwei Indianerköpfe, die von den Mündred-Indianern mimifiziert sind. Henri Coudré bildet einen solchen in seinem Werke "Voyage au Tapajoz" pg 131 ab. Von den Miriquitans, diesen seltenen Indianeridolen sind 6 oder 7 da, darunter eines aus einem schönem, grünem Steine. Dr Barboza Rodriguez hat dieses Miriquitan beschrieben. Sehr gut vertreten sind auch die Tanzanzüge aus Hiritifasern, dann die wunderschönen Federhauben und Diademe aus Papageienfedern, Hals- und Brustketten aus Steinen und Zähnen, Brustschmuck aus den <sup>Klaue</sup> ~~Kralle~~ des Riesenzürtelthieres.

Neben diesen, speciell den brasilianischen Indianern eigenen Gegenständen befinden sich einige alte peruanische Vasen aus der Inka Zeit, die ganz wunderbar erhalten sind, sowie andere sehr interessante Gegenstände.

Von geringerem Interesse für das k.k. Hofmuseum dürften wohl die vorhandenen Conchylien und Mineralien sein, obwohl sich wohl ein oder das andere werthvolle Objekt darunter befinden dürfte. Einen, speciell für Oesterreich, grossen Werth dürfte dagegen wohl ein Ring besitzen, der von Weiland Sr Majestät Kaiser Max von Mexiko einem Verwandten der Baronin Loreto seinerzeit in Bahia geschenkt wurde. Der Ring trägt auf einem grossem, blauem Steine das Monogramm des unglücklichen kaisers, darüber die krone der Habsburger. Der blaue Stein ist von Diamanten umgeben.